RELATÓRIO DE GESTÃO 2022

Foto: Vitor Jubini/MTur

CAU/ES
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Espírito Santo

SUMÁRIO

01
Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

02
Governança, Estratégia e Alocação de Recursos

03
Riscos, Oportunidades e Perspectivas

04
Resultados e Desempenho da Gestão

05
Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão

06
Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

07
Anexos e Apêndices

SOBRE ESSE RELATO

Bem-vindos.

Em 2022, a atuação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espirito Santo foi conduzida de forma integrada, conforme ações propostas pelo corpo gestor e previstas no plano de ação e orçamento.

A gestão elencou suas prioridades de trabalho com foco na transparência, regularidade, economicidade e fiscalização da atuação profissional, conforme planejamento estratégico que reflete sobre os cenários, estabelecendo um conjunto de prioridades e metas para orientar a atualização dos planos de ação do CAU/ES, visando o alcance dos objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico do CAU, que é a síntese do seu Planejamento estratégico 2023.

O objetivo deste relato integrado é demonstrar à sociedade em geral assim como aos arquitetos e urbanistas os resultados obtidos em 2022, bem como as novas políticas e diretrizes para um melhor desempenho da atuação do Conselho, na busca do fortalecimento da profissão e da arquitetura e urbanismo no Estado do Espirito Santo.

A estrutura geral apresentada neste documento foi customizada com base na estrutura sugerida pelo Tribunal de Contas da União e tem como objetivo simplificar o processo de produção do Relatório de Gestão, sem prejuízo dos requisitos previstos na Resolução que define os procedimentos orçamentários, contábeis e de prestação de contas a serem adotados pelo CAU/BR e CAU/UF, que estabelece as diretrizes para a prestação de contas do exercício de 2022.

O modelo aqui proposto tem foco na clareza e concisão, com prioridade para as informações mais relevantes para a avaliação da gestão, com grande benefício para a transparência das informações.
Os dados e informações apresentados abrangem o período entre 1° de janeiro e 31 de dezembro de 2022.

LISTA DE SIGLAS

ADM – Administrativo
ATHIS – Assistência técnica em Habitação de Interesse Social
AU - Arquiteto e Urbanista ou Arquitetura e Urbanismo
BA - Bahia
BR – Brasil
CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CAU/BR - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
CAU/ES - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espirito Santo
CEAU – Colegiado das Entidades de Arquitetura e Urbanismo
CED - Comissão de Ética e Disciplina
CEF – Comissão de Ensino e Formação
CEF - Comissão de Ensino e Formação
GEREX – Gerência Executiva
CGU – Controladoria Geral da União
CREA/ES – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
CEP - Comissão de Exercício Profissional
CNAE – Código Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COA - Comissão de Organização e Administração
COD - Conselho Diretor
CSC - Centro de Serviços Compartilhados
IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil
CPFA - Comissão de Planejamento, Finanças e Atos Normativos
CPUA - Comissão de Política Urbana e Ambiental
DF - Distrito Federal
DN - Decisão Normativa
ES - Espírito Santo
ENSEA - Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo
FAESA - Faculdades Integradas Espírito-Santenses
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES - Instituição de Ensino Superior
IN - Instrução Normativa
IOPES - Instituto de Obras Públicas do Estado do Espírito Santo
MT - Mato Grosso
PE – Pernambuco
PF – Pessoa Física
PJ – Pessoa Jurídica
PMV – Prefeitura Municipal de Vitória
QACI – Questionário de Avaliação de Controles Internos e Riscos
RAL – Receita de Arrecadação Líquida
RRT - Registro de Responsabilidade Técnica
SGM – Secretaria Geral da Mesa
SICCAU - Sistema de Informação e Comunicação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo
Sindarq - ES - Sindicato dos Arquitetos no Espirito Santo
SP - São Paulo
TCU - Tribunal de Contas de União
TI – Tecnologia da Informação
UF - Unidade Federativa
VIX – Vitória

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em nosso segundo ano de gestão, ainda com algumas interrupções e alterações na rotina do Conselho em função da pandemia que assolou o planeta, conseguimos ainda sim executar diversas ações presenciais e online para os profissionais registrados no Conselho.

Com muito planejamento, colaboração de conselheiros e nossos funcionários conseguimos atingir os objetivos traçados no início do ano. Dentre as ações destaco as visitas a diversas prefeituras, secretarias de estado e instituições como a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, com a qual assinamos um importante convênio para atender 80 famílias do bairro Belvedere, em Serra, com a contratação de oito arquitetos e arquitetas para desenvolver projetos arquitetônicos para fundamentação de ações judiciais de usucapião, atuando diretamente na promoção da regularização fundiária urbana.

Outro importante convênio assinado foi com a Defesa Civil do Município de Vila Velha, onde esta valorosa instituição ministrou um curso para profissionais de arquitetura poderem estar aptos a colaborar com a Defesa Civil.

O CAU/ES, com grande precisão administrativo-financeira, deu um importante passo ao escolher de forma democrática entre os conselheiros e adquirir um imóvel para sua futura sede no município de Vitória, fruto de intensos debates e estudos para um melhor local para trabalho de seus colaboradores, conselheiros e melhor receber os profissionais do Espirito Santo.

Dentro de nosso planejamento macro conseguimos viabilizar diversos cursos para os profissionais, como Curso de Perícia, Curso de Patologia nas Construções, Curso de Archicad, cursos administrativos de como montar escritório de arquitetura, curso para projeto executivo, curso de acústica, curso de estruturas metálicas, dentre outros e diversas palestras técnicas, ofertados a mais de 400 profissionais.

Nossa fiscalização conseguiu desenvolver estratégias que melhoraram de forma excepcional nossos números neste setor, onde inclusive organizamos um evento nacional de fiscalização, recebendo presidentes e seu corpo técnico em nosso Estado.

Fechamos o ano com homenagens aos profissionais pela Câmara Municipal de Vitória, Vila Velha e uma belíssima cerimônia de grande importância na Assembleia Legislativa do Espírito Santo com honrarias a 35 arquitetos e arquitetas, reconhecendo suas trajetórias e colaboração com a construção civil de nosso estado.

Estamos caminhando para nosso último ano de gestão confiantes em novas ideias e a cada dia prestar um melhor serviço aos arquitetos, arquitetas e a sociedade capixaba.

Eliomar Venancio de Souza Filho

VISÃO GERAL, ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

CAPÍTULO 1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, compreendendo a Unidade Nacional – CAU/BR e as Unidades Estaduais – CAU/UF, autarquia criada pela Lei 12.378/2010, tem como função "orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CAU/ES), pessoa jurídica de direito público sob a forma de autarquia federal, com sede e foro na cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo, tendo por finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina dos arquitetos e urbanistas, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da Arquitetura e Urbanismo, no âmbito de sua jurisdição.

VISÃO

- Ser reconhecido como órgão de apoio ao profissional arquiteto e urbanista e de interlocução mais direta na defesa das boas práticas profissionais perante a sociedade

MISSÃO

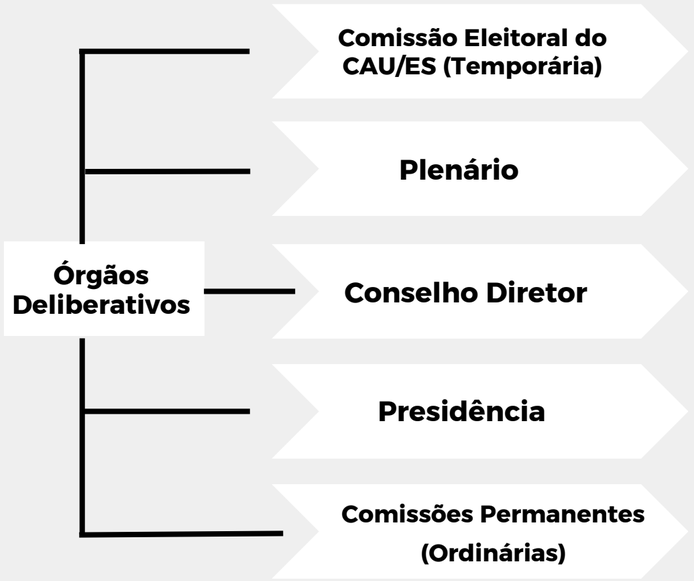
- Estimular o desenvolvimento profissional, ampliando a percepção da sociedade sobre o papel do Arquiteto Urbanista e tornando a profissão relevante e essencial para a população

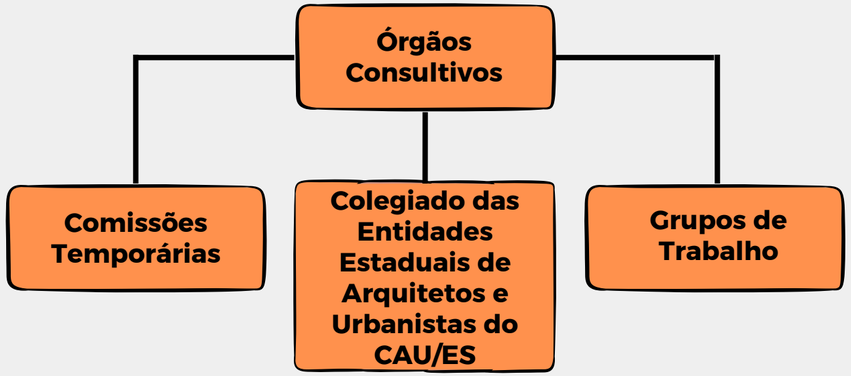
VALORES

- Interlocução da Arquitetura e Urbanismo com os profissionais e com a sociedade
- Ética, transparência, probidade e eficiência
- Valorização da diversidade e da participação democrática
- Excelência organizacional para prestação de serviço de qualidade
- Atuação com motivação e comprometimento
- Inovação com responsabilidade

ORGANIZAÇÃO

Para o desempenho de sua finalidade, o CAU/ES será organizado da seguinte forma:





CNPJ: 14.926.751/0001-48 Código CNAE: 94.12-0-01 Natureza Jurídica: Autarquia Federal Endereço: Rua Hélio Marconi, nº 58, Bento Ferreira, Vitória – ES, CEP 29050-690 Contato: (27) 3224-4850 Site: https://www.caues.gov.br/ Email: atendimento@caues.gov.br

CAU/ES
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

CONSELHEIROS FEDERAIS

Giedre Ezer da Silva Maia
(Titular)

Emilio Caliman Terra
(Suplente)

CONSELHEIROS ESTADUAIS

Carolina Gumieri Pereira de Assis
(Titular)

Eliomar Venancio de Souza Filho
(Titular)

Edézio Caldeira Filho
(Titular)

Gregorio Garcia Repsold
(Titular)

João Marcelo de Souza Moreira
(Titular)

Liane Becacici Gozze Destefani
(Titular)

Luciane Veiga dos Santos
(Titular)

Lucio Rossi de Oliveira
(Titular)

Pollyana Dipré Meneghelli
(Titular)

Priscila Ceolin Gonçalves Pereira
(Titular)

Hansley Rampineli Pereira
(Suplente)

Max Mendes Mello
(Suplente)

Regina Cardoso Morandi
(Suplente)

Renzo Romão Capelini
(Suplente)

Geraldo Lino da Silva
(Suplente)

Renata Salles Ramos Modenesi
(Suplente)

Maria Alice Barreto Marins Rampinelli
(Suplente)

Cirley Jane Cellia de Aguiar
(Suplente)

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

O Plenário do CAU/ES é composto por 10 conselheiros titulares distribuídos entre 04 Comissões Ordinárias. Para dar efetividade às suas prerrogativas legais e propósitos de gestão, as Comissões Ordinárias são divididas em: Ética e Disciplina, Ensino e Formação, Exercício Profissional e Planejamento, Finanças e Atos Normativos. É a partir destas comissões que são deliberadas as ações internas e também as decisões que serão aplicadas, não só para a defesa da profissão de arquitetura e do urbanismo, mas também para cumprir o papel do Conselho junto à sociedade.

CEP

Comissão de Exercício Profissional

Coordenadora
Pollyana Dipré Meneghelli

Coord. Adjunto
Lúcio Rossi de Oliveira

Membros
Gregório Garcia Repsold
João Marcelo de Souza Moreira
Liane Becacici Gozze Destefani

CEF

Comissão de Ensino e Formação

Coordenadora
Liane Becacici Gozze Destefani

Coord. Adjunto
Carolina Gumieri Pereira de Assis

Membros
Edezio Caldeira Filho
Luciane Veiga dos Santos
Priscila Ceolin Gonçalves Pereira

CED

Comissão de Ética e Disciplina

Coordenador
João Marcelo de Souza Moreira

Coord. Adjunto
Gregório Garcia Repsold

Membros
Edezio Caldeira Filho
Priscila Ceolin Gonçalves Pereira

CPFA

Comissão de Planejamento, Finanças e Atos Normativos

Coordenadora
Carolina Gumieri Pereira de Assis

Coord. Adjunto
Luciane Veiga dos Santos

Membros
Lúcio Rossi de Oliveira
Pollyana Dipré Meneghelli

O Conselho Diretor, composto pelo presidente e pelos coordenadores das quatro comissões ordinárias instituídas, tem por finalidade o fortalecimento da relação entre a presidente e o plenário, estabelecendo a integração com as comissões e auxiliando-o nos atos relativos ao exercício da presidência.

Organiza-se em reuniões mensais de deliberação sobre assuntos relativos à organização interna da estrutura física e humana do Conselho, sobre ações efetivas das comissões, prioridades de realizações, comunicação e parcerias, além de organizar as pautas e as discussões que serão realizadas nas reuniões plenárias. As reuniões plenárias acontecem uma vez por mês com o objetivo de deliberar e sancionar, aprovando ou não, as decisões tomadas pelas comissões ou acerca de assuntos diversos relacionados ao Conselho.

PRESIDENTE

Eliomar Venancio de Souza Filho

COORDENADORA CPFA

Carolina Gumieri Pereira de Assis

COORDENADORA CEF

Liane Becacici Gozze Destefani

COORDENADORA CEP

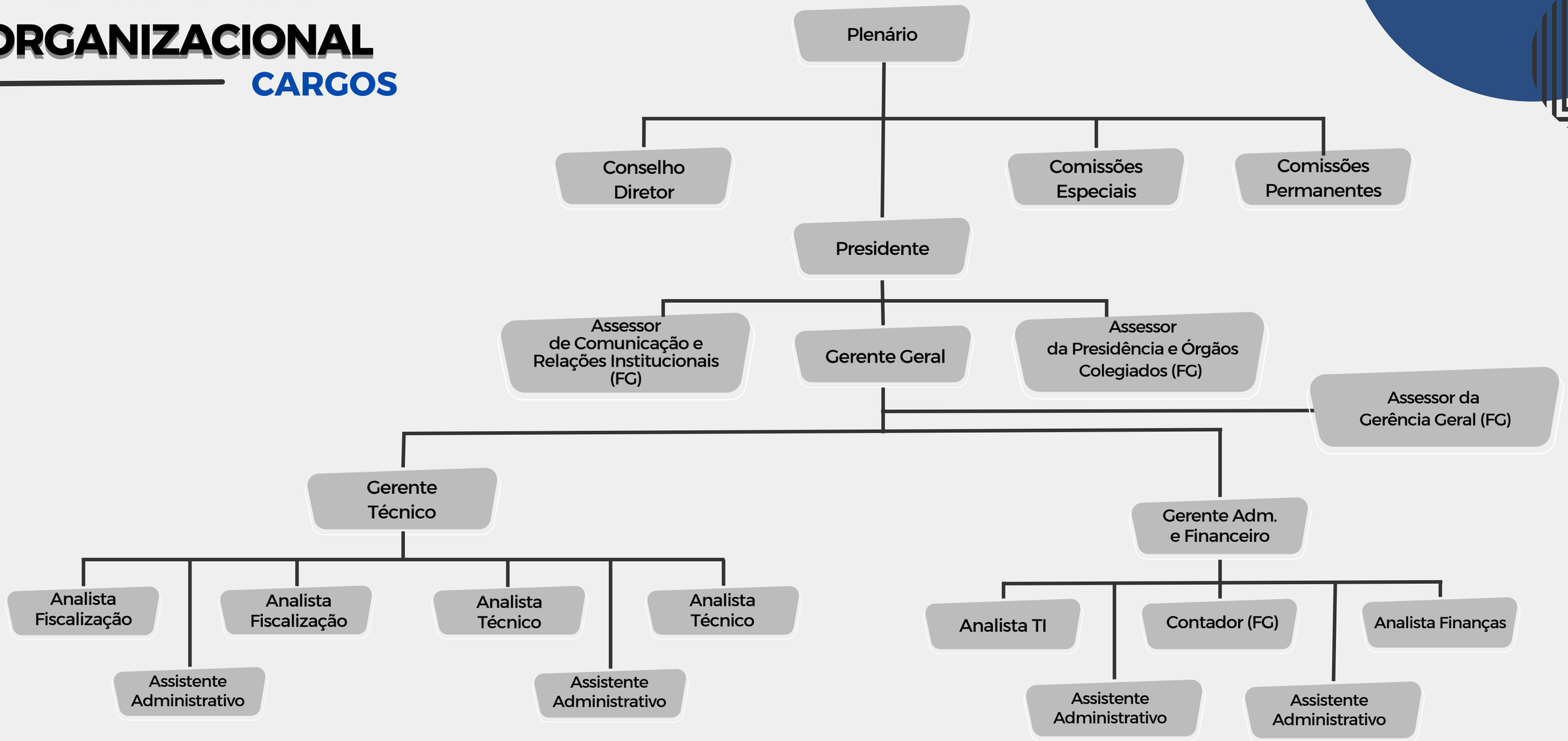
Pollyana Dipré Meneghelli

COORDENADOR CED

João Marcelo de Souza Moreira

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CARGOS



INFORMAÇÕES ORGANIZACIONAIS

INSTÂNCIAS

PLENÁRIO	COMISSÕES ORDINÁRIAS*	COMISSÕES ESPECIAIS	PRESIDÊNCIA	ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA E ÓRGÃOS COLEGIADOS	ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO	GERÊNCIA GERAL
Delibera ações do Conselho.	Auxilia o Plenário no desenvolvimento de atividades contínuas e relacionadas a um tema específico, de caráter legal, técnico, administrativo e financeiro	Apoia a presidência em questões pertinentes a temas específicos, de caráter consultivo e temporário, cuja proposição de criação e formatação são de competência do presidente do Conselho	Decide assuntos administrativos, financeiros, institucionais relacionados ao Conselho, observando disposições legais vigentes e as decisões emanadas do Plenário. Representa o Conselho institucionalmente em reuniões, órgãos e eventos	Asessora a Presidência e Órgãos Colegiados no que tange a elaboração e interpretação de atos administrativos e normativos internos. Assessoramento jurídico preliminar aos conselheiros para relatoria de processos. É responsável pela organização, conservação, arquivamento e publicação da documentação produzida pelos respectivos setores assessorados.	Planeja e operacionaliza ações de comunicação interna e externa, dando publicidade aos conteúdos e informações de interesse dos arquitetos e urbanistas e da sociedade em geral, assegurando a transparência em relação aos atos e atividades do Conselho	Responsável por gerenciar, planejar e organizar as atividades das demais gerências visando assegurar que todas as atividades sejam executadas dentro das normas e políticas do CAU/BR e CAU/ES

COMISSÕES ORDINÁRIAS *

GERÊNCIA TÉCNICA

Responsável pela gestão dos setores de atendimento, técnico e de fiscalização do Conselho, auxiliando em ações relativas à área de ensino e exercício profissional.

GERÊNCIA ADM. E FINANCEIRA

Garante a infraestrutura adequada ao Conselho, da forma mais adequada e com o melhor resultado possível para sua sustentabilidade. Atua junto à presidência com foco numa gestão transparente, gerando resultados e agregando valores.

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ATOS NORMATIVOS (CPFA)

Conforme artigo 88 do Regimento Interno do CAU/ES, a Comissão de Planejamento, Finanças e Atos Normativos deve cumprir a finalidade de zelar pelo funcionamento do Conselho, em suas organizações e administrações, respeitado o disposto nos artigos 24, 33 e 34 da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

COMISSÃO DE ENSINO E FORMAÇÃO (CEF)

Conforme artigo 85 do Regimento Interno do CAU/ES, a Comissão de Ensino e Formação deve cumprir a finalidade de zelar pelo aperfeiçoamento da formação em Arquitetura e Urbanismo, respeitado o que dispõem os artigos 2°, 3°, 4°, 24, 28, 34 e 61 da Lei n°12.378,de 31 de dezembro de 2010.

COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL (CEP)

Conforme artigo 87 do Regimento Interno do CAU/ES, a Comissão de Exercício Profissional deve cumprir a finalidade de zelar pela orientação e fiscalização do exercício da Arquitetura e Urbanismo.

COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA (CED)

Conforme artigo 86 do Regimento Interno do CAU/ES, a Comissão de Ética e Disciplina deve cumprir a finalidade de zelar pela verificação e cumprimento dos artigos 17 a 23 da Lei n°12.378, de 31 de dezembro de 2010, e do Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

MODELO DE NEGÓCIO DO CAU

PARCEIROS ESTRATÉGICOS E FORNECEDORES

- Sociedade
- Arquitetos e Urbanistas
- Escritórios de Arquitetura e Urbanismo
- Cadeia produtiva da indústria da Construção
- Gestores do CAU/ES
- Funcionários de outros CAU/UF
- Outros Conselhos profissionais
- Órgãos públicos nas três esferas de governo
- Instituições de Ensino
- Entidades de Classe

RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO-ALVO

- SICCAU
- Sistema de Informação e Comunicação do CAU
- Portal do CAU
- Portal da Transparência
- Sede na capital do ES
- Canal de Ouvidoria do CAU/BR
- Atendimento presencial

CANAIS DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

Online

- Sítio eletrônico do CAU/ES
- SICCAU
- Redes sociais do CAU/ES

Presencial

- Sede na Capital do ES
- Publicidade e publicações
- Assessoria de comunicação
- Assessoria de imprensa

FONTES DE RECEITA

- Anuidades de Pessoa Física
- Anuidades de Pessoa Jurídica
- RRT
- Taxas e Multas
- Aplicações Financeiras
- Outras Receitas (Restituições e Emolumentos)
- Receita de capital

PROPOSTA DE VALOR, PRODUTOS E SERVIÇOS

- Garantir à sociedade fiscalização dos serviços de Arquitetura e Urbanismo no Estado do Espírito Santo
- Analisar e julgar casos de falta de ética
- Regulamentação da profissão e das condutas éticas, disciplinares e técnicas da Arquitetura e Urbanismo
- Acompanhar e analisar os Registros de Reponsabilidade Técnica
- Ajudar na qualificação do ensino de Arquitetura e Urbanismo
- Buscar em conjunto com as prefeituras e o estado, formas de fiscalizar e punir os responsáveis pelo não cumprimento de leis e regulamentos da Arquitetura e Urbanismo
- Fornecer a Carteira de Identificação do profissional de Arquitetura e Urbanismo
- Divulgar e orientar as melhores práticas na área de Arquitetura e Urbanismo
- Fornecer Certidões de Acervo Técnico e Declarações.

ATIVIDADE - CHAVE

- Planejamento e Gestão Estratégica
- Plano de Fiscalização
- Comunicação e Atendimento
- Normatização da profissão
- Gestão do Conhecimento
- Gestão do Relacionamento
- Eventos (cursos e treinamentos)
- Convênios e Parcerias
- Prestação de Contas.

PÚBLICO-ALVO

- Sociedade Capixaba
- Arquitetos e Urbanistas
- Empresas de Arquitetura e Urbanismo
- Universidades de Arquitetura e Urbanismo
- Entidades representativas da Arquitetura e Urbanismo
- Cadeia produtiva da Industria da Construção Classificações:

RECURSOS GERENCIAIS

- Plenário
- Comissões Permanentes
- Comissões Especiais
- Estrutura Organizacional
- Recursos Humanos
- Planejamento e acompanhamento da Gestão Estratégica
- TI e Comunicação.

ESTRUTURA DE CUSTO

- Utilização de Centro de Custos por projetos e atividades
- Todos os departamentos e projetos separados por grupos
- Controle efetivo da execução pelo acompanhamento periódico
- Utilização de sistemas de tecnologia próprios para contabilidade (SISCONT)
- SICCAU com informações de arrecadações
- Auditoria Periódica de Custos.

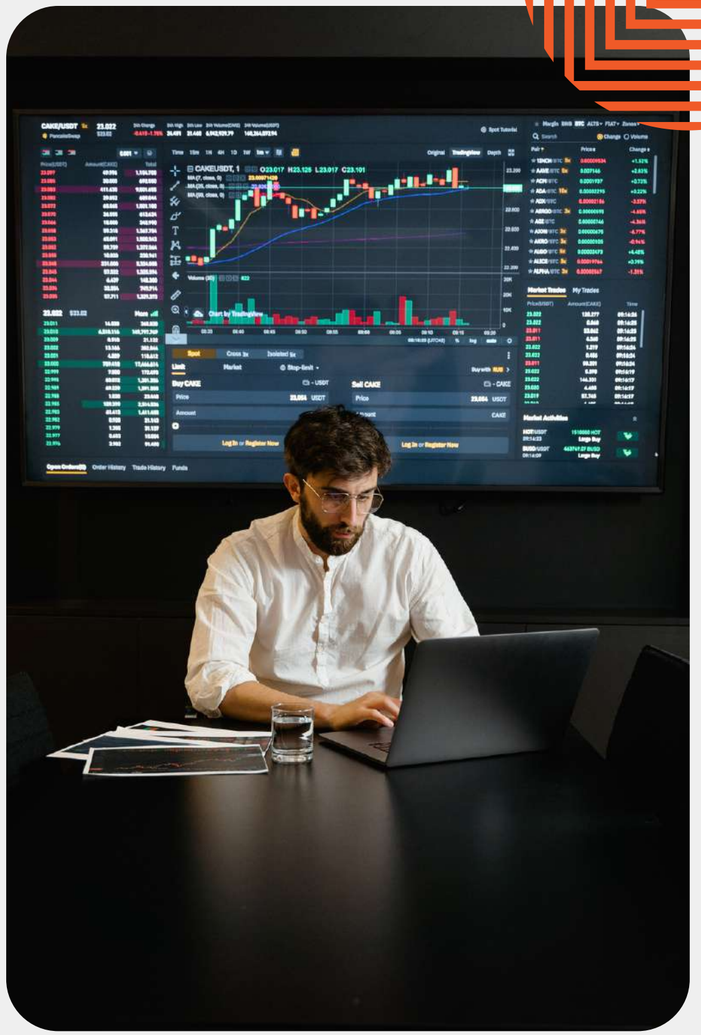
AMBIENTE EXTERNO

O PIB do Brasil encerrou o exercício de 2022, segundo o IBGE, com crescimento de 2,9%. Tal crescimento foi puxado principalmente pelo setor de serviços que representa aproximadamente 80% deste crescimento.

Ao compararmos o PIB do exercício de 2022 com o PIB do exercício de 2021, observa-se uma desaceleração do crescimento, consequência das elevadas taxas de juros, perca do poder de compra/consumo e endividamento das famílias. Mesmo assim, o percentual apurado em 2022 demostra a retomada do crescimento iniciada em 2017 e interrompida de 2020 em função da pandemia mundial da COVI-19.

A construção civil registrou um crescimento de 6,9% em 2022, conforme dados do Produto Interno Bruto (PIB) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado ficou dentro da expectativa da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), que projetou alta de 7% para o setor.
Além disso, o dinamismo do setor superou, pelo segundo ano consecutivo, a economia nacional, já que em 2022 o PIB Brasil cresceu 2,9%. Em 2021 a construção cresceu 10% e o PIB Brasil apresentou incremento de 5,00%. Assim, no biênio 2021-2022 enquanto o País cresceu 8,05% o setor registrou expansão de 17,59%.

Ao avaliarmos o cenário econômico do Estado do Espirito Santo, de acordo com o Instituto Jones dos Santos Neves, o ES encerrou 2022 com PIB de 1,9%, abaixo do percentual nacional, o resultado positivo da atividade econômica capixaba em 2022 foi impulsionado pelo setor de serviços, que cresceu +8,9%, e em menor proporção pelo Comércio varejista ampliado, que ficou praticamente estável, com acréscimo de +0,3%. Por outro lado, a Indústria geral declinou -8,4% contrabalanceando o resultado anual.

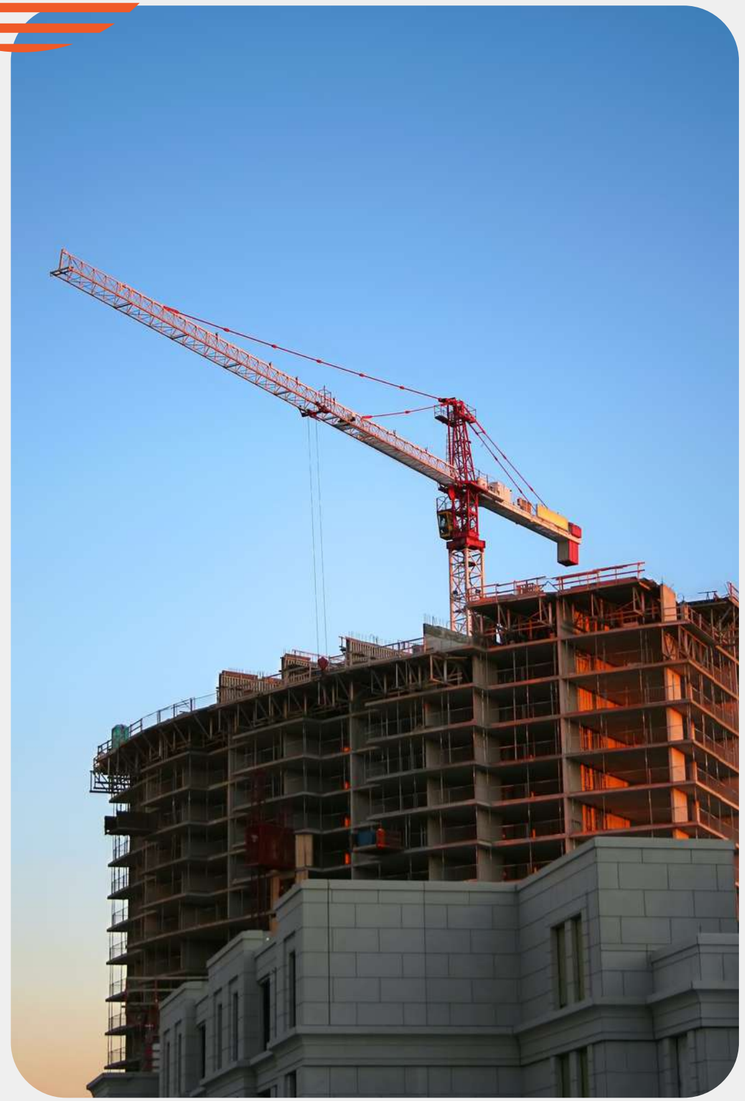


"A economia capixaba tem essa particularidade histórica. Quando a economia brasileira vai bem, o Espírito Santo supera o desempenho nacional. Por outro lado, quando há uma desaceleração no cenário nacional, os efeitos são sentidos mais fortemente aqui. Vale destacar ainda a influência de fatores externos, com incertezas no cenário internacional, com inflação e elevação na taxa de juros nos Estados Unidos e na União Europeia, além dos efeitos da guerra na Ucrânia", explicou o diretor-presidente do Instituto Jones dos Santos Neves, Pablo Lira.

No Espírito Santo, os números do CAGED mostram que houve saldo positivo de 5 mil postos de trabalho, dos quais 3.608 foram contratados para as obras de infraestrutura, que estão espalhados por diversos pontos do estado. Na sequência, 1.055 postos foram criados para a construção de edifícios e outros 337 são dos serviços especializados.

Para o diretor-presidente do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e professor da UVV, Dr. Pablo Lira, os números são positivos e apontam para um crescimento do setor da construção civil no Espírito Santo.

AMBIENTE EXTERNO



Fato é que a alavancagem do crescimento da construção civil impacta o PIB do país e do Estado, com repercussão direta nas atividades do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo. No último biênio (2021/2022), a indústria da construção civil cresceu 17,7% ante 8,2% da economia nacional. Só nos 12 meses, encerrados em setembro de 2022, a mesma cresceu 8,8%. Os números mostram que a atividade do setor encerrou o terceiro trimestre do ano de 2022 está em patamar 16,4% superior ao período pré-pandemia, considerando o quarto trimestre de 2019.

Um ano desafiador para a gestão, que iniciou as atividades com a proposta de retomada e implementação dos projetos paralisados pela pandemia, vislumbrando o crescimento das ações deste Conselho, frente a proposta de realizar uma gestão austera, presente e transparente.

Apesar dos desafios, toda a estrutura do Conselho continuou funcionando, a maioria dos projetos e atividades propostas foram realizados e manteve-se a tendência de crescimento, possibilitando à gestão adquirir uma sede própria.

Ao término do ano, observou-se um cenário muito diferente do que havia sido imaginado no início. As medidas de contingenciamento e austeridade assim como a manutenção das atividades do CAU/ES e a retomada da construção civil no segundo semestre contribuíram para o bom desempenho financeiro deste Conselho no ano de 2022.

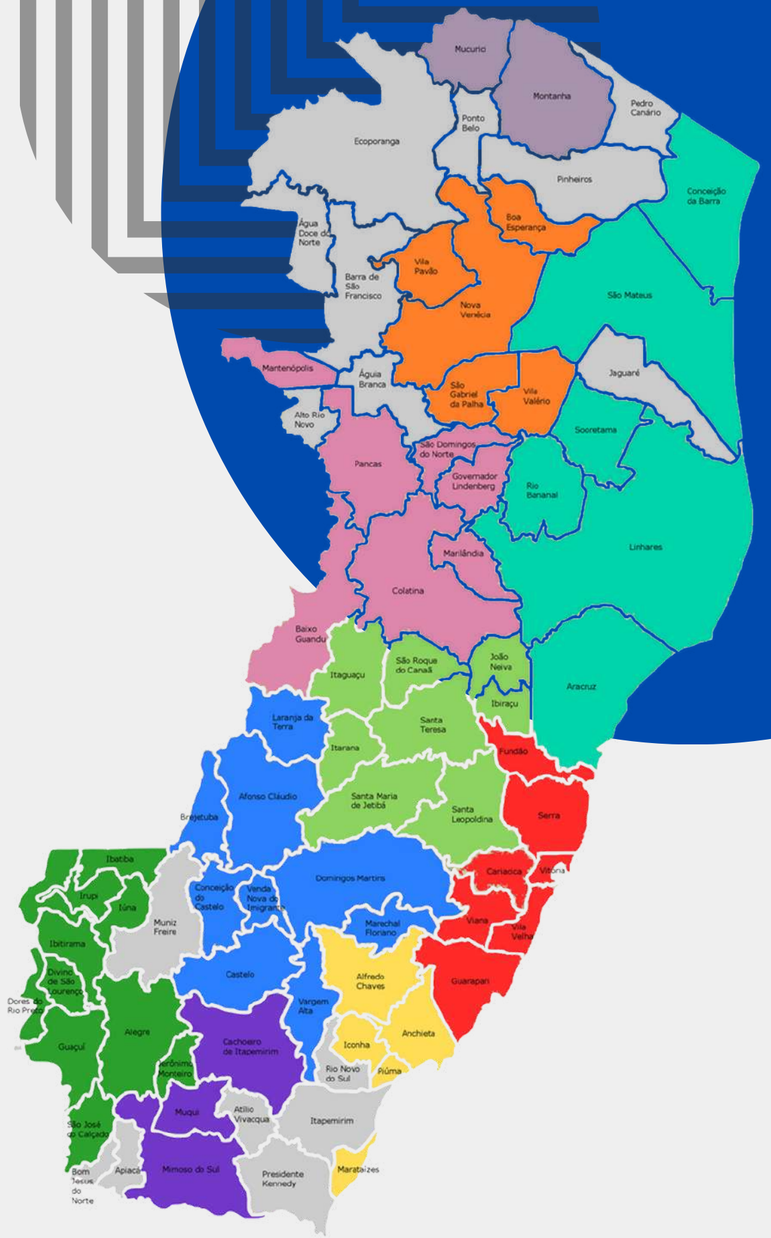
Permanece como grande desafio para o Conselho a conscientização da população/sociedade da necessidade de se contratar um profissional habilitado para obras e reformas. Grande parte das pessoas, no momento de construir ou reformar, abrem mão de terem um responsável técnico pelo projeto e pela execução, optando por outros profissionais sem as atribuições necessárias ou mesmo auto-construindo, visando a redução dos custos.

De acordo com a Lei 12.378/2010, que regulamenta o exercício da profissão do arquiteto e urbanista, qualquer pessoa, física ou jurídica, não habilitada legalmente, não pode exercer nenhuma atividade privativa de arquitetos e urbanistas.

Nesse sentido, o Conselho atua também na orientação de síndicos e administradoras de condomínios acerca da obrigatoriedade de contratação de profissionais legalmente habilitados para acompanhamento técnico em avaliações preventivas, construções e reformas prediais ", reitera Eliomar Venancio de Souza Filho, presidente do CAU/ES.

No Estado do Espírito Santo, composto por 78 municípios, a população estimada é de 4.108.508 pessoas segundo o IBGE. O exercício de 2022, encerrou com uma quantidade de aproximadamente 4.118 arquitetos e urbanistas e 487 empresas com registros ativos junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espirito Santo.

4.118	487	20
ARQUITETOS E URBANISTAS NO ESPÍRITO SANTO	EMPRESAS DE ARQUITETURA NO ESPÍRITO SANTO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO QUE OFERTAM O CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO NO ESPÍRITO SANTO



GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

CAPÍTULO 2

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

A governança estratégica é um conceito que se refere ao conjunto de práticas, estruturas e processos utilizados por uma organização para estabelecer, implementar e monitorar sua estratégia. É um modelo de governança que visa garantir que a organização alcance seus objetivos estratégicos de longo prazo e maximize seu desempenho.

A governança estratégica envolve a definição clara da visão, missão e valores da organização, bem como o estabelecimento de metas e objetivos estratégicos. Também abrange a alocação eficiente de recursos, a identificação e avaliação de riscos estratégicos, a tomada de decisões estratégicas e o monitoramento contínuo do progresso em relação aos objetivos estratégicos.

A governança estratégica é essencial para garantir que a estratégia da organização seja implementada de forma eficaz e que haja uma coordenação adequada entre os diferentes níveis hierárquicos e áreas funcionais. Também ajuda a minimizar os riscos associados à implementação da estratégia e a identificar oportunidades de melhoria e inovação.

No geral, a governança estratégica busca alinhar os interesses das partes interessadas, promover a transparência nas tomadas de decisão estratégica e garantir a responsabilidade pela implementação e execução da estratégia da organização.

Em 20/12/2019, foi expedida a Portaria Presidencial do CAU/BR nº 284/2019 (https://transparencia.caubr.gov.br/portariapres284/) criando um grupo de trabalho para atuar nas ações de estruturação e implantação, dentre outros, da Política de Governança Institucional, cujos trabalhos se iniciaram em meados de 2020, com prazo conclusivo estimado para 30/06/2020. Segue a identificação da estrutura de governança do CAU e proposta de representação de sua figura, nos moldes do Referencial Básico de Governança, 2ª versão, expedido pelo Tribunal de Contas da União. No CAU, a Governança compreende a seguinte estrutura:

I. INSTÂNCIAS EXTERNAS:

- TCU
- CGU

II. INSTÂNCIAS EXTERNAS DE APOIO:

- Auditoria independente
- Controle social organizado
- Fórum de Presidentes

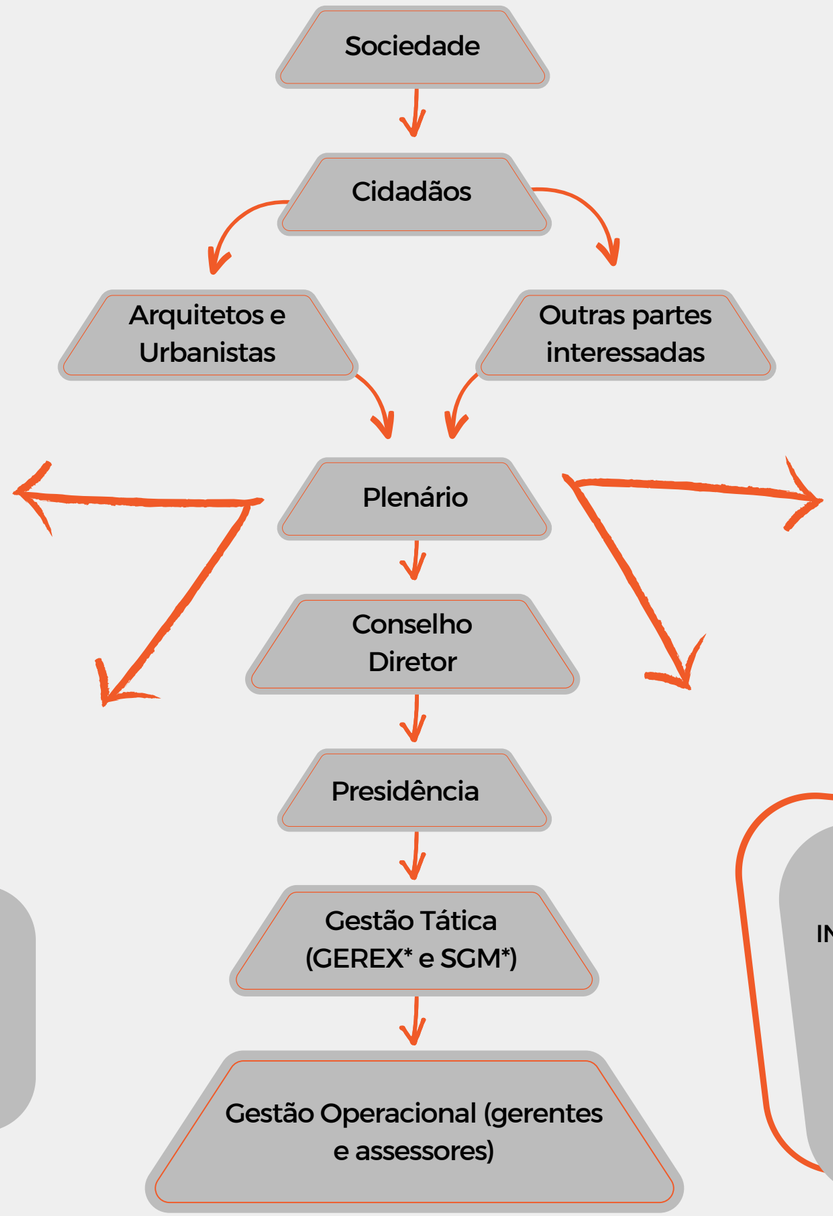
III. INSTÂNCIAS INTERNAS:

- Plenário
- Conselho Diretor
- Colegiado de Governança do Centro de Serviços Compartilhados do CAU (CSC-CAU)
- Colegiado de Governança do Fundo de Apoio Financeiro aos CAU/UF

III. INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO:

- Comissões de Administração e de Finanças
- Controladoria
- Auditoria interna
- Ouvidoria

SISTEMA DE GOVERNANÇA



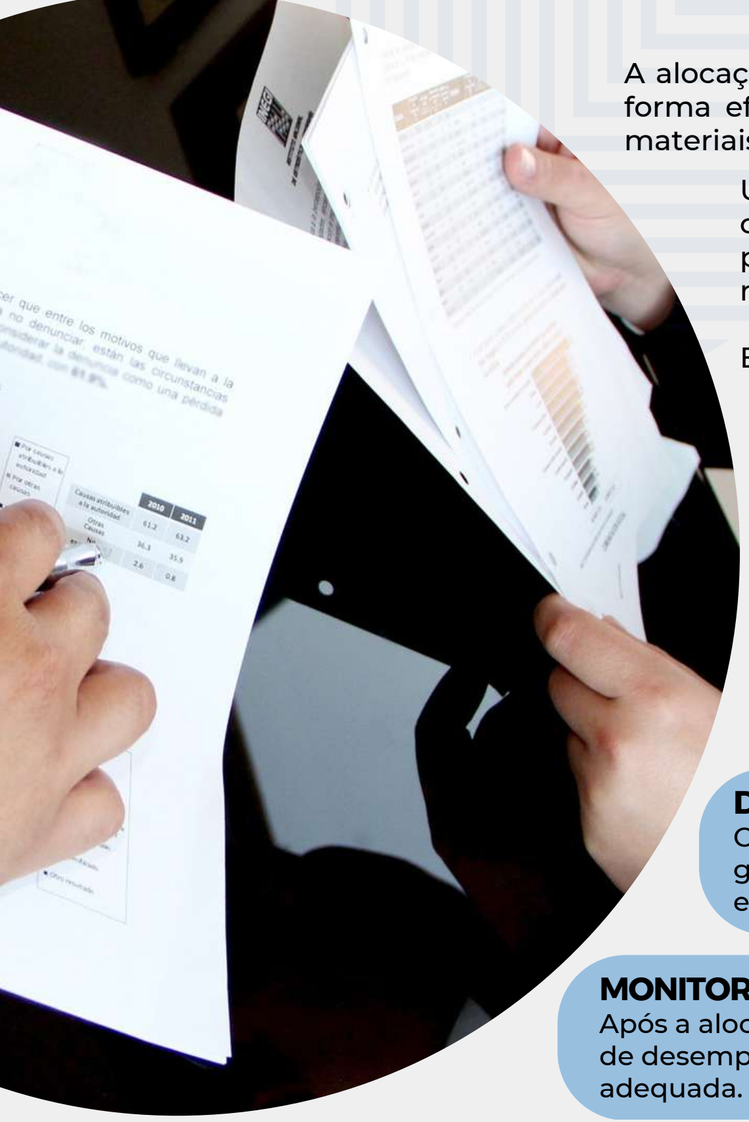
INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA
Plenário
Conselho Diretor
Colegiado de Governança do Centro de Serviços Compartilhados do CAU (CSC-CAU)
Colegiado de Governança do Fundo de Apoio Financeiro aos CAU/UF.

INSTÂNCIAS EXTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇAS
Auditoria Independente Controle social organizado Fórum de Presidentes.

INSTÂNCIAS EXTERNAS DE GOVERNANÇA
TCJ
CGU

INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA
Comissões de Administração e Finanças Controladoria
Auditoria Interna
Ouvidoria.

*GEREX: Gerência Executiva
*SGM: Secretaria Geral da Mesa



A alocação de recursos na administração pública refere-se ao processo de distribuição e utilização dos recursos disponíveis de forma eficiente e eficaz para atender às necessidades e demandas da sociedade. Isso inclui recursos financeiros, humanos, materiais e tecnológicos.

Um dos principais objetivos da alocação de recursos na administração pública é maximizar o valor agregado aos cidadãos e promover o bem-estar social. Para alcançar esse objetivo, é necessário realizar um planejamento cuidadoso, priorizando áreas e projetos que tragam o maior benefício para a sociedade, para os arquitetos e urbanistas e empresas registradas neste Conselho.

Existem diferentes etapas no processo de alocação de recursos na administração pública:

DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES:
As prioridades são estabelecidas com base nas necessidades e demandas definidas pela gestão, bem como nas políticas e objetivos estabelecidos nas diretrizes orçamentárias. Isso pode incluir áreas fiscalização, atendimento e comunicação por exemplo.

ORÇAMENTO:
É elaborado um orçamento que define a quantidade de recursos disponíveis e a forma como serão alocados em cada área prioritária. O orçamento público é uma ferramenta fundamental para guiar a alocação de recursos, sendo debatido e aprovado pelas instâncias do do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Es e do Brasil.

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS:
Com base no orçamento aprovado, os recursos são distribuídos entre os diferentes setores e programas. É importante garantir que a alocação seja equitativa e transparente, levando em consideração as necessidades dos diferentes projetos e atividades.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:
Após a alocação dos recursos, é essencial acompanhar e avaliar sua efetividade e eficiência. São estabelecidos indicadores de desempenho para verificar se os objetivos estão sendo alcançados e se os recursos estão sendo utilizados de forma adequada. Caso necessário, ajustes podem ser feitos para otimizar a alocação de recursos ao longo do tempo.

Além dessas etapas, é importante destacar que a alocação de recursos na administração pública deve seguir princípios de transparência e prestação de contas. A sociedade e os registrados devem ter acesso às informações sobre como os recursos estão sendo alocados, sendo este um dos principais motivos para elaboração do presente relatório.

A alocação de recursos na administração pública é um desafio complexo, pois envolve tomar decisões difíceis e lidar com recursos limitados. No entanto, quando realizada de forma eficiente e baseada em critérios claros, contribui para uma gestão pública mais eficaz, que atenda às necessidades e aspirações da sociedade.

MAPA ESTRATÉGICO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

COMUNICAÇÃO
Investimento
R$ 196.519,27

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS LOCAIS
Investimento
R$ 1.383.521,16

ATHIS*
Investimento
R$ 79.120,00

FISCALIZAÇÃO
Investimento
R$ 855.761,50

ATENDIMENTO
Investimento
R$ 377.095,86

PATROCÍNIO
Investimento
R$ 5.000,00

MISSÃO
Estimular o desenvolvimento profissional, ampliando a percepção da sociedade sobre o papel do Arquiteto Urbanista e tornando a profissão relevante e essencial para a população

VISÃO
Ser reconhecido como órgão de apoio ao profissional arquiteto e urbanista e de interlocução mais direta na defesa das boas práticas profissionais perante a sociedade

Em 2022, os recursos do CAU/ES foram alocados, prioritariamente, nas áreas estratégicas: fiscalização, atendimento, comunicação e manutenção da sustentabilidade financeira.

*Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social

VALORES

Interlocução da Arquitetura e Urbanismo com os profissionais e com a sociedade; Ética, transparência, probidade e eficiência; Valorização da diversidade e da participação democrática; Excelência organizacional para prestação de serviço de qualidade; Atuação com motivação e comprometimento; Inovação com responsabilidade.

SOCIEDADE

Impactar significativamente o planejamento e a gestão do território. + Valorizar a Arquitetura e Urbanismo

PROCESSOS INTERNOS

EXCELÊNCIA ORGANIZACIONAL

- Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo;
- Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a Sociedade;
- Estimular o conhecimento, o uso de processos criativos e a difusão das melhores práticas em Arquitetura e Urbanismo.

+

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

- Influenciar as diretrizes do ensino de Arquitetura e Urbanismo e sua formação continuada;
- Garantir a participação dos Arquitetos e Urbanistas no planejamento territorial e na gestão urbana;
- Estimular a produção da Arquitetura e Urbanismo como política de Estado

+

RELAÇÃO COM A SOCIEDADE

- Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicção com a sociedade;
- Promover o exercício ético e qualificado da profissão;
- Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo.

ALAVANCADORES

Assegurar a sustentabilidade financeira. + Aprimorar e inovar os processos e as ações.

PESSOAS E INFRAESTRUTURA

Desenvolver competências de dirigentes e colaboradores. + Construir cultura organizacional adequada à estratégia + Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento dos arquitetos e urbanistas e a sociedade.

RECEITAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2022

Na administração pública, as receitas referem-se aos recursos financeiros obtidos pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espirito Santo para financiar suas atividades e cumprir suas responsabilidades. Essas receitas são essenciais para sustentar os serviços públicos, como despesas com pessoal, fiscalização, manutenção do funcionamento e infraestrutura e outros projetos e atividades.

Existem diferentes fontes de receitas na administração pública. Aqui estão algumas das principais:

Arrecadação com anuidades de pessoas físicas

Arrecadação com anuidades de pessoas jurídicas

Arrecadação com taxas e multas

Arrecadação com registros de responsabilidade técnica

Arrecadação com rendimentos sobre as aplicações financeiras do Conselho

Outras receitas

É importante ressaltar que o CAU/ES busca uma gestão responsável das receitas, garantindo que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente, eficaz e transparente. Um planejamento adequado e uma administração fiscal responsável são fundamentais para garantir o equilíbrio entre as receitas e despesas públicas, evitando déficits e endividamentos excessivos.

Além disso, a transparência e a prestação de contas são princípios fundamentais na administração das receitas públicas. A população e os registrados tem o direito de conhecer e acompanhar como os recursos estão sendo arrecadados e utilizados, promovendo a participação e a fiscalização dos gastos públicos.

Receitas Correntes Previstas:

R$ 3.744.548,48

Receitas Correntes Realizadas:

R$ 3.769.133,66

R$ 1.666.634,99 **Anuidades PF 2022**	R$ 117.542,83 **Anuidades PJ 2022**	R$ 255.510,60 **Rendimento sobre Aplicações financeiras**
R$ 1.542.195,64 **Registro de Responsabilidade Técnica**	R$ 164.760,20 **Taxas e Multas**	R$ 22.606,54 **Outras receitas**

DESPESAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2022

As despesas públicas são os gastos realizados pelo Conselho para cumprir suas responsabilidades e fornecer os serviços públicos. Esses gastos abrangem todas as áreas do Conselho, desde a fiscalização, atendimento, comunicação e administração de uma forma geral.

A administração das despesas públicas é uma tarefa crucial para garantir o uso adequado dos recursos financeiros disponíveis. Aqui estão alguns aspectos importantes das despesas públicas:

CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS:

As despesas públicas podem ser classificadas em diversas categorias. A classificação mais comum é a distinção entre despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes referem-se aos gastos regulares e contínuos necessários para manter os serviços públicos em funcionamento, como salários dos funcionários públicos, pagamento de contas, aquisição de suprimentos, entre outros. Já as despesas de capital são investimentos realizados para adquirir ativos de longo prazo, como construção, compra de equipamentos, entre outros.

ORÇAMENTO PÚBLICO:

A gestão das despesas públicas é realizada por meio do orçamento público, que é um instrumento de planejamento e controle financeiro. O orçamento define a alocação de recursos para cada área de atuação do Conselho, estabelecendo limites de gastos e prioridades. O processo orçamentário inclui a elaboração, discussão, aprovação, execução e controle do orçamento.

CONTROLE E MONITORAMENTO:

É fundamental realizar um controle efetivo das despesas públicas para garantir a eficiência e a legalidade na utilização dos recursos. Os órgãos de controle interno e externo, como as auditorias internas, tribunais de contas e órgãos de controle externo, têm a responsabilidade de verificar a conformidade dos gastos públicos, combater a corrupção e promover a transparência.

PRIORIDADES E EFICIÊNCIA:

Na administração das despesas públicas, é necessário estabelecer prioridades claras e tomar decisões estratégicas. Os recursos são limitados, portanto, é preciso definir quais áreas e programas devem receber maior atenção e investimento. Além disso, a busca pela eficiência na gestão dos gastos é fundamental para garantir que os recursos sejam utilizados da melhor forma possível, obtendo o máximo de resultados e benefícios para a sociedade.

TRANSPARÊNCIA:

A prestação de contas e a transparência são princípios fundamentais na administração das despesas públicas.
A administração das despesas públicas é um desafio constante para os gestores, que precisam encontrar um equilíbrio entre as necessidades e a capacidade financeira do Conselho à luz da a efetividade na entrega dos serviços públicos.

R$ 3.277.096,81 **Despesas correntes empenhadas 2022**	R$ 45.487,77 **Fundo de apoio aos CAU/UFs básicos**	R$ 270.297,53 **Centro de serviços compartilhados**	R$ 744.561,54 **Despesas de funcionamento e manutenção**	R$ 1.901.767,54 **Pessoal e encargos**
R$ 57.125,00 **Diárias conselheiros**	R$ 24.275,00 **Diárias funcionários**	R$ 158.930,53 **Jetons e auxílio representação conselheiros**	R$ 57.854,45 **Passagens aéreas conselheiros**	R$ 16.797,54 **Passagens aéreas funcionários**

Em 2022. o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo, concluiu o processo de aquisição da sede própria iniciado na gestão da então presidente Liane Becacici Gozze Destefani.

Comissão Temporária de Aquisição da Nova Sede

A aquisição de uma sede própria pelo Conselho de Arquitetura do Espirito Santo é considerada uma vitória para a classe dos arquitetos capixabas.

Existem várias razões pelas quais isso pode ser visto como um marco significativo:

RECONHECIMENTO E FORTALECIMENTO DA PROFISSÃO:
Ter uma sede própria demonstra a consolidação e o reconhecimento da importância do Conselho de Arquitetura do Espírito Santo como entidade representativa da classe.
Isso fortalece a imagem da profissão perante a sociedade e outras instituições.

IDENTIDADE E VALORIZAÇÃO:
Uma sede própria proporciona um local físico que representa a identidade e os valores da classe de arquitetos. É um espaço que pode ser utilizado para reunir os profissionais, promover eventos, oferecer serviços e fortalecer a interação e colaboração entre os membros.

AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA:
Ao possuir sua própria sede, o Conselho de Arquitetura ganha autonomia e independência em relação a espaços alugados ou compartilhados. Isso permite maior controle sobre as atividades, ações e eventos promovidos pela entidade, possibilitando um planejamento estratégico mais eficaz.

INVESTIMENTO NO FUTURO:
A aquisição de uma sede própria é um investimento a longo prazo na classe de arquitetos. O patrimônio imobiliário tende a se valorizar ao longo do tempo, o que pode gerar benefícios financeiros para o Conselho e para a própria categoria.

MELHORIA NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO:
Uma sede própria pode oferecer melhores condições de trabalho para os funcionários e membros do Conselho de Arquitetura. Ela pode ser projetada e adaptada de acordo com as necessidades específicas da entidade, proporcionando um ambiente mais adequado, funcional e confortável.

É importante ressaltar que a aquisição de uma sede própria envolve recursos financeiros e planejamento cuidadoso para garantir sua viabilidade e sustentabilidade, por isso o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espirito Santo realizou avalições das condições econômicas, custo-benefício e realizada um planejamento adequado da gestão para manutenção do imóvel e garantir os benefícios a longo prazo para a classe.

Comissão Temporária do Projeto da Nova Sede

Novo endereço do CAU/ES

Despesas de Capital Empenhadas: R$ 2.687.297,18
Despesas com aquisição da sede própria: R$ 2.665.775,38
Outras despesas de capital: R$ 21.521,80

CAPÍTULO 3

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

GESTÃO DE RISCOS

A gestão pública enfrenta uma série de desafios, riscos e oportunidades.

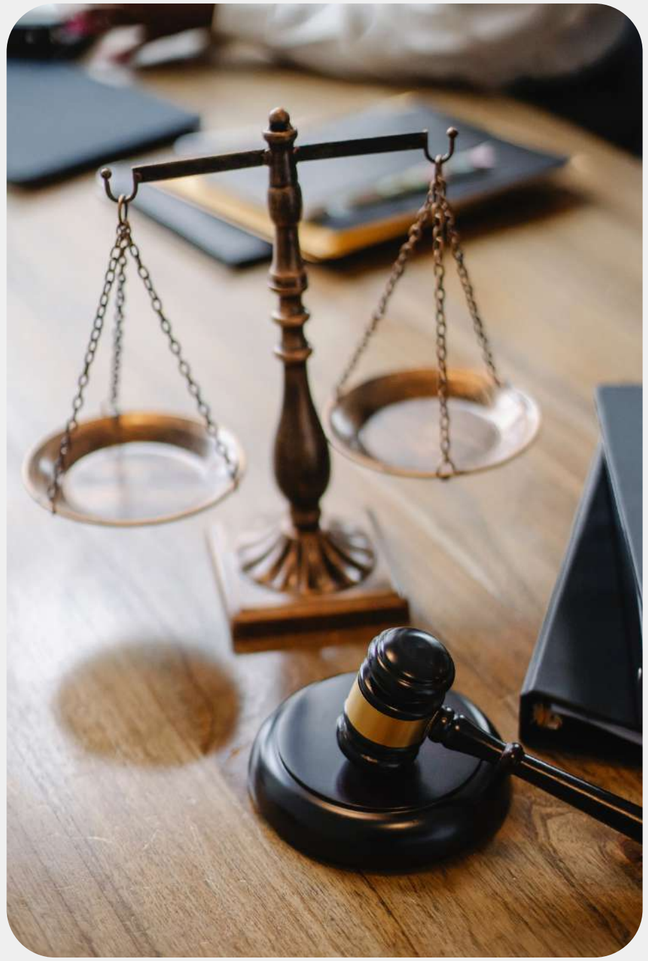
O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espirito Santo (CAU/ES) é uma entidade responsável pela fiscalização do exercício profissional da arquitetura e urbanismo, bem como pela promoção e valorização dessas áreas. Por isso vários fatores de risco podem comprometer a gestão.

Para tanto o Conselho busca gerenciar adequadamente seus recursos financeiros para cumprir suas funções e objetivos, incluindo a realização de atividades de fiscalização, capacitação e desenvolvimento profissional. A má gestão financeira pode levar a dificuldades para manter o funcionamento da instituição e prejudicar sua credibilidade perante os profissionais e a sociedade.

A transparência é fundamental para garantir a confiança da sociedade e dos registrados perante ao CAU/ES. A falta de transparência pode levar a suspeitas de corrupção, nepotismo ou outras práticas ilegais, o que pode prejudicar a imagem da instituição e comprometer sua capacidade de atuar com eficiência.
A fiscalização é uma das principais funções do CAU/ES, garantindo que os profissionais atuem de acordo com as normas e padrões da arquitetura e urbanismo. Falhas na fiscalização podem permitir a atuação de profissionais não habilitados ou a execução de obras irregulares, colocando em risco a segurança e a qualidade de vida dos usuários e da população em geral.

O CAU representa os interesses dos profissionais de arquitetura e urbanismo de forma efetiva, buscando dialogar com outras entidades, instituições públicas e a sociedade em geral. A falta de representatividade pode levar a dificuldades para defender os interesses da categoria e para contribuir com a formulação de políticas públicas e a promoção do desenvolvimento urbano.

A arquitetura e urbanismo são áreas em constante evolução, com novas tecnologias, metodologias e demandas surgindo a todo momento e por este motivo a gestão precisa estar sempre atenta a essas mudanças e ser capaz de se adaptar, aprimorando suas práticas e sua atuação para acompanhar as tendências e as necessidades da sociedade e do mercado. Caso contrário, pode perder sua relevância e eficácia no cumprimento de suas funções.



Com o intuito de mitigar os riscos acima mencionados, bem como os demais que podem surgir, o CAU/ES por meio de seu corpo de conselheiros, gerentes e assessores, realiza o controle mensal de seu desempenho através de indicadores de desempenho e metas, buscando assim a sustentabilidade financeira do Conselho e a realização das ações propostas em seu plano de ação e orçamento.

Apesar de existir um grupo de trabalho criado no CAU/BR para estruturar e implementar uma Política de Gestão de Ricos e Controles Internos, ainda não foram efetivadas ações concretas nesse sentido.

A perspectiva é que esse trabalho seja disseminado a todos os CAU/UF que poderão implementar as adequações do modelo do CAU/BR julgadas necessárias a cada realidade.

A Gestão de Riscos e Controles Internos no âmbito do CAU/BR abrange questões estratégicas, riscos e ameaças, com acompanhamento da execução do Plano de Ação e abordagem como a das Três Linhas de Defesa (IIA, 2013). Desta forma o CAU/BR conta com os seguintes grupos de responsáveis envolvidos com o gerenciamento de riscos:

- 1ª linha de defesa – Controles das Gerências e Assessorias – controles desenvolvidos por meio de sistemas e processos sob orientação e responsabilidade de cada gestor de área.

- 2ª linha de defesa – Controladoria e Gerência de Planejamento e Gestão Estratégica – Coordenam as atividades de gestão e monitoramento de riscos, auxiliando os gestores da primeira linha de defesa a desenvolverem e aprimorarem seus controles internos.

- 3ª linha de defesa – Auditoria Interna, Gerência de Planejamento e Gestão Estratégica e Auditoria Independente (abrangência: CAU/BR e CAU/UF) – Fornecem avaliações (asseguração) independentes e objetivas sobre os processos de gerenciamento de riscos, controle e governança ao CAU/BR e CAU/UF.

A gestão de riscos tem como objetivo a tomada de decisão com vistas a prover razoável segurança no cumprimento da missão e no alcance dos objetivos estratégicos.

GESTÃO DAS OPORTUNIDADES

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CAU/ES) possui diversas oportunidades para promover o desenvolvimento e fortalecimento da arquitetura e urbanismo no estado. Algumas das oportunidades incluem:

VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO

O CAU/ES busca implementar ações e campanhas que visam valorizar a profissão de arquiteto e urbanista, destacando sua importância para a sociedade e promovendo a conscientização sobre os serviços oferecidos por esses profissionais.

FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO

O CAU/ES procura fortalecer a fiscalização do exercício profissional, garantindo que os arquitetos e urbanistas estejam atuando de acordo com as normas e regulamentos estabelecidos. Isso contribui para a segurança e qualidade das obras e serviços prestados à população.

ESTÍMULO À FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

O CAU/ES incentiva a formação contínua e capacitação dos profissionais, promovendo cursos, palestras e workshops sobre temas relevantes para a arquitetura e urbanismo. Isso contribui para o aprimoramento técnico e atualização dos conhecimentos dos arquitetos e urbanistas do estado.

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

O CAU/ES fomenta práticas sustentáveis na arquitetura e urbanismo, incentivando a adoção de soluções que priorizem a eficiência energética, a preservação ambiental, a acessibilidade e a qualidade de vida nas cidades do Espírito Santo. Isso contribui para um desenvolvimento urbano mais equilibrado e consciente.

PARCERIAS E COLABORAÇÕES

O CAU/ES estabelece parcerias com outras entidades, instituições de ensino, empresas e órgãos públicos para promover a troca de conhecimentos, desenvolver projetos conjuntos e fortalecer a atuação da arquitetura e urbanismo no estado. Essas parcerias podem abranger áreas como o planejamento urbano, preservação do patrimônio histórico, sustentabilidade, entre outras.

PARTICIPAÇÃO EM DEBATES E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O CAU/ES participa ativamente de debates e contribuir para a formulação de políticas públicas relacionadas à arquitetura e urbanismo. Isso envolve a participação em fóruns, audiências públicas e a elaboração de propostas que visem melhorar a qualidade do ambiente construído e a qualidade de vida da população.

Essas são algumas das oportunidades que o CAU/ES explora para promover a arquitetura e urbanismo no Estado do Espirito Santo. É importante que a gestão permaneça atenta às demandas da sociedade e de seus registrados, buscando estar atualizada em relação às tendências e necessidades do setor, a fim de aproveitar ao máximo essas oportunidades.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

CAPÍTULO 4

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

FINANÇAS E ATOS NORMATIVOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar a Sustentabilidade Financeira

INVESTIMENTO PREVISTO

R$ 32.577,61

INVESTIMENTO REALIZADO

R$ 24.330,17

A Comissão de Planejamento, Finanças e Atos Normativos desempenha um papel fundamental na gestão e governança do CAU/ES, contribuindo para o bom funcionamento e para a efetividade do conselho. Seu trabalho é essencial para o desenvolvimento estratégico, financeiro e normativo da entidade, visando ao fortalecimento e à promoção da arquitetura e urbanismo no Espírito Santo.

Conselheiro	Titular	Suplente
Coordenadora:	Carolina Gumieri Pereira de Assis	
Coordenador-adjunto:	Luciane Veiga dos Santos	Geraldo Lino da Silva
Membro:	Pollyana Dipré Meneghelli	Maria Alice Rampinelli
Membro:	Lucio Rossi de Oliveira	Renata Salles Ramos Modenesi
Assessoria: Wiviane Lombardi		

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ATOS NORMATIVOS CPFA

A Comissão de Planejamento, Finanças e Atos Normativos do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CAU/ES) é um órgão interno responsável por tratar de assuntos relacionados ao planejamento estratégico, à gestão financeira e à elaboração de normas e regulamentos no âmbito do conselho.

As principais atribuições da Comissão de Planejamento, Finanças e Atos Normativos podem incluir:

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:
A comissão é responsável por auxiliar na definição das diretrizes e metas do CAU/ES, contribuindo para o desenvolvimento de planos de ação que visem ao cumprimento dos objetivos institucionais. Isso inclui a avaliação das demandas, a identificação de oportunidades e o monitoramento dos resultados alcançados.

GESTÃO FINANCEIRA:
A comissão desempenha um papel fundamental na gestão dos recursos financeiros do CAU/ES. Isso envolve a elaboração e acompanhamento do orçamento, a análise e aprovação de despesas, a realização de prestação de contas e a garantia de que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e transparente.

ELABORAÇÃO DE NORMAS E REGULAMENTOS:
A comissão contribui para a elaboração e revisão das normas e regulamentos do CAU/ES, garantindo que estejam atualizadas e alinhadas com as demandas da profissão e da sociedade. Isso pode incluir a análise de propostas, a realização de consultas públicas, a elaboração de pareceres e a recomendação de medidas a serem adotadas pelo conselho.

ANÁLISE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS:
A comissão é pode analisar processos administrativos internos, como licitações, contratos e convênios, garantindo que estejam em conformidade com as normas legais e os princípios éticos.

ACOMPANHAMENTO DE INDICADORES DE DESEMPENHO:
A comissão monitora e avalia indicadores de desempenho do CAU/ES, identificando eventuais pontos de melhoria e propondo ações corretivas ou de aprimoramento, além de medidas de correção de rumos.

GERÊNCIA TÉCNICA

A gerência técnica no CAU/ ES é responsável pelos setores de atendimento, pelo setor técnico e pelo setor de fiscalização.

Dentre as principais atribuições da GERTEC estão:

- Atendimento ao público de forma geral;
- Assessoria à CEP, na instrução processos, deliberações, inserção das informações no SICCAU, acompanhamentos e correspondências;
- Apoio à CEF, nos assuntos relativos ao ensino, deliberações e acompanhamentos;
- Encaminhamentos de processos éticos à presidência, com vistas à CED;
- Participação em Plenárias (mínimo 1 mensal) e participação eventual no Conselho Diretor, mediante demanda;
- Palestras e treinamentos a exemplo dos Treinamentos de RRT, Palestra para Síndicos e Administradoras de Condomínios e Palestra para Egressos, Apoio em Eventos da Presidência e da CEF palestrando sobre assuntos técnicos;
- Participação em eventos;
- Participação em reuniões com órgãos como: CREA, prefeituras e secretarias de estado, para viabilização de demandas diversas relativas à fiscalização e área técnica;
- Realização de relatórios, ofícios, minutas de convênios, planos de trabalho, atendimento aos profissionais e empresas e encaminhamentos à assessoria jurídica e CAU/BR;
- Fiscalização do contrato de Athis – Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social;
- Gerenciamento das fiscalizações na Grande Vitória e Interior, visando preparação do planejamento anual de fiscalização e atendimento de metas e resultados;
- Elaboração da auditoria de RRTs;
- Gerenciamento da área técnica e atendimento, bem como estabelecimento de metas e resultados;
- Dentre outros.

FISCALIZAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO
Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo

INVESTIMENTO PREVISTO
R$ 625.654,33

INVESTIMENTO REALIZADO
R$ 597.126,38

ATENDIMENTO

OBJETIVO ESTRATÉGICO
Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a Sociedade

INVESTIMENTO PREVISTO
R$ 416.234,82

INVESTIMENTO REALIZADO
R$ 346.951,98

SETOR DE ATENDIMENTO

O setor de atendimento, presta as informações iniciais aos arquitetos, quanto a RRT, RDA, CAT, Certidões, solicita documentação para registros de pessoa física e jurídica, tira dúvidas sobre anuidade, dentre outros.

Em 2022, foram realizados os seguintes atendimentos:

CANAL DE ATENDIMENTO	REALIZADOS
E-MAIL	368
PRESENCIAL	437
TELEFONE	2149
SICCAU	64
CHAT	2343
TOTAL	**5361**

SETOR DE ANÁLISE TÉCNICA

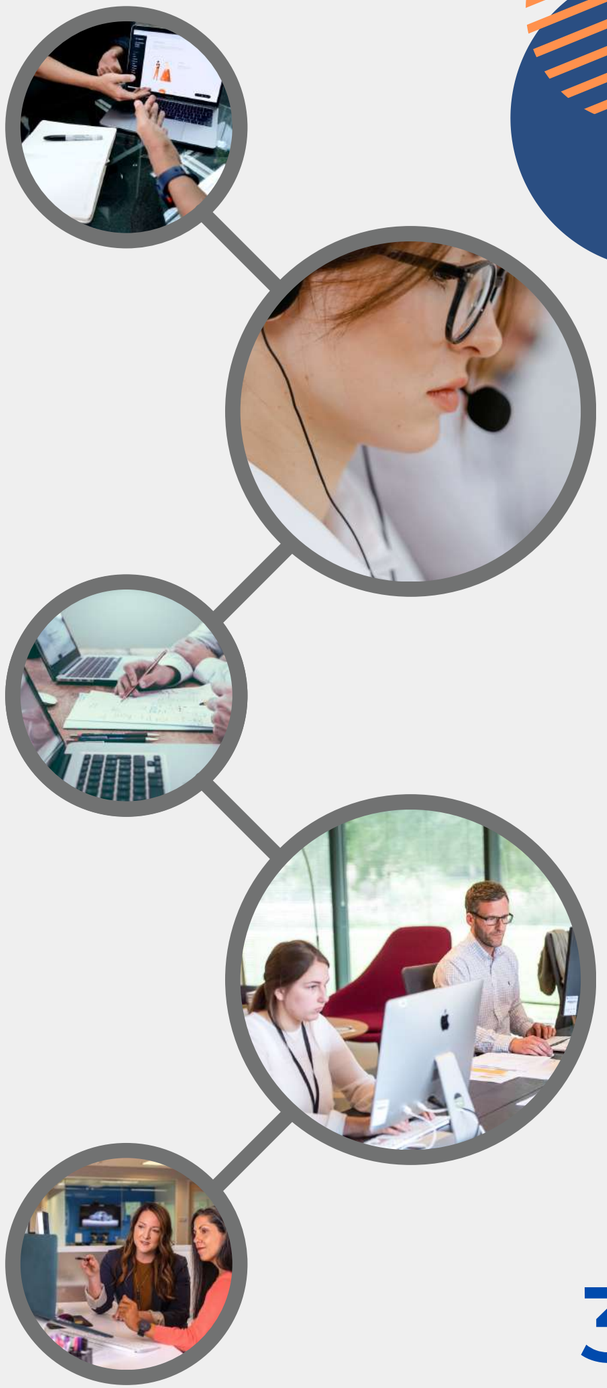
Dentre as atribuições da Área Técnica estão:

- Análises de documentações diversas, conforme quadros abaixo.
- Pareceres técnicos
- Atendimento aos profissionais

ANÁLISES	SOLICITADOS	REALIZADOS
RRT EXTEMPORÂNEO	361	292
RRT DERIVADOS	27	24
CANCELAMENTO DE RRTS	77	17
NULIDADE DE RRTS	12	2
ATIVIDADES NO EXTERIOR	2	0
TOTAL	**481**	**335**

SOLICITAÇÃO	PROTOCOLADO	DEFERIDO
Reg. Empresa	59	59
Baixa Empresa	16	14
Baixa Resp. Técnico (RT)	12	11
Inclusão de RT	43	33
Interrupção de Reg. de Empresa	26	24
Alteração Reg. PJ	33	27
Cancelamento de CRQPJ	0	0
Permissão para retificação RRT baixado	110	68
Emissão de certidões com atividades de georrefenciamento	10	8
Solicitação de declaração de RRT	2	2

SOLICITAÇÃO	PROTOCOLADO	DEFERIDO
CAT-A	235	168
RDA	4	0
Reg. Profissional definitivo	137	137
Reg. Profissional Provisório	251	241
Interrupção Reg. Profissional	354	183
Prorrogação Reg. Provisório	40	29
Reativação de Reg. Profissional	57	51
2ª via carteira profissional	20	12
Anotação de Curso	8	3
Inclusão de Pós Graduação (Eng. Seg. Trabalho)	22	13
Diploma para registro definitivo	426	363
Alteração dados cadastrais	60	41
Cancelamento de CRQPF	3	3



SETOR DE FISCALIZAÇÃO

Dentre as atribuições da área de fiscalização estão:

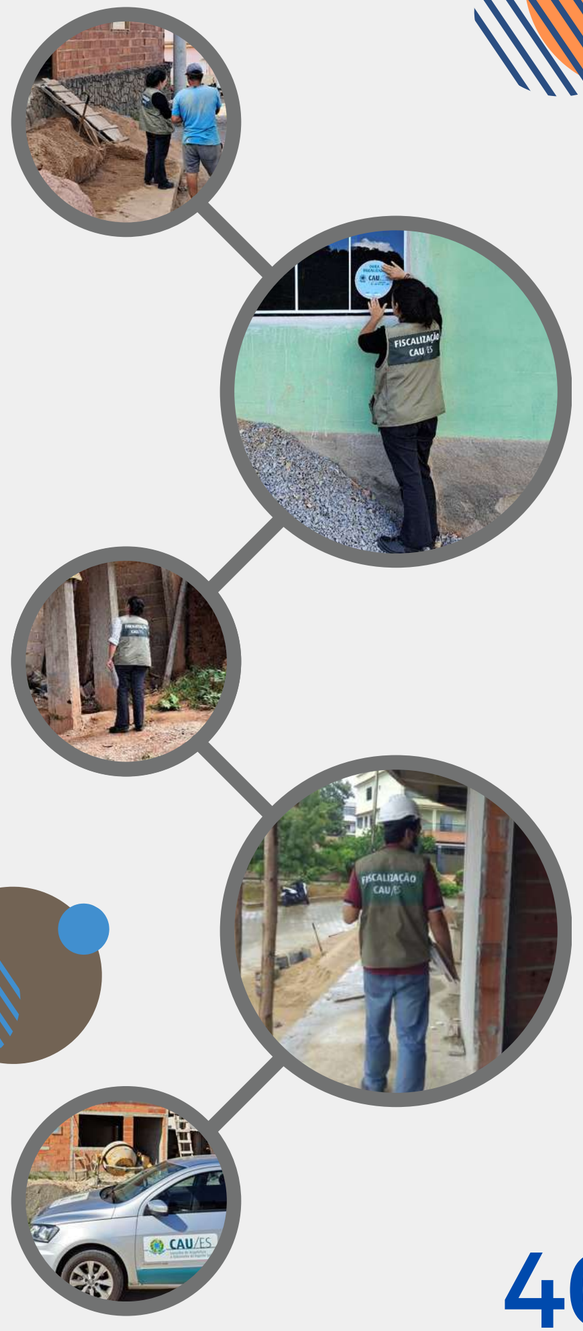
- Fiscalização presencial e virtual referente ao exercício da profissão de arquitetura;
- Pareceres técnicos
- Visitas técnicas
- Atendimento à profissionais

Os números de processos de fiscalização em aberto estão resumidos no quadro abaixo:

PROCESSOS	QUANT. TOTAL
ENCAMINHADAS À CED	6
COM CONSELHEIROS	48
JÁ DELIBERADOS	34

DEMANDAS	2022
Denúncias apresentadas	84
Denúncias apuradas	82
Denúncias pendentes	2
N° fiscalizações virtuais	1064
N° fiscalizações externas (Grande Vitória)	233
N° fiscalizações externas (interior)	318
N° relatório de fiscalização	1713
N° notificações emitidas	388
N° notificações regularizadas	321
N° autos emitidos	37
N° autos regularizados	4
N° editais fiscalizados	6
N° editais impugnados	1*

Obs:
* Grande maioria dos editais sobre piso de salários para arquitetos em prefeituras. Não conseguimos atuar por falta de base legal.



EVENTOS EM QUE A GERÊNCIA TÉCNICA PARTICIPOU EM 2022:

1. ENCONTRO COM PREFEITURAS

Local: Online

Funcionários participantes: Juliana Grillo – Gerente Técnica e Gerente Geral Pedro Canal
Objetivo: Promover um bate papo com os setores de aprovação de projeto e com os setores de fiscalização, afim de identificar parâmetros em comum e promover a troca de experiências.

EVENTO	PERÍODO	PARTICIPANTES
1° ENCONTRO PREFEITURAS	Março	Gerente; Juliana Grillo Gerente Geral: Pedro Canal Cons.: Pollyana Dipré

2. 2° CICLO DE FORMAÇÃO CAU/ES JOVEM

Funcionários Participantes: Juliana Grillo – Gerente Técnica

Objetivo: Ciclo de capacitação e oportunidades para arquitetas e arquitetos em diferentes segmentos dentro da arquitetura, e compreender processos da vida profissional relacionada ao Conselho. Foram 5 dias de capacitação englobando os temas: Abra sua Empresa de Arquitetura, Registre Corretamente suas Atividades, Introdução ao Gerenciamento de Projetos, Projeto Executivo de Arquitetura e Sustentabilidade em Edificações através da Certificação Ambiental AQUA-HQE

EVENTO	PERÍODO	PARTICIPANTES
2° CICLO DE FORMAÇÃO CAU/ES JOVEM	Março	Gerente Juliana Grillo Arq. Flávio Hadlich

3. CAU/ES PRESENTE

Local: Faculdade do Interior

Funcionários Participantes: Juliana Grillo – Gerente Técnica, Fiscal da área e Assistente Adm. Evandro

Objetivo: Promover proximidade com os arquitetos e estudantes de arquitetura do interior do estado, bem como oferecer serviços que são realizados presencialmente apenas na capital, como biometria e atendimento presencial e Treinamento RRT.

EVENTO	PERÍODO	PARTICIPANTES
1° CAU/ES PRESENTE	Abril Faculdade Pitágoras Linhares	Gerente Juliana Grillo Cons. Hansley Rampineli e Cons. Jane Aguiar
2° CAU/ES PRESENTE	Setembro parte na faculdade São Camilo e parte na Faculdade América Cachoeiro de Itapemirim	Gerente Juliana Grillo Cons. Liane Destefani

4. 1° FÓRUM DOS COORDENADORES DAS COMISSÕES DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Local: Belo Horizonte – CAU/MG

Funcionários Participantes: Juliana Grillo – Gerente Técnica

Objetivo: promover a troca de experiências sobre processos internos de fiscalização, promover o debate sobre resoluções nacionais e compartilhar ações direcionadas aos diferentes setores da sociedade que se relacionam diretamente ou indiretamente com o exercício profissional dos(as) arquitetos(as) e urbanistas e subsidiar os(as) presidentes com informações, demandas e trabalhos, estudos regionalizados, para encaminhamento ao CAU/BR, de forma a contribuir com o debate e aprimoramento das discussões.

EVENTO	PERÍODO	PARTICIPANTES
III FÓRUM CEP	Julho	Gerente Juliana Grillo Cons. Pollyana Dipré

5. VISITA IES AO CAU

Local: Sede CAU ES

Funcionários Participantes: Juliana Grillo – Gerente Técnica (Apoio Evento CEF)

Objetivo: Promover proximidade com os arquitetos e estudantes de arquitetura, apresentando a estrutura do Conselho e oferecendo palestra sobre os primeiros passos após formação.

EVENTO	PERÍODO	PARTICIPANTES
1° VISITA AO CAU	Maio Faculdade UCL	Gerente Juliana Grillo Cons. Carolina Gumiere

6. TREINAMENTO RRT

Em virtude de o tema estar entre os três que mais geram dúvidas a nível Brasil, assim como no setor de atendimento deste conselho, os treinamentos de RRT ocorrem tanto de forma online quanto presencial. Este ano, os presenciais ocorreram no interior do Estado.

EVENTO	PERÍODO	PARTICIPANTES
1° Treinamento RRT	ONLINE MARÇO	Gerente Técnica Juliana Grillo e Cons. Regina Morandi
2° Treinamento RRT	PRESENCIAL ABRIL (LINHARES)	Gerente Juliana Grillo
3° Treinamento RRT	ONLINE MAIO	Analista Técnica Raquel e Cons. Pollyana Dipré
4° Treinamento RRT	ONLINE JUNHO	Gerente Juliana Grillo e Analista Raquel Mello
5° Treinamento RRT	ONLINE JULHO	Analista Raquel Mello e Cons. Renzo Capelini
6° Treinamento RRT	PRESENCIAL SETEMBRO (CACHOEIRO)	Gerente Juliana Grillo
7° Treinamento RRT	ONLINE SETEMBRO	Analista Técnica Sabrina Carneiro e Cons. Pollyna Dipré
8° Treinamento RRT	ONLINE OUTUBRO	Gerente Juliana Grillo

7. SEMINÁRIO DE FISCALIZAÇÃO 2022

Local: ES – Auditório do Sebrae

Funcionários Participantes: Juliana Grillo – Gerente Técnica e Fiscais

Objetivo: promover encontro com os demais CAU/UF trocando informações acerca de boas práticas de fiscalização, bem como discutindo indicadores de fiscalização e buscando contribuições para o Plano Nacional de Fiscalização.

EVENTO	PERÍODO	PARTICIPANTES
SEMINÁRIO FISCALIZAÇÃO	MAIO	Gerente Juliana Grillo, Gerente Geral Pedro Canal e Cons. diversos

8. ENCONTRO COM COORDENADORES

Local: Online

Funcionários Participantes: Juliana Grillo – Gerente Técnica (Apoio Evento CEF)

Objetivo: Promover proximidade com as IES através dos Coordenadores dos Cursos e discutir temas pertinentes como EAD, Eventos do Conselho voltados aos estudantes de arquitetura, Concurso TCC, Empresa Junior e Escritório Modelo e Cadastro de Egressos.

EVENTO	PERÍODO	PARTICIPANTES
1° ENCONTRO COORDENADORES	MAIO	Gerente Juliana Grillo Cons. Liane Destefani

9. PALESTRA COM SÍNDICOS, ADMINISTRADORAS DE CONDOMÍNIOS E ARQUITETOS

Com o objetivo de apresentar a NBR 16.280/2015 que trata de reformas condominiais, sejam elas em áreas comuns ou privativas e a LEI n° 9418/2019, da PMV que institui que edificações públicas e privadas, serão objeto de vistorias técnicas periódicas registradas em Laudos de Inspeção Predial elaborados por profissional habilitado. E também orientar sobre quesitos ligados à aprovação e normas relativas ao Corpo de Bombeiros. A primeira realizada online e a segunda realizada presencialmente.

EVENTO	PERÍODO	PARTICIPANTES
1° ENCONTRO	ABRIL	Juliana Grillo e Cons. Pollyana Dipré
2° ENCONTRO	NOVEMBRO	Juliana Grillo e Cons. Pollyana Dipré e Corpo de Bombeiros

10. III ENCONTRO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO

Local: São Paulo – CAU/SP

Funcionários Participantes: Juliana Grillo – Gerente Técnica

Objetivo: reunir fiscais de todo o Brasil para discutirem suas dúvidas e trocarem experiências sobre suas atuações. O resultado dessas participações será encaminhado ao CAU/BR e poderá servir de subsídio para a construção de uma fiscalização melhor integrada em todo território nacional, respeitadas as várias especificidades regionais.

EVENTO	PERÍODO	PARTICIPANTES
III ENCONTRO FISCALIZAÇÃO	NOVEMBRO	Gerente Juliana Grillo

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aumento da fiscalização virtual, com a vinda do assistente administrativo para a fiscalização, nos colocando em 4° lugar geral no ranking dos CAU/UF em número de relatórios de fiscalização;
- Contratação de estagiários para suporte ao atendimento, tanto matutino quanto vespertino.
- Ação de atendimento ao público que consiste em ligações diárias aos arquitetos registrados, visando oferecer suporte sem que o profissional precise solicitar. Assim como, realização de pesquisa de satisfação com as ações do CAU/ES.
- Contratação de estagiária para suporte a área de análise técnica, que atualmente conta com apenas uma analista técnica;
- Orientação direcionada aos profissionais da CASA COR, realizada em Julho, o que reduziu o número de notificações na Mostra.

Parcerias:

- Com a Defesa Civil, trazendo o arquiteto para mais perto da parcela menos abastada da população. Foi realizada visita ao Morro do Jaburu e ao Centro de Operações do Corpo de Bombeiros, assim como foi viabilizado curso para atuação dos arquitetos interessados em atuar conjuntamente a defesa Civil, tanto em ações preventivas, quanto em ações pós ocorrências.

- Com a Defensoria Pública, firmada através do Edital de Athis, em que oito arquitetos selecionados trabalharam com usucapião de 10 terrenos cada, identificados no município de Serra. Funcionou como um projeto piloto há interesse entre ambas as partes de manter a parceria.

- Reuniões com prefeituras para viabilização do termo de cooperação objetivando parceria nas fiscalizações de obras. Viana foi o primeiro município a assinar o termo. Ainda em tratativa com os demais municípios.

- Realização de treinamento de RRT pela GERTEC, para melhorar/facilitar o preenchimento de RRTs visando menos erros. Foram realizados oito eventos ao todo em 2022.

Palestras Orientativas:

- Para administradoras de condomínios, abordando tema de reforma em unidades tanto residenciais, quanto comerciais (intensificação da fiscalização em obras de interiores);

- Para arquitetos e síndicos , abordando tema relativo a aprovação em corpo de bombeiros, legislações vigentes e casos práticos;

- Para analistas de prefeituras quanto à atividades e necessidade de emissão de RRT, suas atividades e necessidades;

DIFICULDADES ENCONTRADAS

- Com o aumento do número de relatórios de fiscalização virtual, houve grande aumento na demanda do setor de fiscalização na fiscalização o que resultou em notificações tardias, e até mesmo atraso nas autuações;
- Equipe exígua para fiscalização de obras e acompanhamento de um grande número de profissionais ativos. Necessidade de abertura do concurso público, para repor analista técnica e dar o suporte necessários aos mais de 4000 arquitetos registrados e contratação do assistente de fiscalização para facilitação da fiscalização externa tanto dentro da Grande Vitória quanto no interior do Estado;
- Auditorias de RRT não ocorreram, em virtude da falta de pessoal no setor de análise técnica;
- Necessidade de melhorias no SICCAU não oferece filtro para várias informações relativas à fiscalização e área técnica, o que atrasa o andamento das atividades e exigem uma planilha de Excel extensa. Falta de Treinamentos para o SICCAU e atualização do mesmo;
- Falta de parâmetros automatizados para medição de indicadores de atendimento;
- Conflito de legislações entre as disciplinas compartilhadas, o que dificultam ou inviabilizam as análises e até mesmo algumas fiscalizações;
- Falta de um sistema integrado entre prefeituras, cartórios, ministério público, CREA, corpo de bombeiros, o que facilitaria muito as ações de fiscalização, por isso a necessidade de vários termos de cooperação;
- Dificuldade de viabilização de termos de cooperações entre prefeituras dos municípios do Estado, pois há uma disparidade muito grande na estrutura das mesmas, falta de pessoal e até mesmo desinteresse nas ações conjuntas;
- Dificuldade de diálogo com o CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, o que tem trazido muitas reclamações dos arquitetos que sofrem autuação daquele órgão, bem como diferenças nas legislações e exigências quanto a fiscalização de obras.

COMISSÃO DE
EXERCÍCIO PROFISSIONAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo

INVESTIMENTO PREVISTO

R$ 38.624,57

INVESTIMENTO REALIZADO

R$ 27.121,45

A CEP tem a finalidade de zelar pela orientação e fiscalização do exercício da Arquitetura e Urbanismo, no âmbito de suas competências.
Ao lado a relação de Conselheiros titulares e suplentes que atuaram em 2022:

Conselheiro	Titular	Suplente
Coordenadora:	Pollyana Dipré Meneguelli	Maria Alice Rampinelli
Coordenador-adjunto:	Lúcio Rossi de Oliveira**	Renata Salles Ramos Modenesi*
Membro:	Gregório Repsold	Max Mendes Mello
Membro:	João Marcelo de Souza Moreira	Regina Cardoso Morandi*
Membro:	Liane Destefani	Renzo Romão Capelini*
Assessoria: Juliana Grillo Madeira		

OBS: * Exerceram a titularidade durante o ano.
** Em licença

COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Normalmente ocorre uma reunião ordinária mensal e mediante necessidade, ocorrem as extraordinárias. A grande maioria das reuniões ocorreram presencialmente.

N° DE REUNIÕES REALIZADAS			
2022	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	TOTAL
	12	1	13

Nas reuniões, a principal tratativa é com relação ao julgamento em primeira instância de autuações lavradas em processos de fiscalização relativos ao exercício profissional, que em 2022 apresentaram o seguinte resultado:

ITEM		QUANT.
Demandas pendentes em janeiro		48
Demandas pendentes em dezembro		48
Número de processos distribuídos		59
Número de processos relatados		34
Número de processos arquivados após CEP	Regularizados/ Regulares	1
	Vicio processual	3
	Ausência de Fato Gerador	-
Número de processos com decisão pela manutenção do auto		29
Número de processos regularizados		28
Número de processos homologados por regularização		5

COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL

DENTRE AS ATRIBUIÇÕES DA CEP, ESTÃO TAMBÉM:

- Propor, apreciar e deliberar sobre aprimoramento de atos normativos do CAU/BR referentes ao exercício profissional, a ser encaminhado para deliberação pelo CAU/BR.
- Instruir, apreciar e deliberar sobre requerimentos de registros temporários de pessoas jurídicas estrangeiras sem sede no Brasil, para homologação do CAU/BR.
- Apreciar e deliberar sobre requerimentos de Registro de Direito Autoral (RDA).
- Propor, apreciar e deliberar sobre o Plano de Fiscalização do CAU/ES, conforme diretrizes do Plano Nacional de Fiscalização do CAU; e também sobre medidas para seu aprimoramento.
- Propor, apreciar e deliberar, em consonância com os atos já normatizados pelo CAU/BR, sobre: ações de fiscalização, emissão e recolhimento de carteiras de identificação profissional, e emissão e cancelamento de registro de atestado.
- Propor, apreciar e deliberar sobre questionamentos a atos já normatizados pelo CAU/BR referentes a: fiscalização, alterações de registros profissionais, requerimentos de registro de pessoas jurídicas, requerimentos de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), requerimentos de Registros de Direito Autoral (RDA), emissão e recolhimento de carteiras de identificação profissional, emissão e cancelamento de certidões, emissão e cancelamento de registro de atestados, e atividades técnicas no exercício da Arquitetura e Urbanismo.

Em 2022, além das decisões referentes a processos de fiscalização, houveram outras demandas:

- Consultas ao jurídico para dirimir dúvidas;
- Decisões quanto a procedimentos não normatizados nas Resoluções do CAU/BR.
- Avaliação de currículos e escolha de representantes para compor Conselhos ligados às instituições públicas.
- Avaliações de interrupção de registros, CAT e demais consultas advindas da área técnica.
- Encaminhamentos de processos à CED;
- Definições de eventos relacionados à CEP;

Considerando todas as deliberações da CEP em 2022, temos o seguinte resultado:

DELIBERAÇÕES	2022
Arquivamento	4
Manutenção do Auto de Infração	29
Procedimentos	34
Outros	31
Indicação de Representantes	3
Total	101

PROCESSO	TOTAL
Demandas que podem se tornar processo (Dez 2022)*	762
Encaminhadas à CED	06
Com Conselheiros	48

Obs: *Demandas - Relatórios de fiscalização, notificações e autos em aberto.

EVENTOS EM QUE A CEP CAU/ES PARTICIPOU:

1. FÓRUM CEP/UFS

O intuito do evento é promover a troca de experiências sobre processos internos de fiscalização, promover o debate sobre resoluções nacionais e compartilhar ações direcionadas aos diferentes setores da sociedade que se relacionam diretamente ou indiretamente com o exercício profissional dos(as) arquitetos(as) e urbanistas e subsidiar os(as) Presidentes com informações, demandas e trabalhos, estudos regionalizados, para encaminhamento ao CAU/BR, de forma a contribuir com o debate e aprimoramento das discussões.

EVENTO	CONSELHEIRO PARTICIPANTE	ASSUNTO
1° Encontro: Rio de Janeiro – 23 e 24/03	Pollyana Dipré	Resolução 189/2020 (fiscalização) – que entrará em vigor março de 2023
2° Encontro: Brasília – 22, 23 e 24/06/2022	Pollyana Dipré	Apresentação e Discussão dos Grupos de trabalhos
3° Encontro: Belo Horizonte – 21, 22 e 23/09/2022	Pollyana Dipré Funcionário Participante: Juliana Grillo – Assessora CEP	Apresentação das propostas e levantamentos dos Grupos de Trabalhos.

2. II ENCONTRO NACIONAL CEP/BR E CAUS/UF

Local: Brasília

Funcionário Participante: Juliana Grillo – Assessora CEP

Objetivo: promover encontro com os demais CAU/UF trocando informações acerca de boas práticas de fiscalização, bem como discutindo indicadores de fiscalização e buscando contribuições para o Plano Nacional de Fiscalização.

EVENTO	CONSELHEIRO PARTICIPANTE	ASSUNTO
II Encontro Nacional CEP/BR e CAUs/UF	Juliana Grillo – Assessora CEP	Fiscalização/Res. 198 e Atribuições & Atividades Técnicas

3.CAFÉ COM EGRESSOS

Local: Online

Funcionários Participantes: Juliana Grillo – Gerente Técnica (Apoio Evento CEF)

Objetivo: Promover a proximidade do egresso com o Conselho, prestando orientações acerca do registro, RRT e questões éticas.

EVENTO	PERÍODO	PARTICIPANTES
Café com Egressos	Fevereiro	Cons. Greg Repsold e Cons. Max Mello

EVENTOS QUE A CEP CAU/ES PROMOVEU:

1.TREINAMENTO RRT

Em virtude de o tema estar entre os três que mais geraram dúvidas a nível Brasil, assim como no setor de atendimento deste conselho. Optou-se por oferecer treinamentos online, para viabilização da participação dos profissionais residentes no interior e também por conta da pandemia.
Foram 8 turmas, sendo:

EVENTO	PERÍODO	PARTICIPANTES
1ª Turma	22/03/2022 - Online	Cons.: Regina Morandi Juliana Grillo – Gerente Técnica
2ª Turma	18/04/2022- Linhares	Juliana Grillo – Gerente Técnica
3ª Turma	18/05/2022 - Online	Cons.: Pollyana Dipré Raquel Mello – Analista Técnica
4ª Turma	22/06/2022 - Online	Juliana Grillo – Gerente Técnica Raquel Mello – Analista Técnica
5ª Turma	18/07/2022 - Online	Cons.: Renzo Capelini Raquel Mello – Analista Técnica
6ª Turma	12/09/2022 - Online	Cons.: Pollyana Dipré Sabrina Carneiro – Analista Técnica
7ª Turma	28/09/2022 – Cachoeiro de Itapemirim	Juliana Grillo – Gerente Técnica
8ª Turma	24/10/2022 - Online	Juliana Grillo – Gerente Técnica

2. PALESTRA ADMINISTRADORAS DE CONDOMÍNIOS E SÍNDICOS

Com o objetivo de apresentar a NBR 16.280/2015 que trata de reformas condominiais, sejam elas em áreas comuns ou privativas e a LEI n° 9418/2019, da PMV que institui que edificações públicas e privadas, serão objeto de vistorias técnicas periódicas registradas em Laudos de Inspeção Predial elaborados por profissional habilitado. E também orientar sobre quesitos ligados à aprovação e normas relativas ao Corpo de Bombeiros. Ambas realizadas online.

EVENTO	PERÍODO	PARTICIPANTES
1ª Turma Tema: NBR 16.280/2015	16/04/202 Online	Cons.: Pollyana Dipré Juliana Grillo – Gerente Técnica Pedro Canal – Gerente Geral
2ª TURMA Tema: Instalação de GASES	17/11/2022 Sede do CAU	Juliana Grillo – Gerente Técnica Pedro Canal – Gerente Geral Convidado: Corpo de Bombeiros

3. ENCONTRO COM REPRESENTANTES DE CONSELHOS

Com o objetivo de promover a proximidade do Conselho com o arquiteto e urbanista represente titular e suplente em cadeiras do CAU/ES junto aos diversos conselhos municipais do Estado, realizando orientações e retirando eventuais dúvidas.

EVENTO	PERÍODO	PARTICIPANTES
1° Encontro	24/05/2022 Online	Cons.: Pollyana Dipré Pedro Canal – Gerente Geral

PRINCIPAIS RESULTADOS DA CEP CAU/ES EM 2022:

- Os treinamentos de RRT tiveram muita procura e também participação, ocasionando menos dúvidas nos preenchimentos de RRT. Cobrança por mais turmas, principalmente em função das alterações ocorridas com a nova resolução 184/2019, relativa ao RRT;
- Reunião com administradoras também obteve bons frutos, principalmente o evento que ocorreu na sede do CAU com a participação do Corpo de Bombeiros;
- Integração entre as Coordenações das CEP/UFs através da instituição do Fórum. As reuniões ocorreram em outras localidades, sendo Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte;
- Treinamento e Implantação do relato e voto dinâmico, utilizando modelo fornecido pelo CAU/MG;
- Contribuições para os novos Manuais do CAU/ES – Síndico e Obra Legal.

DIFICULDADES ENCONTRADAS:

- Grande número de demandas que chegam à Comissão, e acabam resultando em acúmulo dos processos;
- Solicitação de licenças de dois conselheiros, o que dificultou o bom andamento dos processos fiscalizatórios;
- Constantes mudanças da legislação, falta de capitulação na legislação para situações diversas, ocasionando dúvidas e demandando consultas ao Jurídico;
- Falta de profissional específico para suprir as demandas da comissão.

COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover o exercício ético e qualificado da profissão

INVESTIMENTO PREVISTO

R$ 41.196,20

INVESTIMENTO REALIZADO

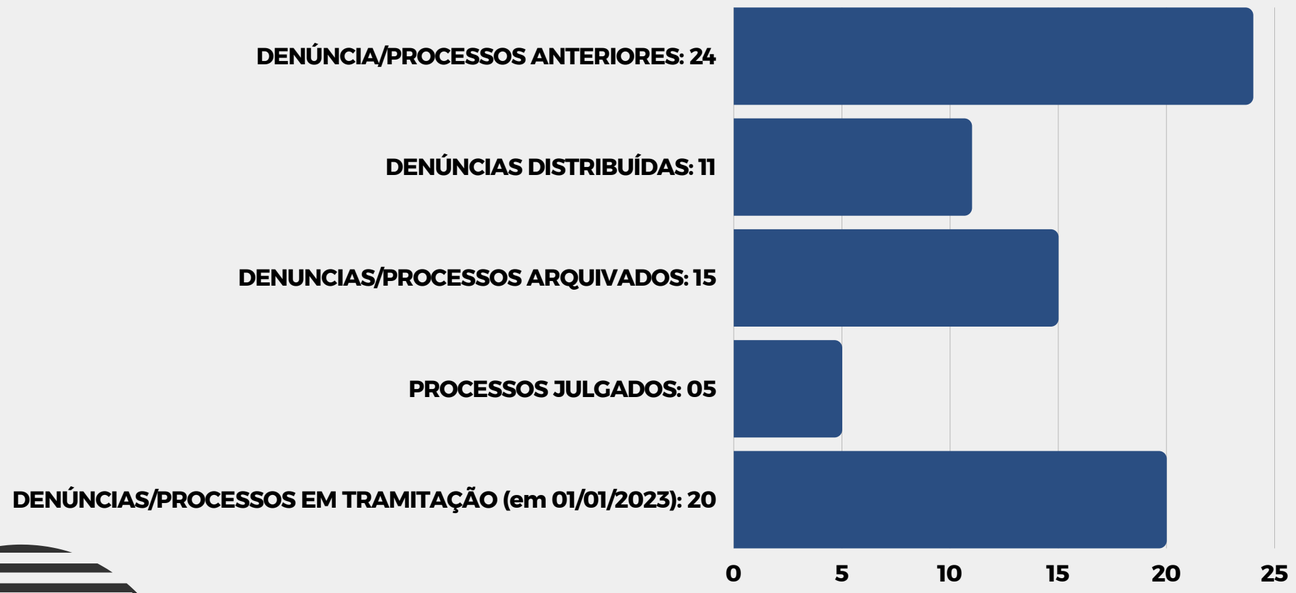
R$ 40.399,90

A composição da Comissão de Ética e Disciplina (CED-CAU/ES) em 2022 foi a seguinte:

Conselheiro	Titular	Suplente
Coordenador:	João Marcelo De Souza Moreira	Regina Cardoso Morandi
Coordenador-adjunto:	Gregório Garcia Repsold	Max Mendes Mello
Membro:	Edézio Caldeira Filho	Hansley Rampineli Pereira
Membro:	Priscila Ceolin Gonçalves Pereira	Cirley Jane Cellia De Aguiar
Assessoria: Alan Marcel Braga da Silva Melo		

COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA

PROCESSOS ÉTICOS



15 DENÚNCIAS/PROCESSOS ARQUIVADOS

01	Acordo
01	Desistência
07	Inadmissão de Denúncia
06	Julgamento

05 PROCESSOS JULGADOS

PROCEDÊNCIA: 04

04	Em fase de recurso
01	Em execução de sanção

IMPROCEDÊNCIA: 01

COMISSÃO DE
ÉTICA E DISCIPLINA

Evento: Bate-Papo com Arquiteto Eduardo Pasquinelli – Como se consolidar na carreira com ética e profissionalismo

A Comissão promoveu um bate-papo com os profissionais arquitetos e urbanistas com o objetivo de aprofundar a discussão e demonstrar a viabilidade em se alcançar um sólido desenvolvimento profissional com a manutenção e respeito aos aspectos éticos da profissão inerentes aos relacionamentos com clientes, fornecedores e colegas de profissão. Para tanto, honrosamente contamos com a disponibilidade do arquiteto e urbanista Eduardo Pasquinelli, sócio-fundador da Arquistudio e ex-conselheiro estadual e federal do CAU/ES, que compartilhou reflexões sobre ética e profissionalismo na consolidação de uma carreira de sucesso, a partir da sua experiência de mais de 30 anos como arquiteto e urbanistas sobre os mais diversos temas, tais como: capacitação profissional, a relação com clientes e fornecedores, Conselho de Fiscalização, relacionamento com os colegas de profissão, dentre outros. Como resultado, os profissionais participantes deste bate-papo certamente absorverm valiosos conhecimentos sobre questões afetas aos mais diversos aspectos da profissão, o que certamente impactará positivamente em suas carreiras e relacionamentos com os outros profissionais arquitetos e com a sociedade, representado pelos clientes, fornecedores e profissionais de outras áreas.

COMUNICAÇÃO
E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

OBJETIVO ESTRATÉGICO
Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade

INVESTIMENTO PREVISTO
R$ 257.623,41

INVESTIMENTO REALIZADO
R$ 196.519,27

A Assessoria de Comunicação e Relações Institucionais, que em 2022 esteve ligado à presidência, tem como objetivo gerenciar e operacionalizar as ações de comunicação institucional com os diferentes públicos e o relacionamento com instituições públicas e privadas, a partir do planejamento estratégico traçado pelas instâncias deliberativas do Conselho, a fim de garantir publicidade e transparência aos atos administrativos, focando no fortalecimento da imagem do Conselho e da importância do profissional de arquitetura e urbanismo, por meio da produção de conteúdo de variados gêneros, gestão de redes sociais, organização de eventos, criação da identidade visual, entre outros.
Em 2022 o setor foi constituído por uma assessora de comunicação e uma estagiária.

COMUNICAÇÃO

E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

Os canais de comunicação institucionais e assessoria de imprensa foram os principais canais de transparência dos atos do Conselho em 2022. Segue abaixo todos os meios de comunicação trabalhados:

Portal da Transparência

Endereço de acesso: https://transparencia.caues.gov.br/

É um canal de comunicação com o cidadão com a finalidade de fornecer informações completas sobre a gestão orçamentária, atos e fatos de gestão praticados pelo conjunto autárquico CAU. Por meio dos dados disponibilizados, a sociedade pode acompanhar a evolução das despesas do ente ao longo do exercício financeiro, exercendo o controle popular frente à qualidade e à quantidade dos gastos da autarquia.

Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)

Endereço de acesso: https://transparencia.caues.gov.br/e-sic/

O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) do CAU/BR está disponível para atendimento ao público desde de março de 2016. O cidadão pode fazer requerimentos – presenciais ou on-line – nos termos da Lei de Acesso à Informação.

SITE INSTITUCIONAL

Um dos principais canais institucionais, o site, além de uma ferramenta de divulgação, com a publicação de conteúdos e matérias, é um espaço de apresentação da instituição e dos principais serviços prestados aos cidadãos, em especial aos arquitetos e urbanistas, de forma objetiva e de fácil acesso.

Endereço de acesso: https://www.caues.gov.br/

N° de usuários que acessaram o site: 34 mil (aumento de 1% em relação a 2022)
N° de sessões*: 82 mil (diminuição de 1% em relação a 2022)
Tempo médio de permanência no site: 1minuto e 23 segundos

*N° de visitas únicas ao site (um usuário pode acessar mais de uma vez)

INSTAGRAM

Em 2022 continuou sendo a principal rede social do CAU/ES no contato com arquitetos e urbanistas, em termos de engajamento e interação. Publicação diária de conteúdos relacionados ao exercício da profissão, normas e regras do Conselho, curiosidades, eventos, etc.

Perfil: www.instagram.com/oficialcaues

5.352 em 2022 (crescimento de 11,4% comparado a 2022)
549 novos seguidores em 2022
325 conteúdos publicados

NEWSLETTER (CAU INFORMA)

Newsletter informativa de periodicidade mensal, enviada aos arquitetos e urbanistas registrados, com o resumo das notícias, informações e oportunidades.

https://www.caues.gov.br/cau-informa/

Total de e-mails produzidos: 7
Taxa média de abertura do conteúdo: 41,8%

YOUTUBE

O canal do CAU/ES no YouTube é utilizado para compartilhamento de conteúdos audiovisuais relacionados ao Conselho e ao exercício profissional. Sobretudo, para transmissões das reuniões plenárias.

Canal: youtube.com/oficialcaues

Inscritos:
620 pessoas inscritas (12% de crescimento em relação à 2022)

WHATSAPP DE NOTÍCIAS

Canal criado em 2021 com a finalidade de divulgar as notícias de maneira mais dinâmica e personalizada, diretamente no celular dos profissionais registrados que têm interesse em integrar a lista de transmissão.

Total de inscritos: 155 arquitetos

FACEBOOK

Rede social mais antiga do CAU, atualizada conforme conteúdo da rede Instagram, com conteúdos relacionados ao exercício da profissão, normas e regras do Conselho, eventos, etc. Tem apresentado, por mais um ano seguido, números decrescentes de engajamento e interação, o que demonstra uma migração do público para a rede Instagram.

Perfil: www.facebook.com/oficialcaues

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A construção de um relacionamento forte com a imprensa local segue sendo uma das principais ações da estratégia de comunicação do Conselho e tem como objetivo assegurar a transparência e dar publicidade aos atos e ações do CAU/ES, por meio da divulgação de ações, projetos, eventos e atividades realizadas pelo CAU/ES nos veículos de comunicação locais.

No ano de 2022, por meio de empresa contratada foi realizado um total de 140 aparições na mídia, dentre entrevistas, artigos de opinião, entre outros, nos mais variados veículos de comunicação.

NÓ DE GRAVATA

REUNIÃO

Na última semana conteceu a 19ª Plenária Extraordinária onde foi aprovada a aquisição de salas comerciais no Edifício Vértice Empresarial, na Enseada do Suá, em Vitória, para receber a sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CAU/ES).

Luciane Veiga, Liane Destefani, Pollyana Dipré, Renata Modenesi e Carolina Gumieri ao lado do presidente do CAU, Heliomar Venâncio. (Divulgação)

ECONOMIA

CAU/ES promove curso sobre patologias nas edificações

As inscrições estão abertas e são gratuitas O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CAU/ES) realiza um dos cursos mais importantes d ...

17/10/2022 01:21

TRIBUNA LIVRE

EDEZIO CALDEIRA

Dois edifícios distintos com futuro incerto

Cinquenta e sete anos separam dois edifícios emblemáticos construídos em Vitória: Mercado da Capixaba e Hotel Canto do Sol. O Mercado da Capixaba foi projetado por Josef Pitlik, arquiteto tcheco-eslovaco que veio ao Estado para projetar o Grupo Escolar Gomes Cardim (atual Fafi) e o prédio da Imprensa Oficial.

Pitlik se encantou por nossa capital e ficou aqui por mais tempo do que o planejado. Ele também projetou algumas casas comerciais e muitas residências.

Inaugurado em 1926, o Mercado da Capixaba foi reformado nos anos 1990 e sofreu incêndio em 2002 que arruinou o telhado. De lá para cá funcionou precariamente até ser totalmente abandonado e tomado pelo mato.

O Hotel Canto do Sol foi inaugurado em 1983. É um projeto de um especialista em hotéis, o já falecido arquiteto Paulo Casé. O hotel ficou aberto até 2015, recebeu a exposição "Casa Cor" no ano seguinte e depois disso nunca mais funcionou. Nem mesmo a inauguração do novo aeroporto de Vitória em 2018 motivou os sócios proprietários a reabri-lo.

Vejam que estamos falando de dois edifícios bem diferentes. O primeiro é público, de estilo eclético, construído no início do século 20, na parte insular da capital, é horizontal e urbano. O segundo é um investimento privado, de estilo moderno, construído no final do século 20, na parte continental, é vertical e litorâneo.

Algumas coisas chamam atenção quando analisamos os dois edifícios. Em um se constata a negligência do poder público, que levou o Mercado ao atual estado de abandono. No outro, a incompetência do setor privado, que não consegue tornar viável um empreendimento com tanto potencial, localizado em um dos pontos valorizados da capital.

O hotel conta com uma suíte presidencial com 120 metros quadrados, quatro suítes executivas duplex com 50 metros quadrados cada uma, e 164 apartamentos, todos com os quartos de frente para o mar.

Afinal, que Estado é esse que não zela pelo que é público? E que setor privado é esse que não aproveita as oportunidades de negócio?

Podia-se esperar que o poder público, face à atual crise econômica, agravada pela pandemia, justificasse a impossibilidade de investimento no imóvel abandonado no Centro. Só que não! A prefeitura anunciou, ainda para este ano, um investimento de cerca de R$10 milhões na reforma do Mercado.

> **Não há notícia de mobilização empresarial que aponte para a reabertura do hotel no curto ou médio prazo**

Por outro lado, esperava-se do setor hoteleiro a ousadia típica do capitalista que costuma encontrar oportunidades em meio às crises. Porém, não se tem nenhuma notícia de mobilização empresarial que aponte para a reabertura do hotel no curto ou médio prazo.

Infelizmente, são tantos exemplos de obras inacabadas que não dá para ter certeza de que em breve veremos reaberto o Mercado da Capixaba. Sobre o Hotel Canto do Sol, é bem provável que ele continue fechado ainda por muito tempo, sem receber turistas e sem criar emprego e renda, privando os mais pobres de oportunidades de trabalho e os mais abastados do conforto de suas instalações e da linda vista da Praia de Camburi.

EDEZIO CALDEIRA é conselheiro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado (CAU-ES).

OUTRAS AÇÕES

CAMPANHA DIA DO ARQUITETO

Assim como nos últimos anos, em comemoração ao Dia do Arquiteto, celebrado no dia 15 de dezembro, foi realizada uma ação na mídia local para homenagear e valorizar a arquitetura e os profissionais locais.
Em 2022, o tema da campanha foi "A vida é mais feliz com a arquitetura", com o objetivo de mostrar como a arquitetura e o urbanismo deixam a vida melhor.

A campanha contou com veiculação em redes sociais, rádio, jornal impresso e outdoor, conforme a seguinte grade de veiculação:

Spot 30" – de 03 a 21/12/2022 na rádio Tribuna FM

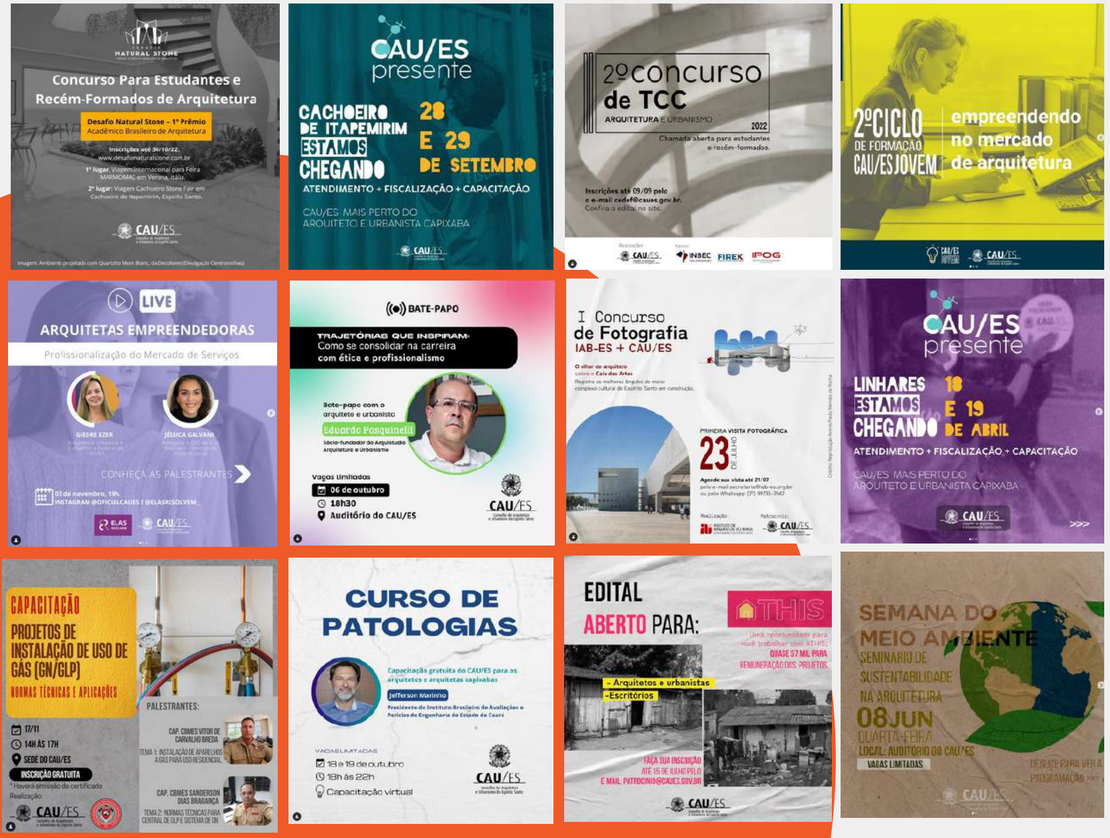
Outdoor – de 06/12 a 19/12 em 8 placas nos municípios de Vila Velha, Vitória, Serra, Aracruz, Colatina e Linhares

Anúncio de ½ página – em 15/12 no Jornal A Tribuna

Publicação nas redes sociais, site e envio de e-mail

EVENTOS E EDITAIS

Assim como em 2021, a realização de eventos externos foi uma das prioridades da gestão. Ao setor de comunicação, coube a execução dos eventos, de acordo com o que foi demandado pelos setores ou comissões. Foram um total de 28 eventos realizados no ano, dentre cursos, treinamentos, seminários, workshops e lives, voltadas para a capacitação de arquitetos e urbanistas e qualificação do mercado da construção civil.



EM 2022 FORAM 3 EDITAIS PUBLICADOS:

15/06/2022 – Lançamento do Edital de Athis Seleção Pública Simplificada-SPS – ATHIS 2022, com foco na seleção de profissionais e empresas para a realização de projetos técnicos, por meio da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), para regularização fundiária de imóveis de famílias de baixa renda.

12/07/ 2022 – Lançamento do Concurso de Fotografia IAB-ES + CAU/ES – O Olhar do Arquiteto sobre o Cais das Artes
Edital cultural realizado a partir da parceria institucional com o Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do ES (IAB/ES), e teve como objetivo promover a valorização e despertar uma reflexão crítica sobre o Cais das Artes, a relevância arquitetônica do projeto idealizado por Paulo Mendes da Rocha, obra e arquiteto capixabas de grande importância para o Estado.

11/08/2022 – Lançamento do 2° Concurso de Trabalhos de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo.
Edital voltado aos estudantes finalistas e recém-formados no curso de Arquitetura e Urbanismo, com o objetivo de estimular e transmitir a prática e projeção da arquitetura e urbanismo em todo o Estado do Espírito Santo, destacando aspectos inovadores, de excelência na elaboração de projetos.

Os editais foram voltados para o fomento da arquitetura e urbanismo no Espírito Santo.

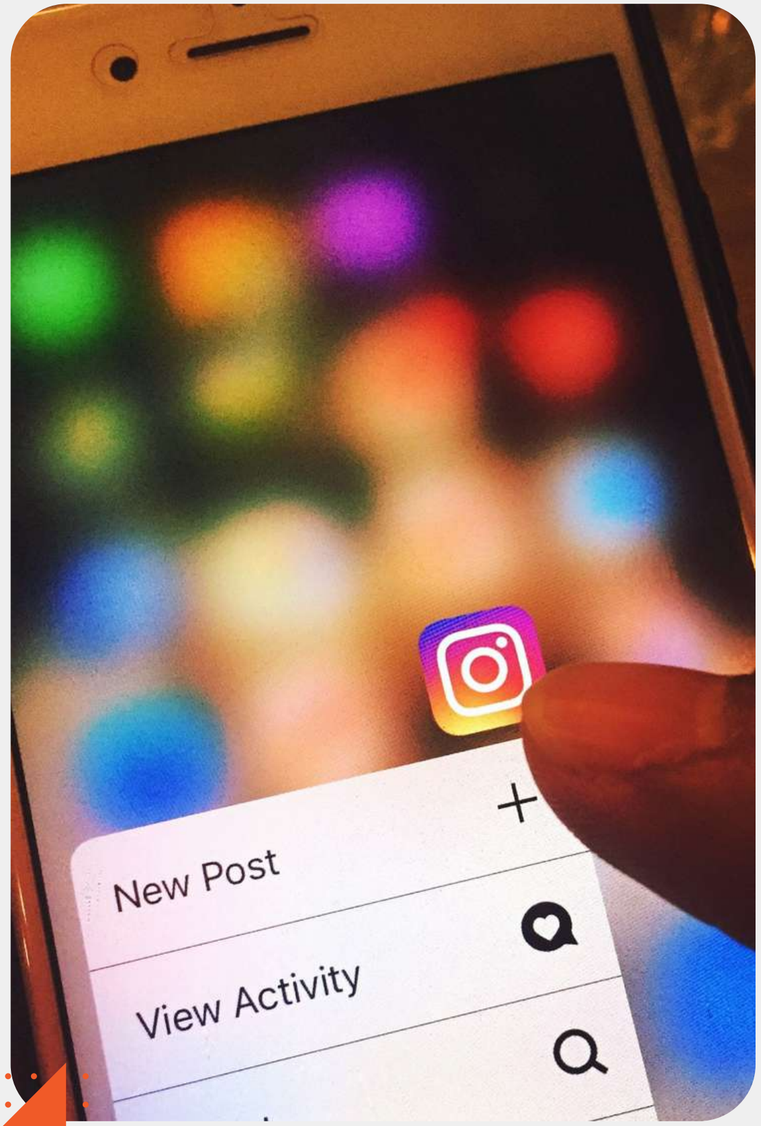
DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Em 2022, a Assessoria de Imprensa e Relações Institucionais teve uma atuação muito similar ao ano de 2021, conforme definido em planejamento, tendo em vista que a realização de eventos continuou sendo uma prioridade estratégica da gestão, inclusive com a repetição de alguns cursos e capacitações. Com o arrefecimento da pandemia, o formato presencial voltou a ser explorado mais que o formato virtual, atendendo à demanda dos profissionais.

Sua estrutura manteve-se a mesma dos últimos cinco anos, um assessor e um estagiário, com o suporte de uma assessoria de imprensa terceirizada, com o objetivo de garantir a presença constante do Conselho como autoridade institucional na mídia local e transparência dos atos.

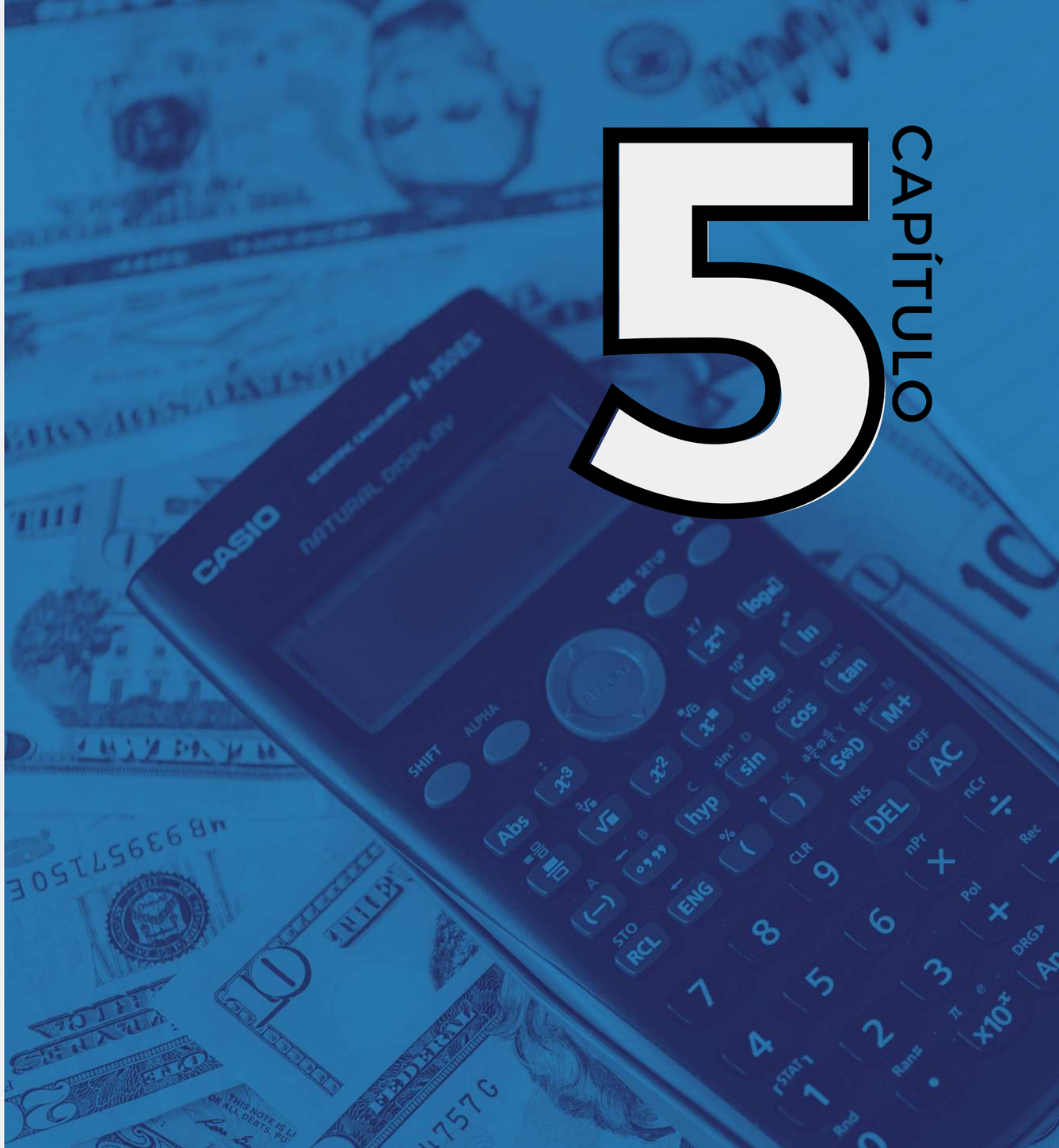
Além da organização dos eventos, a produção de conteúdo para redes sociais, em especial o Instagram, foi uma segunda prioridade, mantendo publicações quase que diárias sobre diversos temas do universo da arquitetura e urbanismo.

Por mais um ano, um dos principais desafios do setor é o estabelecimento de processos e fluxos, para aumento da eficiência e eficácia das ações. Outro aspecto importante é a integração do departamento à realização do planejamento estratégico do conselho, bem como previsão de aumento de orçamento que viabilizem ações diferenciadas.



CAPÍTULO 5

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO



GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de pessoas no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CAU/ES) envolve o conjunto de atividades e práticas relacionadas à administração e desenvolvimento dos recursos humanos que compõem a equipe da organização.

O CAU/ES é um órgão regional que tem como objetivo fiscalizar o exercício da profissão de arquitetos e urbanistas no estado do Espírito Santo, promovendo a valorização e a qualificação desses profissionais, bem como o desenvolvimento da arquitetura e urbanismo no estado.

Algumas das principais responsabilidades da gestão de pessoas no CAU/ES incluem:

1

Recrutamento e seleção para os cargos de livre provimento e exoneração:

O processo de recrutamento e seleção tem como objetivo atrair e escolher profissionais qualificados para preencher as vagas disponíveis no Conselho. É importante selecionar pessoas com habilidades técnicas e competências adequadas para desempenhar as funções exigidas. Para os cargos efetivos o CAU/ES realizado o processo seletivo por meio de concurso público.

2

Treinamento e desenvolvimento:

O CAU/ES busca, sempre que possível, investir em programas de treinamento e desenvolvimento para capacitar sua equipe, promovendo o aprimoramento das habilidades técnicas, o desenvolvimento de competências específicas e a atualização dos conhecimentos necessários para o exercício das atividades.

3

Gestão de desempenho:

A gestão de desempenho é um processo que envolve a definição de metas e objetivos, o acompanhamento do desempenho dos colaboradores, a identificação de oportunidades de melhoria e o reconhecimento dos resultados alcançados. Isso contribui para o alinhamento dos indivíduos com os objetivos organizacionais e o desenvolvimento contínuo dos profissionais. O CAU/ES entende como primordial e necessário a avaliação do desempenho de sua equipe e que isso deverá ser feito através da implementação do plano de cargos e salários. No exercício de 2022 não foi possível implementar o programa, mas tal ação está no radar da gestão para o exercício de 2023.

4

Remuneração e benefícios:
A gestão busca desenvolver uma política de remuneração e benefícios justa e adequada à realidade desta autarquia, levando em consideração o mercado de trabalho e as responsabilidades dos cargos. A gestão entende que é importante oferecer um pacote de benefícios competitivo, que inclua plano de saúde, vale-refeição, vale-transporte, entre outros. Para o exercício de 2022 este Conselho ofereceu auxilio alimentação e refeição a seus funcionários e pretende avaliar no exercício de 2023 o fornecimento de plano de saúde.

5

Comunicação interna:
A gestão de pessoas também envolve a promoção de uma comunicação eficiente e transparente entre os colaboradores e a organização. É importante manter os profissionais informados sobre as decisões, políticas e diretrizes do Conselho, bem como criar canais de comunicação que permitam o diálogo e o feedback.

6

Ética e integridade:
A gestão de pessoas na administração pública deve estar pautada por princípios éticos e de integridade, promovendo a transparência, a imparcialidade, a igualdade e o respeito. Devem ser estabelecidos códigos de conduta e mecanismos de controle interno para prevenir a corrupção e garantir a honestidade no serviço público.
Vale ressaltar que as práticas de gestão de pessoas podem variar de acordo com a estrutura e cultura organizacional de cada Conselho.

7

Conformidade Legal:

Para assegurar a conformidade da gestão de pessoal, observasse o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelos órgãos de controle, tais como: Constituição Federal, Consolidação das Leis do Trabalho, normas internas do CAU, entre outras.

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS EM DEZEMBRO/2022:

EFETIVOS

09 funcionários

LIVRE PROVIMENTOE EXONERAÇÃO

04 funcionários

TOTAL

13 Funcionários

07 estagiários.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espirito Santo é uma autarquia federal e seu quadro de funcionários é composto de empregados efetivos, provenientes de concurso público e empregados de livre provimento com suas atribuições voltadas ao assessoramento e direção/gestão.

Investimento previsto:

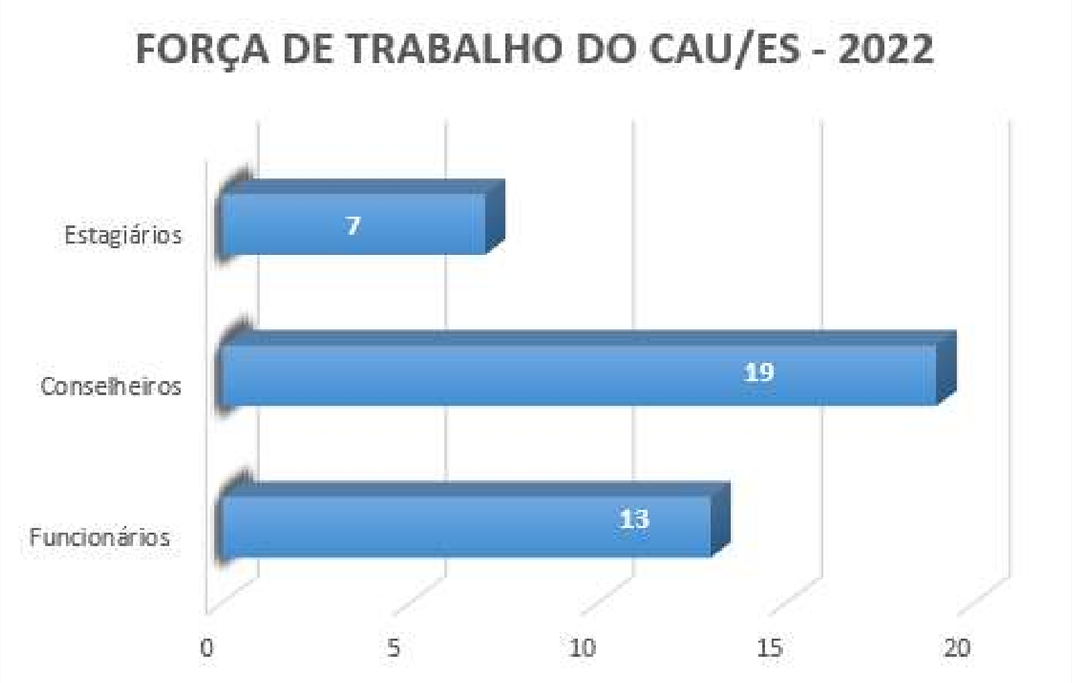
R$ 2.045.214,93

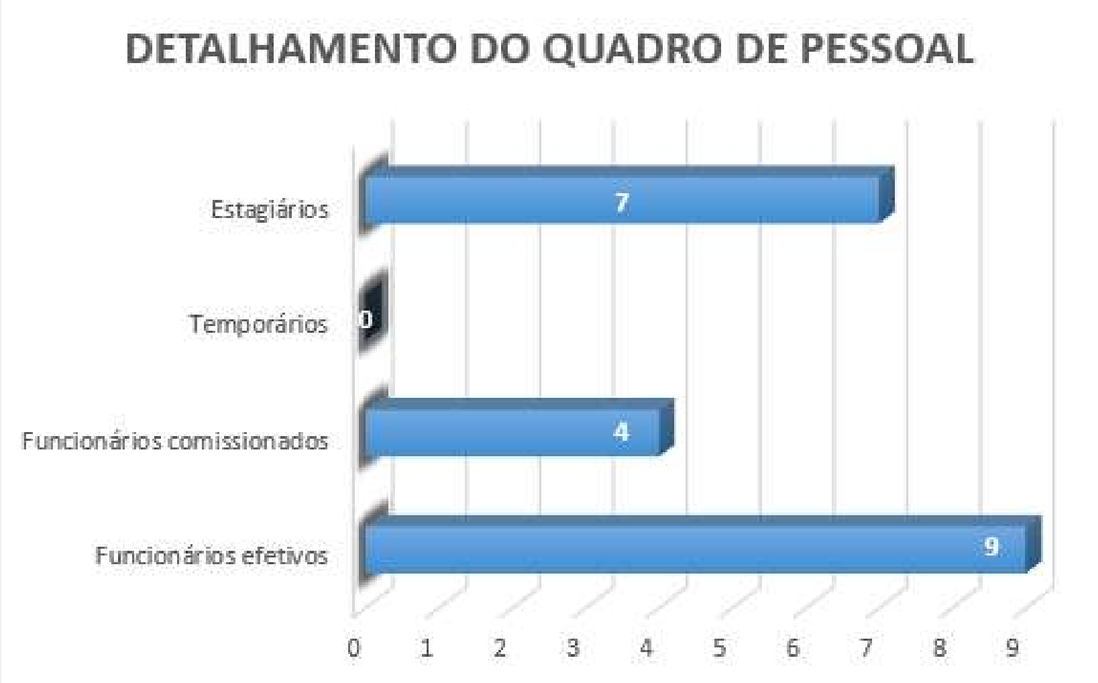
Investimento realizado:

R$ 1.901.767,54

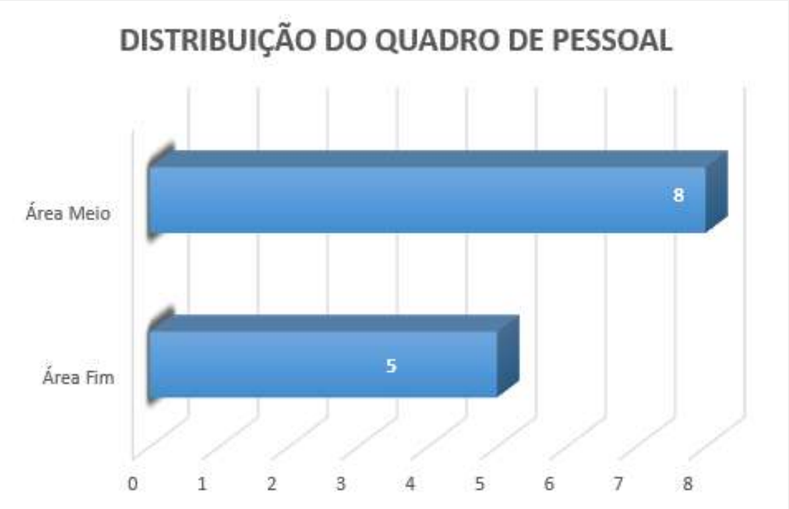
A manutenção do quadro de funcionários bem como a contratação de um gerente geral em 2021, possibilitou uma atuação mais estratégica voltada a reorganização das atividades, redução do passivo de demandas pendentes nos setores.

No exercício de 2022, no final do ano, também foi contratado um assessor para a gerência geral agregando ao quadro de pessoal. Esta nova contratação impactou positiva e diretamente nas ações de orientação e nos processos do CAU/ES.
Mesmo com o aumento na quantidade de funcionários, o que é de suma importância para o andamento das atividades do Conselho, os gastos com pessoal ficaram dentro do limite máximo previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê limite máximo de 55% da arrecadação com despesas com pessoal.





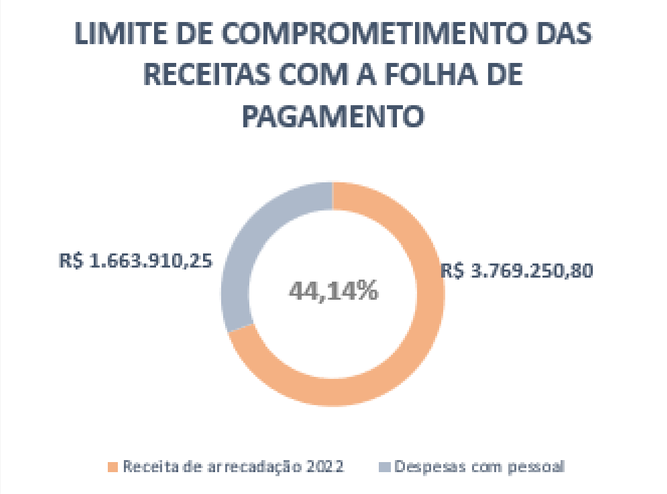
O aumento no quadro de funcionários, impactou positivamente na quantidade e qualidade das prestações de serviços do Conselho aos seus usuários, sendo possível inclusive a ampliação dos canais e horários de atendimento.



** Gasto com pessoal, inclui todas as despesas com salários e encargos. O assessor jurídico compôs o quadro de funcionários até março/2022.

* O CAU/ES aumentou de forma significativa a sua força de trabalho nos últimos dois anos, mantendo-se dentro do limite de comprometimento de gastos com pessoal, conforme a Lei de Resposabilidade Fiscal.

* O CAU/ES não possui funcionários inativos e pensionistas.



INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

CAPÍTULO 6

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A gestão orçamentária e financeira é de extrema importância para qualquer organização, incluindo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espirito Santo (CAU/ES). Como órgão responsável pela regulamentação e fiscalização da profissão de arquitetos e urbanistas, o CAU precisa gerenciar seus recursos financeiros de forma eficiente e transparente para cumprir suas obrigações e alcançar seus objetivos.

Apresento algumas práticas comuns de gestão orçamentária e financeira que são aplicadas no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo:

Elaboração de um orçamento:

O CAU deve desenvolver um plano de gastos anual com base em suas necessidades e prioridades. Esse orçamento deve incluir despesas operacionais, investimentos em infraestrutura, projetos e programas, além de prever fontes de receitas, como anuidades, taxas e outras fontes de financiamento.

Controle e monitoramento:

É fundamental estabelecer um sistema de controle e monitoramento financeiro para acompanhar o desempenho orçamentário ao longo do ano. Isso envolve o registro e a classificação adequada de receitas e despesas, a análise periódica dos resultados e a comparação com o orçamento estabelecido. Essas informações fornecem uma visão clara da saúde financeira do CAU/ES e permite a tomada de medidas corretivas e de correção de rumos, se necessário.

Transparência e prestação de contas:

O CAU deve adotar práticas transparentes na gestão de seus recursos financeiros, divulgando informações sobre o orçamento, receitas, despesas e resultados financeiros de forma acessível aos profissionais e à sociedade. A prestação de contas é essencial para garantir a confiança dos membros e a transparência na utilização dos recursos.

Planejamento financeiro de longo prazo:

Além do orçamento anual, o CAU deve desenvolver um planejamento financeiro de longo prazo para garantir sua sustentabilidade e capacidade de cumprir suas atribuições ao longo do tempo. Isso envolve a projeção de receitas e despesas para os próximos anos, a identificação de áreas de investimento estratégico e a elaboração de planos de contingência para lidar com possíveis desafios financeiros.

Controle de custos:

O controle de custos é fundamental para garantir a eficiência na utilização dos recursos do CAU/ES. Isso inclui a análise periódica das despesas, a busca por alternativas mais econômicas, a negociação de contratos e parcerias vantajosas, além da identificação e redução de desperdícios.

Investimentos adequados:

O CAU/ES avalia cuidadosamente as oportunidades de investimento para utilizar seus recursos financeiros de forma produtiva. Isso pode incluir a implementação de projetos e programas que promovam o desenvolvimento da arquitetura e urbanismo, a capacitação dos profissionais, a modernização da infraestrutura tecnológica, entre outros.

RECEITAS

O exercício de 2022 o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espirito Santo realizou receitas correntes na ordem de R$ 3.769.250,80, sendo esse valor aproximadamente 18,39 % superior ao exercício anterior.

Efetuados de acordo com as diretrizes orçamentarias e geridas em seus respectivos centros de custos, os projetos e/ou atividades detalham as ações a serem desenvolvidas no decorrer do exercício sendo as mesmas inseridas em planos de ação específicos e vinculados aos objetivos estratégicos do CAU/ES.

As principais fontes de receita do conselho são as anuidades e os registros de responsabilidade técnica elaborados pelos arquitetos e urbanistas. Em função da arrecadação proveniente de anuidades (profissionais e empresas registrados) os valores recebidos no primeiro semestre tendem a ser mais expressivos em comparação com os valores recebidos no segundo semestre do ano.

VALORES ARRECADADOS

Anuidades pessoas físicas:
R$ 1.666.634,99

Anuidades pessoas jurídicas:
R$ 117.542,83

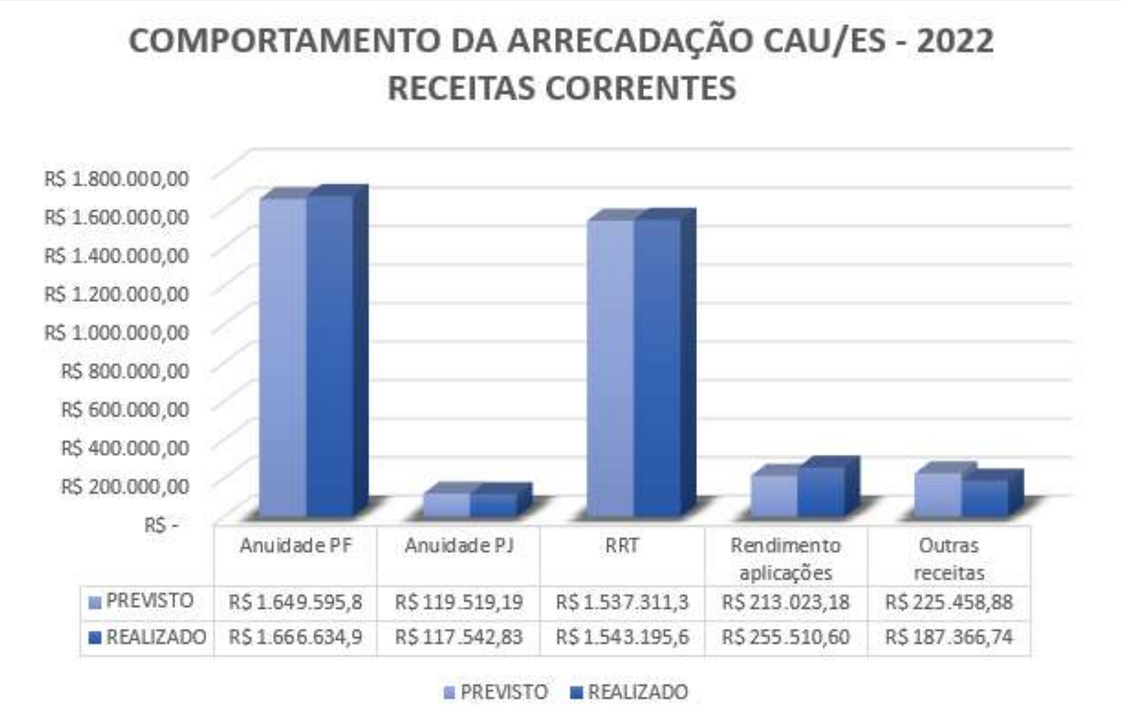
RRT:
R$ 1.542.195,64

Taxas e multas:
R$ 164.760,20

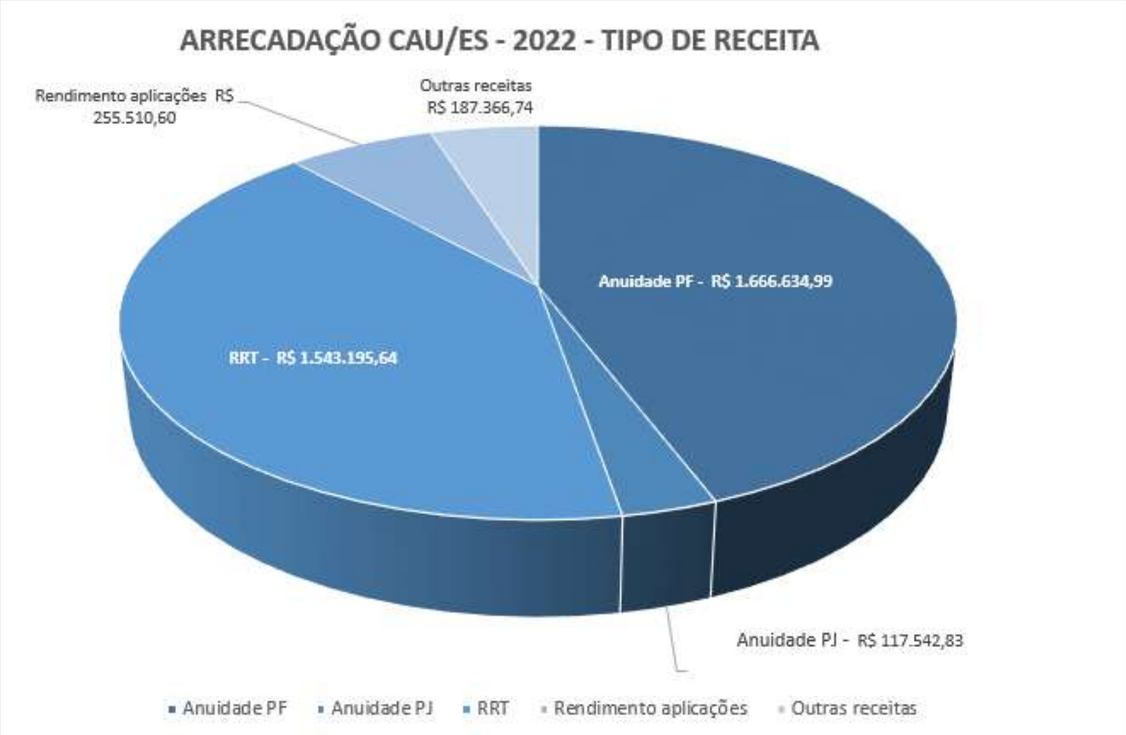
Rendimento sobre as aplicações financeiras:
R$ 255.510,60

Outras receitas correntes:
R$ 22.606,54

O cenário de recursos do CAU/ES é composto por receitas correntes, que correspondem as arrecadações com anuidades de pessoas físicas e jurídicas, RRT, taxas, multas, receita de aplicações financeiras entre outras. Vale destacar que os três principais tipos de receita que possui maior representatividade na arrecadação do consellho são as anuidades (PF e PJ) e os RRT. Outra tipo de receita que compõe o cenário de arrecadação do CAU/ES são as receitas de capital, oriundas de superávits de exercícios anteriores. No exercício de 2022, a arrecadação prevista (receitas correntes) para o CAU/ES foi na ordem de R$ 3.744.908,48, tendo sido realizado o montante de R$ 3.770.250,80.



	Anuidade PF	Anuidade PJ	RRT	Rendimento aplicações	Outras receitas
PREVISTO	R$ 1.649.595,8	R$ 119.519,19	R$ 1.537.311,3	R$ 213.023,18	R$ 225.458,88
REALIZADO	R$ 1.666.634,9	R$ 117.542,83	R$ 1.543.195,6	R$ 255.510,60	R$ 187.366,74



DESPESAS

As despesas orçamentárias no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espirito Santo (CAU/ES) abrangem uma variedade de itens, dependendo das atividades e responsabilidades do conselho.

A seguir, estão algumas das despesas mais comuns que estão presentes no orçamento do CAU:

Despesas administrativas:
Incluem os gastos relacionados à gestão interna do CAU, como, alugueis e manutenção da sede, despesas com fornecedores, serviços de limpeza e segurança, materiais de escritório, telecomunicações, energia elétrica, água e internet.

Despesas com capacitação e treinamento:
Incluem investimentos em programas de capacitação profissional para arquitetos e urbanistas, cursos, seminários, workshops, palestras e outras atividades de desenvolvimento profissional.

Despesas com fiscalização e regulamentação:
O CAU é responsável por fiscalizar o exercício da profissão de arquitetos e urbanistas, o que pode envolver despesas relacionadas às atividades de fiscalização, tais como deslocamento de fiscais, diárias, contratação de serviços especializados, tecnologias de fiscalização, entre outros.

Despesas com comunicação e divulgação:
Englobam gastos relacionados à divulgação das ações do CAU, campanhas de conscientização, publicidade, produção de materiais promocionais, criação de conteúdo para mídias sociais, site institucional, assessoria de imprensa/comunicação e eventos de divulgação.

Despesas com pessoal:
Refere-se aos salários, encargos sociais, benefícios e despesas relacionadas ao quadro de funcionários do CAU, incluindo gerentes, analistas, assistentes e outros colaboradores contratados.

Despesas com tecnologia da informação:
Incluem os investimentos em sistemas e infraestrutura de TI, como a manutenção de servidores, aquisição e atualização de softwares, licenças, segurança de dados, desenvolvimento de plataformas online, entre outros.

Despesas com eventos e programas institucionais:
Podem abranger gastos relacionados à organização de eventos, como congressos, seminários, palestras, fóruns, premiações, além de programas institucionais voltados para a promoção da arquitetura e urbanismo.

Despesas com representação e participação em entidades externas:
Englobam custos associados à representação do CAU em fóruns, conselhos, comissões e outras entidades externas relacionadas à arquitetura e urbanismo, como associações profissionais, conselhos regionais e federações.

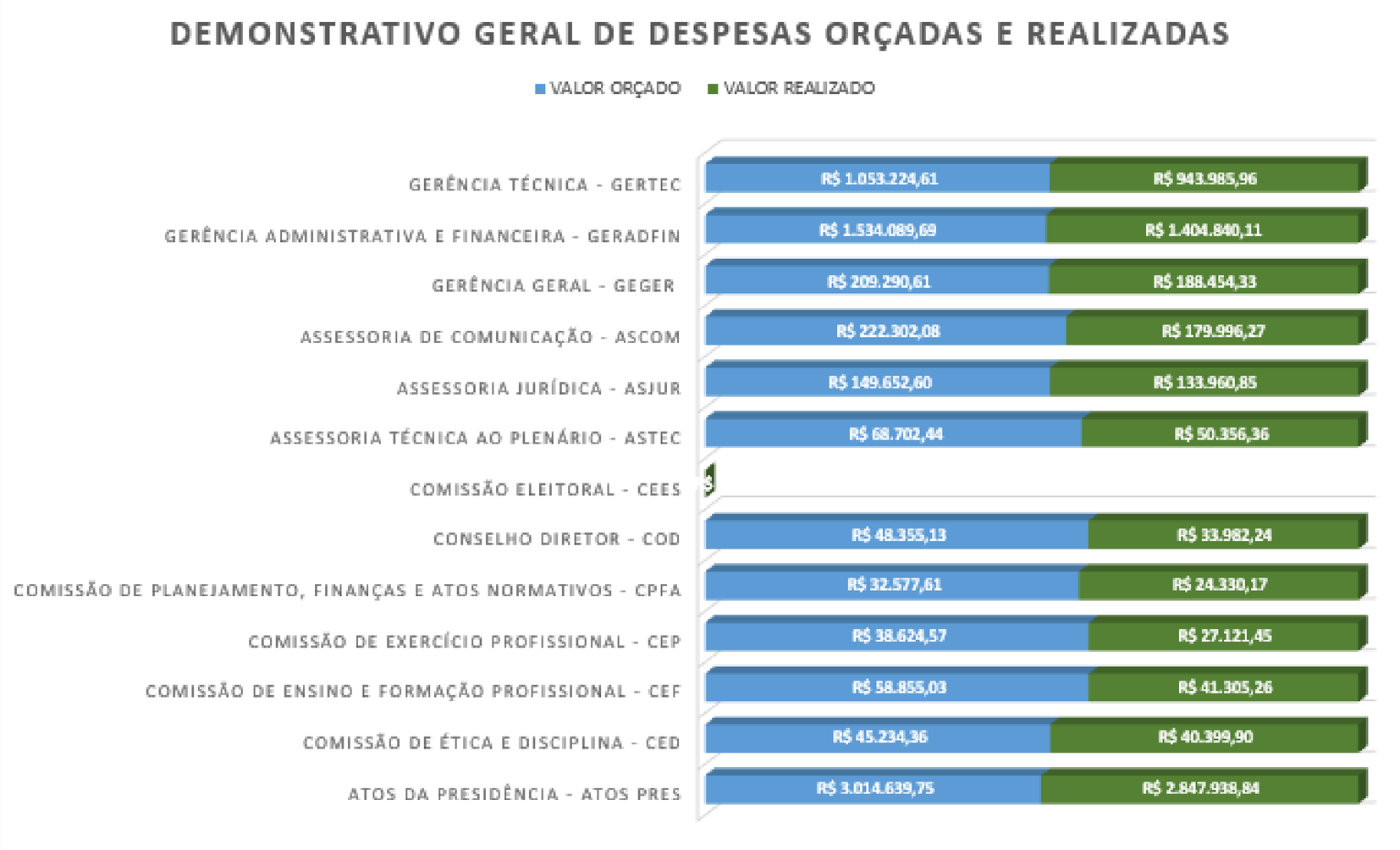
Despesas com consultorias e assessorias especializadas:
Podem ser necessárias para o apoio técnico e jurídico ao CAU em áreas específicas, como legislação, gestão, comunicação, planejamento estratégico, entre outras.

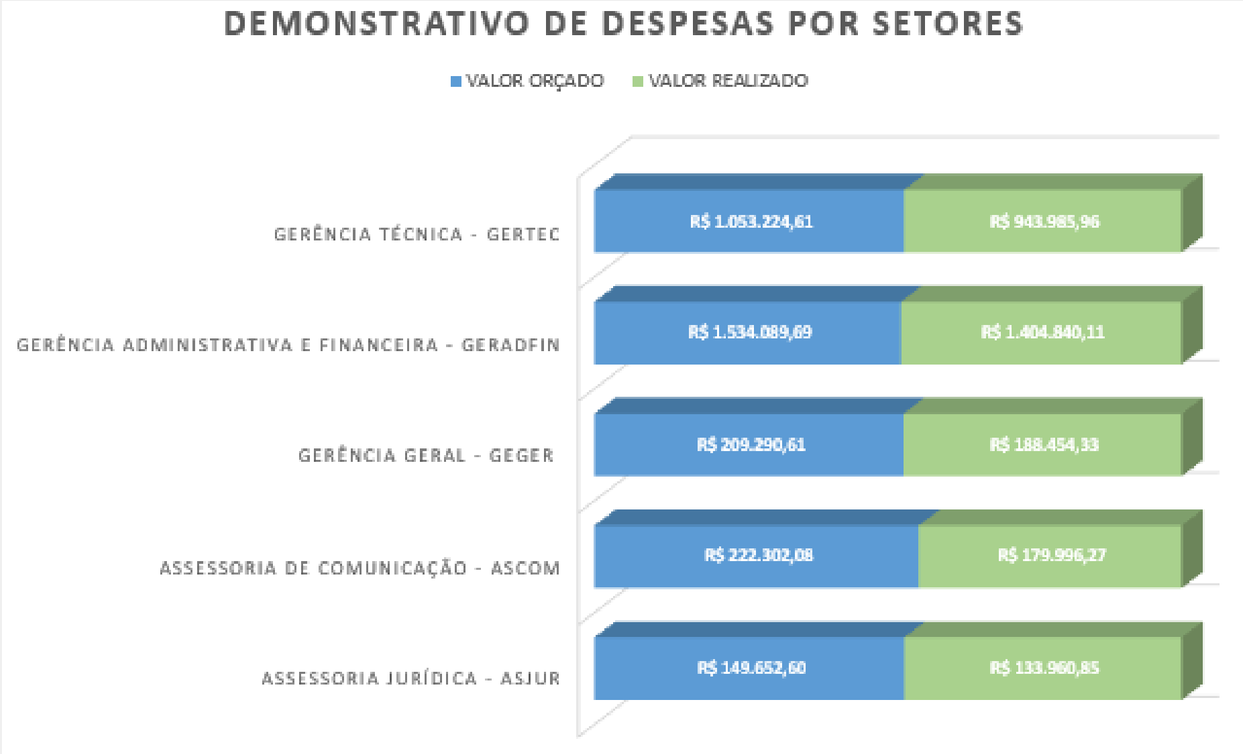
É importante ressaltar que as despesas orçamentárias variam de acordo com as prioridades e necessidades específicas da gestão e através de uma gestão prudente, eficiente e com rigor no controle e qualidades dos gastos, o CAU/ES encerrou o exercício de 2022 com uma execução de despesas no valor de R$ 3.277.096,81 (valores empenhados).

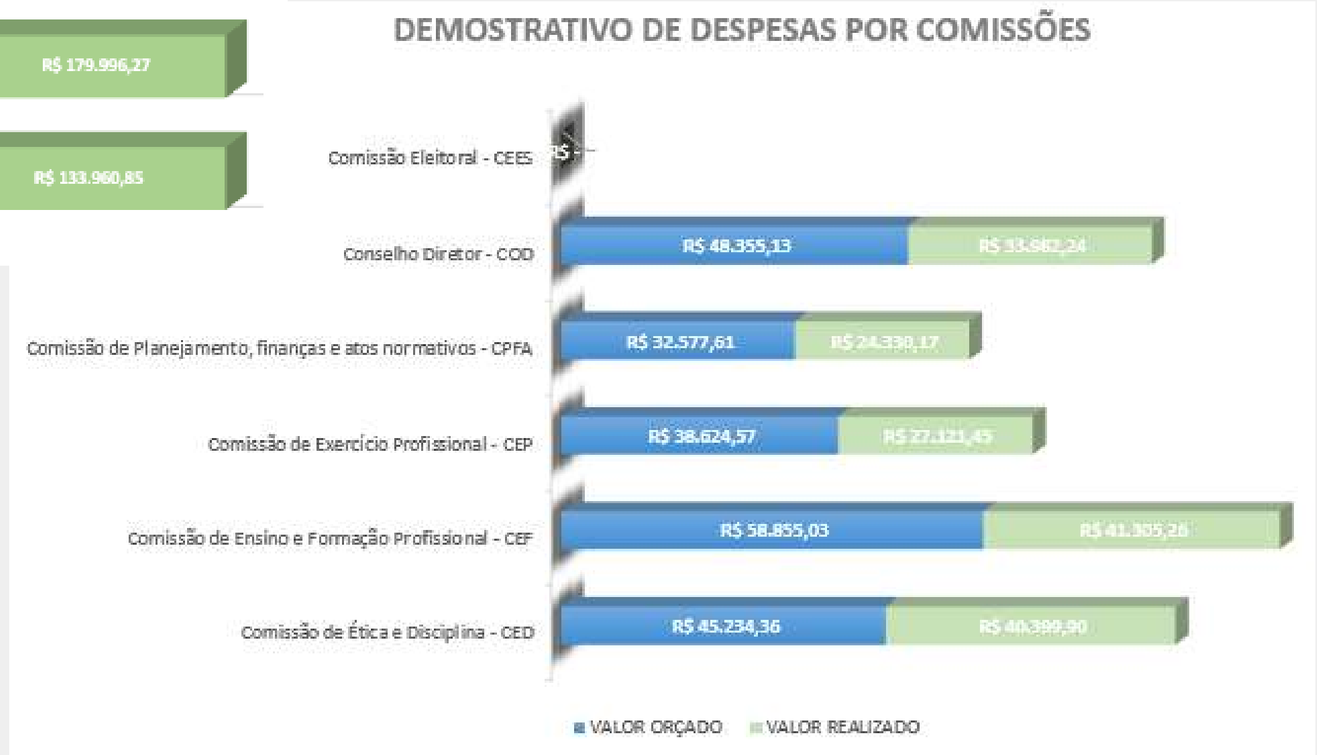
Atualmente, as despesas mais expressivas no âmbito desse Conselho, referem-se à gastos com pessoal, despesas de funcionamento e as contribuições ao fundo de apoio aos CAU UF básicos, conforme previsto na Lei 12.378/2010 e com as contribuições com o Centro de Serviços Compartilhados, também regulamentado pelo Conselho Federal.

Através de uma gestão prudente, eficiente e com rigor no controle e qualidades dos gastos, o CAU/ES encerrou o exercício de 2022 com uma execução orçamentária de R$ 5.964.393,99 (valores empenhados). Deste valor, R$ 3.277.096,81 relativos as despesas correntes empenhadas e R$ 2.687.297,18 relativos as despesas de capital empenhadas.

Atualmente, as despesas mais expressivas no âmbito desse Conselho, referen-se à gastos com pessoal, despesas de funcionamento e as contribuições ao fundo de apoio aos CAU UF básicos, conforme previsto na Lei 12.378/2010 e com as contribuições com o Centro de Serviços Compartilhados, também regulamentado.




DEMONSTRATIVO DE DESPESAS POR SETORES
VALOR ORÇADO
VALOR REALIZADO
GERÊNCIA TÉCNICA - GERTEC
R$ 1.053.224,61
R$ 943.985,96
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - GERADFIN
R$ 1.534.089,69
R$ 1.404.840,11
GERÊNCIA GERAL - GEGER
R$ 209.290,61
R$ 188.454,33
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM
R$ 222.302,08
R$ 179.996,27
ASSESSORIA JURÍDICA - ASJUR
R$ 149.652,60
R$ 133.960,85


DEMOSTRATIVO DE DESPESAS POR COMISSÕES
Comissão Eleitoral - CEES
R$ -
Conselho Diretor - COD
R$ 48.355,13
R$ 33.982,24
Comissão de Planejamento, finanças e atos normativos - CPFA
R$ 32.577,61
R$ 24.330,17
Comissão de Exercício Profissional - CEP
R$ 38.624,57
R$ 27.121,45
Comissão de Ensino e Formação Profissional - CEF
R$ 58.855,03
R$ 41.305,26
Comissão de Ética e Disciplina - CED
R$ 45.234,36
R$ 40.399,90
VALOR ORÇADO
VALOR REALIZADO

DESPESAS REALIZADAS

R$ 3.277.096,81 **Despesas correntes empenhadas 2022**	R$ 45.487,77 **Fundo de apoio aos CAU/UFs básicos**	R$ 270.297,53 **Centro de serviços compartilhados**	R$ 744.561,54 **Despesas de funcionamento e manutenção**	R$ 1.901.767,54 **Pessoal e encargos**
R$ 57.125,00 **Diárias conselheiros**	R$ 24.275,00 **Diárias funcionários**	R$ 158.930,53 **Jetons e auxilio representação conselheiros**	R$ 57.854,45 **Passagens aéreas conselheiros**	R$ 16.797,54 **Passagens aéreas funcionários**

ORÇAMENTO

O planejamento estratégico desempenha um papel fundamental na gestão pública, sendo uma ferramenta essencial para direcionar as ações e os recursos disponíveis de forma eficiente e eficaz. Ele permite que a gestão defina seus objetivos de curto, médio e longo prazo, bem como identifiquem as estratégias e ações necessárias para alcançá-los.

O Plano de Ação é o instrumento que reflete e sistematiza a estratégia do Conselho de Arquitetura e Urbanismo e é estruturado na forma de iniciativas estratégicas que são compreendidas por projetos e atividades.

O plano de ação e orçamento do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) é um documento estratégico que estabelece as metas, objetivos, projetos e a alocação de recursos financeiros para um determinado período. Ele descreve as atividades que serão realizadas pelo CAU, define os recursos necessários para executá-las e estabelece indicadores de desempenho para avaliar o progresso alcançado.

O Plano de Ação do CAU orienta-se pela missão da instituição, definida no Planejamento Estratégico 2023, de **“Promover a Arquitetura e Urbanismo para Todos ”** e por sua visão de futuro, de **“Ser reconhecido como referência na defesa e fomento das boas práticas da Arquitetura e Urbanismo”**.

As Diretrizes para Elaboração do Plano de Ação e Orçamento 2022 do CAU buscam, a partir do Planejamento Estratégico, da avaliação dos resultados obtidos com a aplicação da estratégia atual, bem como de uma reflexão sobre os cenários de atuação e de recursos, estabelecer um conjunto de prioridades e metas para orientar a atualização dos planos de ação do CAU/BR e dos CAU/UF, visando o alcance dos objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico do CAU, que é a síntese do seu Planejamento Estratégico 2023.

O Plano de Ação, instrumento que reflete e sistematiza a estratégia do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, é estruturado na forma de iniciativas estratégicas que são compreendidas por projetos e atividades.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CAU/ES) possui uma atuação estratégica voltada para atender as necessidades da sociedade e dos arquitetos e urbanistas do estado. Sua atuação se baseia na promoção da arquitetura e urbanismo de qualidade, na valorização da profissão e na defesa do interesse público.

FORTALECER A ATUAÇÃO FISCALIZATÓRIA

EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

COMUNICAÇÃO E ENGAJAMENTO

A Gazeta ENTRAR

Artigos

Greg Repsold

Autoral Convidadoial

É arquiteto e urbanista, gerente técnico da Repsold Arquitetos, conselheiro suplente do IAB/ES e conselheiro estadual do CAU/ES

Greg Repsold

Os galpões do IBC e o futuro de Jardim da Penha

Há quem acredite que o melhor para aquele terreno é o que gerar mais renda. Contudo, esse pensamento menospreza a capacidade da arquitetura de transformar os espaços

Greg Repsold | É arquiteto e urbanista, gerente técnico da Repsold Arquitetos, conselheiro suplente do IAB/ES e conselheiro estadual do CAU/ES

Publicado em 17/08/2022 às 16h49

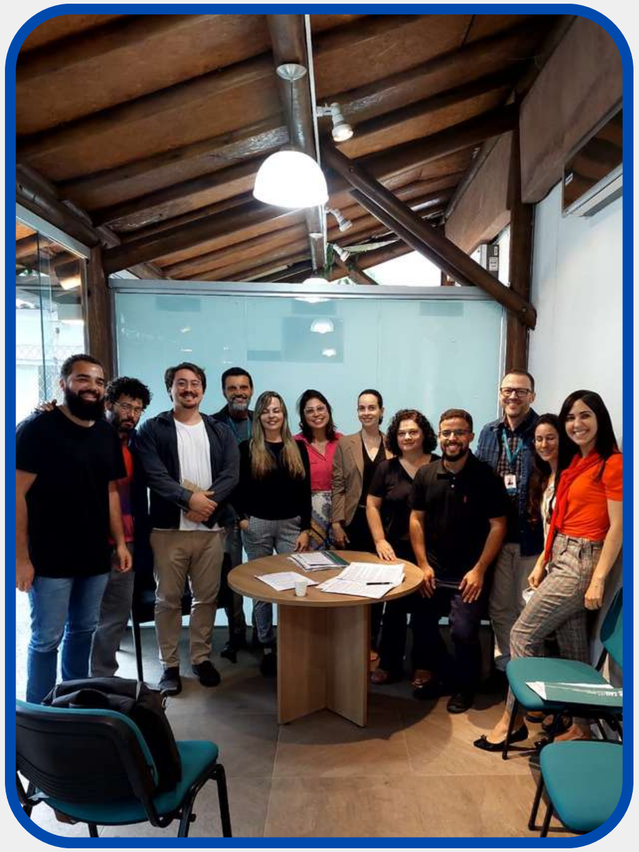
do IBC foi recebida com surpresa pela sociedade capixaba em 2020 e diversas entidades logo se mobilizaram para evitar que o espaço, no coração de Jardim da Penha, em Vitória, fosse demolido. Com isso, o imóvel foi provisoriamente tombado pelo Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo e parte dele foi vendida para um grupo de investidores, 6.500 metros quadrados por R$ 16 milhões. Toda essa confusão e você talvez se pergunte: por que preservar os galpões do IBC?

Há quem defenda abertamente que o imóvel não tem qualquer relevância e deve ser demolido para dar lugar a algo novo, quem sabe um condomínio de luxo ou um shopping center.

PROMOVER A ÉTICA PROFISSIONAL

PARTICIPAÇÃO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

APOIO AOS ARQUITETOS E URBANISTAS

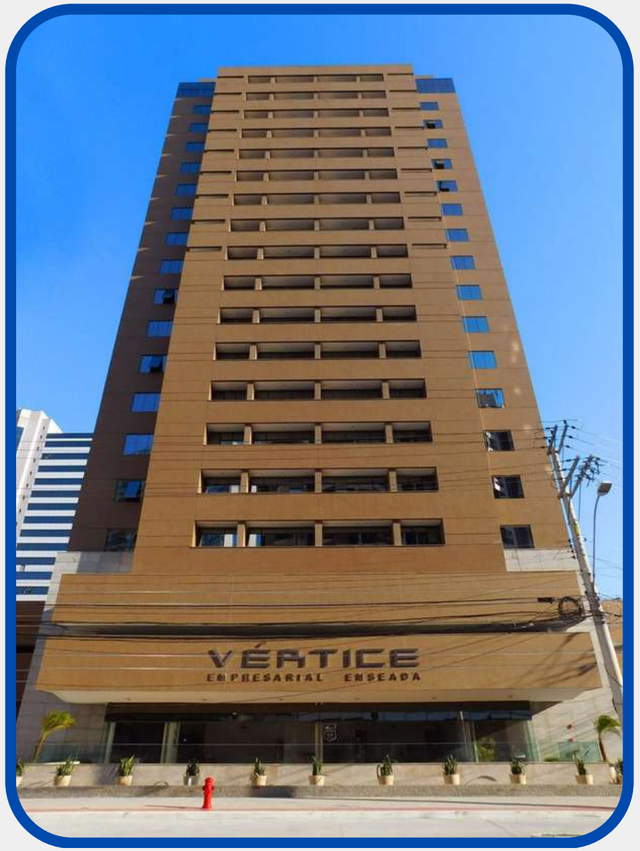


PROMOÇÃO DA QUALIDADE NA ARQUITETURA E URBANISMO

VALORIZAR A ARQUITETURA E URBANISMO

FOMENTAR A EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

USO EFICIENTE DE RECURSOS



MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

RESULTADOS DA GESTÃO - EVENTOS E CAPACITAÇÕES

- 28 eventos de capacitação realizados
- 480 profissionais e estudantes capacitados
- 1935 visualizações dos eventos e conteúdos online

Execução do Orçamento da Receita e Despesa e Resultado Orçamentário 2022				
Orçamento 2022: R$ 6.475.548,48				
Discriminação	***Correntes***		***Capital***	
Receita Orçada	R$	3.744.548,48	R$	2.731.000,00
Receita Arrecadada	R$	3.769.250,80	R$	-
Percentual Arrecadado		100,66%		0,00%
Despesa Orçada		R$ 3.653.548,48		R$ 2.817.000,00
Despesa Empenhada		R$ 3.277.096,81	R$	2.687.297,18
Percentual realizado		89,70%		95,40%
Reserva de contingência		R$ 5.000,00		
Défict Orçamentário	***R$***	***(2.195.143,19)***		
Superávit Primário	***R$***	***492.153,99***		

**Resultado Primário = Receita Corrente (-) Despesa Corrente*

**Resultado Orçamentário = Receita Corrente + Receita de Capital (-) Despesa Corrente e (-) Despesa de Capital*

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária. No exercício de 2022 o CAU/ES fechou o ano registrando défict orçamentário em função da aquisição de sede própria. A aquisição de patrimônio, como imóveis, equipamentos ou infraestrutura, é considerada um investimento estratégico para o órgão público. Esses ativos trazem benefícios duradouros, como melhoria na qualidade dos serviços prestados à população, aumento da eficiência operacional ou geração de receitas futuras. Portanto, um déficit temporário justifica-se como um investimento no desenvolvimento e modernização da estrutura física e de recursos do CAU/ES.

SUPERÁVIT PRIMÁRIO:
R$ 492.153,99

INVESTIMENTOS PATRIMONIAIS

No exercício de 2022 foram adquiridos bens de capital, no valor total de R$ 2.687.297,18, gastos com a aquisição de materiais de informática, processamento de dados e a aquisição da sede própria.

FATOS RELEVANTES

A aquisição de sede própria pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CAU/ES) traz diversas vantagens para a instituição.

- Estabilidade e segurança
- Imagem institucional
- Economia financeira
- Valorização do patrimônio
- Autonomia e independência

GESTÃO CONTÁBIL

CONSIDERAÇÕES

O conjunto autárquico formado pelo CAU/BR e pelos CAU/UF utiliza um mesmo sistema informatizado de contabilidade, estando este integrado a diversos sistemas de controle administrativo possibilitando, assim, um acompanhamento da gestão contábil do conjunto em tempo real pelas áreas técnicas do CAU/BR.

NORMA INTERNA

Além da Lei n° 4320/1964, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e do manual correspondente (MCASP) seguidas integralmente pela Contadoria do CAU/RO, a Resolução CAU/BR n° 174/2018 dispõe sobre procedimentos orçamentários, contábeis e de prestação de contas a serem adotados pelo CAU/BR e pelos CAU/UF (https://transparencia.caubr.gov.br/resolucao174/). Tal norma propicia ao CAU/BR, dentre outros, de exercer acompanhamento por meio de orientações e proposições de melhorias das informações contábeis.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR DO CAU/ES

Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxos de Caixa e Demonstração das Variações Patrimoniais, regidos pela Lei n° 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e pelo respectivo manual (MCASP), referentes ao exercício de 2022, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo – CAU/ES.

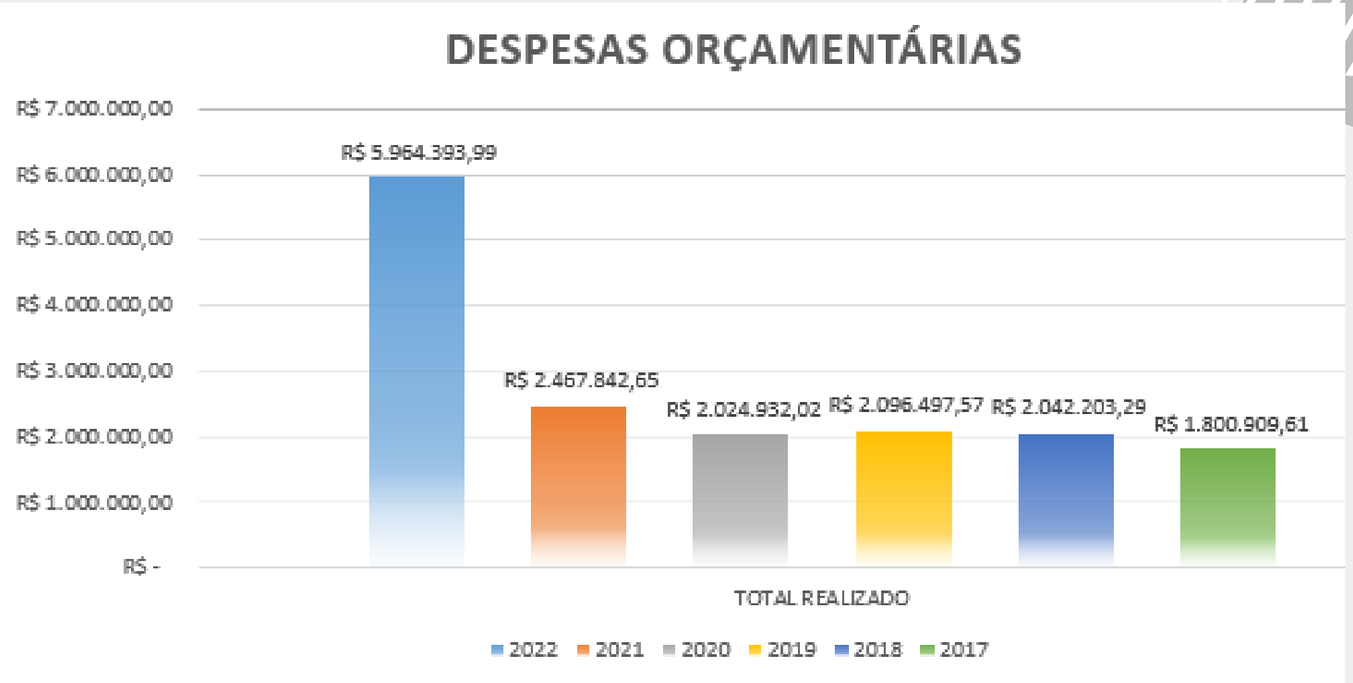
Hemelly Tomassi de Oliveira Magnani - Contadora CRC/ES 018449/O-3

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária. No exercício de 2022 o CAU/ES fechou o ano registrando défict orçamentário em função da aquisição de sede própria. A aquisição de patrimônio, como imóveis, equipamentos ou infraestrutura, é considerada um investimento estratégico para o órgão público. Esses ativos trazem benefícios duradouros, como melhoria na qualidade dos serviços prestados à população, aumento da eficiência operacional ou geração de receitas futuras. Portanto, um déficit temporário justifica-se como um investimento no desenvolvimento e modernização da estrutura física e de recursos do CAU/ES.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS						
RECEITAS CORRENTES	***2022***	***2021***	***2020***	***2019***	***2018***	***2017***
Anuidades PF	R$ 1.666.634,99	1.348.451,45	R$ 1.159.924,15	R$ 1.171.051,67	R$ 972.539,44	R$ 790.890,66
Anuidades PJ	R$ 117.542,83	146.965,53	R$ 143.703,25	R$ 157.495,62	R$ 117.993,16	R$ 101.624,35
RRT	R$ 1.542.195,64	1.380.088,98	R$ 1.075.633,46	R$ 1.146.635,65	R$ 1.051.820,42	R$ 978.793,91
Financeiras	R$ 420.270,80	115.031,52	R$ 155.406,10	R$ 279.483,23	R$ 155.852,40	R$ 127.527,81
Outras receitas	R$ 22.606,54	193.117,68	R$ 58.319,47	R$ 25.401,87	R$ 62.383,58	R$ 17.325,06
TOTAL REALIZADO	***R$ 3.769.250,80***	***R$ 3.183.655,16***	***R$ 2.592.986,43***	***R$ 2.780.068,04***	***R$ 2.360.589,00***	***R$ 2.016.161,79***
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS						
DESPESAS CORRENTES	***2022***	***2021***	***2020***	***2019***	***2018***	***2017***
Pessoal e encargos	R$ 1.926.042,54	R$ 1.493.737,84	R$ 1.434.669,99	R$ 1.334.813,64	R$ 1.262.022,10	R$ 965.744,16
Material de consumo	R$ 42.188,72	R$ 11.127,89	R$ 11.168,63	R$ 24.613,37	R$ 15.783,96	R$ 18.753,64
Serviços de terceiros	R$ 892.409,94	R$ 597.745,14	R$ 384.815,08	R$ 445.080,53	R$ 378.512,00	R$ 508.900,89
Encargos diversos	R$ 100.670,31	R$ 76.850,78	R$ 66.724,03	R$ 77.937,53	R$ 100.221,38	R$ 48.693,42
Transferências correntes	R$ 315.785,30	R$ 255.984,50	R$ 119.120,29	R$ 214.052,50	R$ 266.896,72	R$ 234.765,00
Despesas de exercícios anteriores	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 8.380,28	R$ 15.623,20
Despesas de capital - Investimentos	R$ 2.687.297,18	R$ 32.396,50	R$ 8.434,00	R$ -	R$ 10.386,85	R$ 8.429,30
TOTAL REALIZADO	***R$ 5.964.393,99***	***R$ 2.467.842,65***	***R$ 2.024.932,02***	***R$ 2.096.497,57***	***R$ 2.042.203,29***	***R$ 1.800.909,61***
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	**R$ (2.195.143,19)**	**R$ 715.812,51**	**R$ 568.054,41**	**R$ 683.570,47**	**R$ 318.385,71**	**R$ 215.252,18**

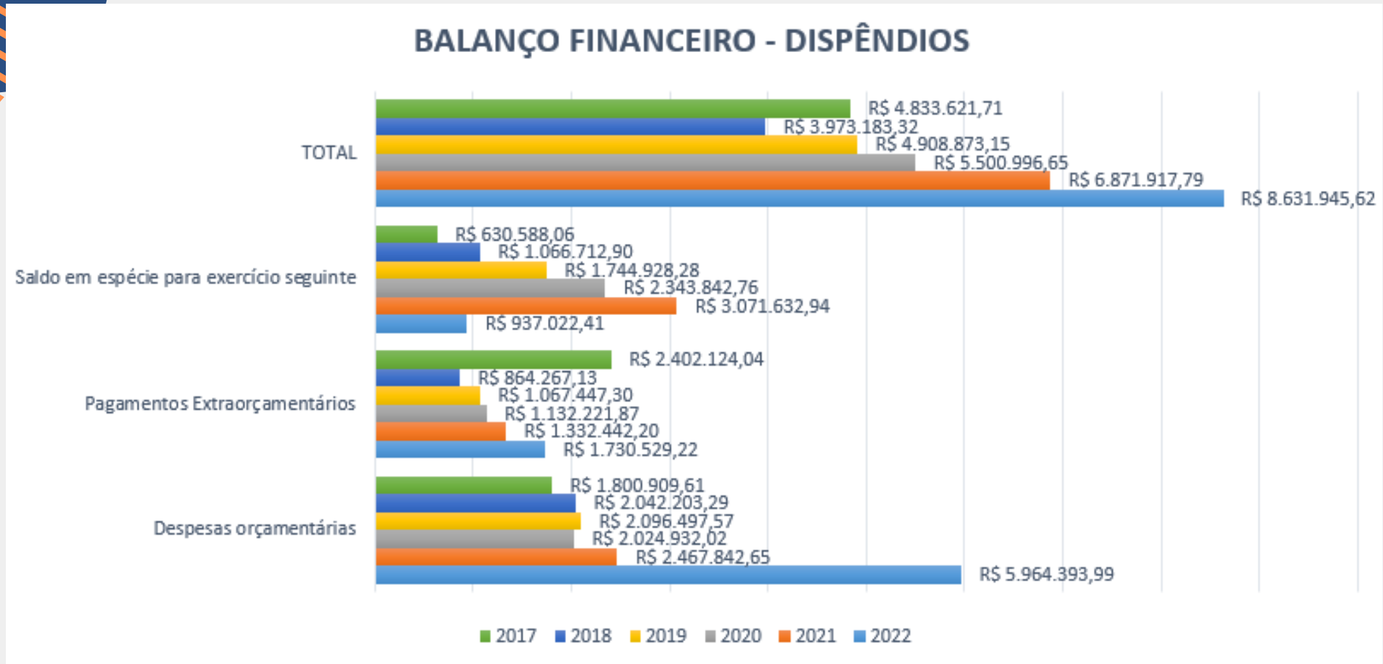

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS
R$ 7.000.000,00
R$ 6.000.000,00
R$ 5.000.000,00
R$ 4.000.000,00
R$ 3.000.000,00
R$ 2.000.000,00
R$ 1.000.000,00
R$ -
R$ 5.964.393,99
R$ 2.467.842,65
R$ 2.024.932,02
R$ 2.096.497,57
R$ 2.042.203,29
R$ 1.800.909,61
TOTAL REALIZADO
2022
2021
2020
2019
2018
2017

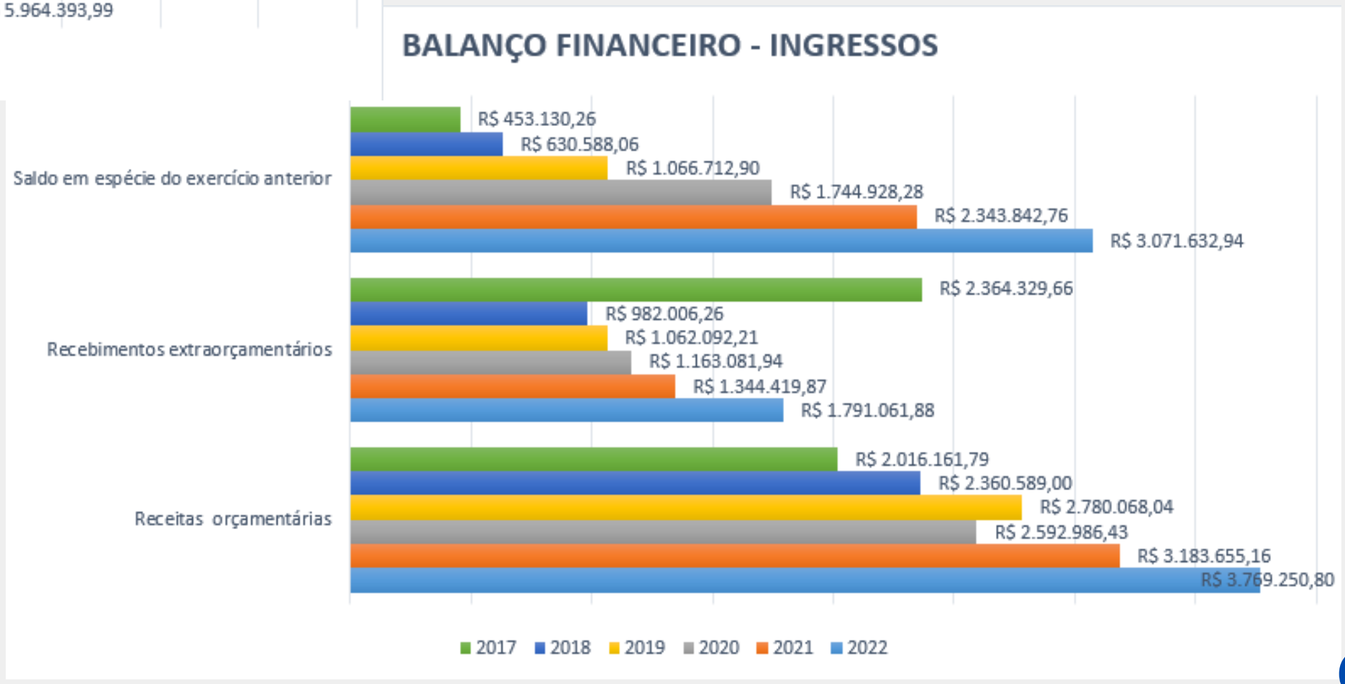
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS
R$ 4.000.000,00
R$ 3.500.000,00
R$ 3.000.000,00
R$ 2.500.000,00
R$ 2.000.000,00
R$ 1.500.000,00
R$ 1.000.000,00
R$ 500.000,00
R$ -
R$ 3.769.250,80
R$ 3.183.655,16
R$ 2.592.986,43
R$ 2.780.068,04
R$ 2.360.589,00
R$ 2.016.161,79
TOTAL REALIZADO
2022
2021
2020
2019
2018
2017

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO
60%
50%
40%
30%
20%
10%
0%
-10%
-20%
-30%
-40%
-50%
R$ 215.252,18
R$ 318.385,71
R$ 683.570,47
R$ 568.054,41
R$ 715.812,51
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO
R$ (2.195.143,19)
2022
2021
2020
2019
2018
2017

BALANÇO FINANCEIRO

BALANÇO FINANCEIRO						
INGRESSOS	***2022***	***2021***	***2020***	***2019***	***2018***	***2017***
Receitas orçamentárias	R$ 3.769.250,80	R$ 3.183.655,16	R$ 2.592.986,43	R$ 2.780.068,04	R$ 2.360.589,00	R$ 2.016.161,79
Recebimentos extraorçamentários	R$ 1.791.061,88	R$ 1.344.419,87	R$ 1.163.081,94	R$ 1.062.092,21	R$ 982.006,26	R$ 2.364.329,66
Saldo em espécie do exercício anterior	R$ 3.071.632,94	R$ 2.343.842,76	R$ 1.744.928,28	R$ 1.066.712,90	R$ 630.588,06	R$ 453.130,26
TOTAL	***R$ 8.631.945,62***	***R$ 6.871.917,79***	***R$ 5.500.996,65***	***R$ 4.908.873,15***	***R$ 3.973.183,32***	***R$ 4.833.621,71***
DISPÊNDIOS	***2022***	***2021***	***2020***	***2019***	***2018***	***2017***
Despesas orçamentárias	R$ 5.964.393,99	R$ 2.467.842,65	R$ 2.024.932,02	R$ 2.096.497,57	R$ 2.042.203,29	R$ 1.800.909,61
Pagamentos Extraorçamentários	R$ 1.730.529,22	R$ 1.332.442,20	R$ 1.132.221,87	R$ 1.067.447,30	R$ 864.267,13	R$ 2.402.124,04
Saldo em espécie para exercício seguinte	R$ 937.022,41	R$ 3.071.632,94	R$ 2.343.842,76	R$ 1.744.928,28	R$ 1.066.712,90	R$ 630.588,06
TOTAL	***R$ 8.631.945,62***	***R$ 6.871.917,79***	***R$ 5.500.996,65***	***R$ 4.908.873,15***	***R$ 3.973.183,32***	***R$ 4.833.621,71***


BALANÇO FINANCEIRO - DISPÊNDIOS
TOTAL
R$ 4.833.621,71
R$ 3.973.183,32
R$ 4.908.873,15
R$ 5.500.996,65
R$ 6.871.917,79
R$ 8.631.945,62
Saldo em espécie para exercício seguinte
R$ 630.588,06
R$ 1.066.712,90
R$ 1.744.928,28
R$ 2.343.842,76
R$ 3.071.632,94
R$ 937.022,41
Pagamentos Extraorçamentários
R$ 2.402.124,04
R$ 864.267,13
R$ 1.067.447,30
R$ 1.132.221,87
R$ 1.332.442,20
R$ 1.730.529,22
Despesas orçamentárias
R$ 1.800.909,61
R$ 2.042.203,29
R$ 2.096.497,57
R$ 2.024.932,02
R$ 2.467.842,65
R$ 5.964.393,99
2017 2018 2019 2020 2021 2022


BALANÇO FINANCEIRO - INGRESSOS
Saldo em espécie do exercício anterior
R$ 453.130,26
R$ 630.588,06
R$ 1.066.712,90
R$ 1.744.928,28
R$ 2.343.842,76
R$ 3.071.632,94
Recebimentos extraorçamentários
R$ 2.364.329,66
R$ 982.006,26
R$ 1.062.092,21
R$ 1.163.081,94
R$ 1.344.419,87
R$ 1.791.061,88
Receitas orçamentárias
R$ 2.016.161,79
R$ 2.360.589,00
R$ 2.780.068,04
R$ 2.592.986,43
R$ 3.183.655,16
R$ 3.769.250,80
2017 2018 2019 2020 2021 2022

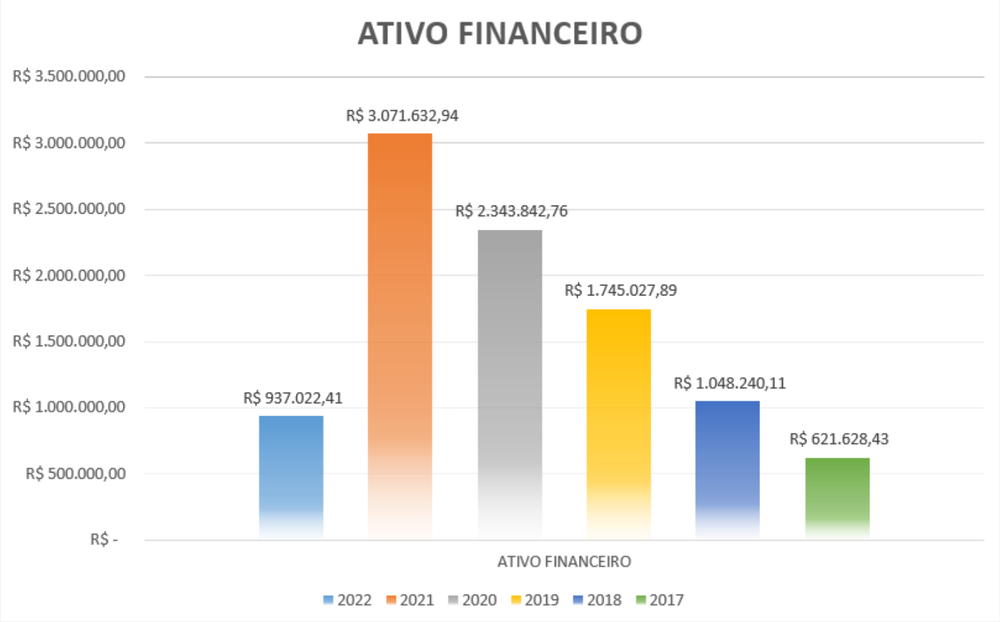
BALANÇO PATRIMONIAL

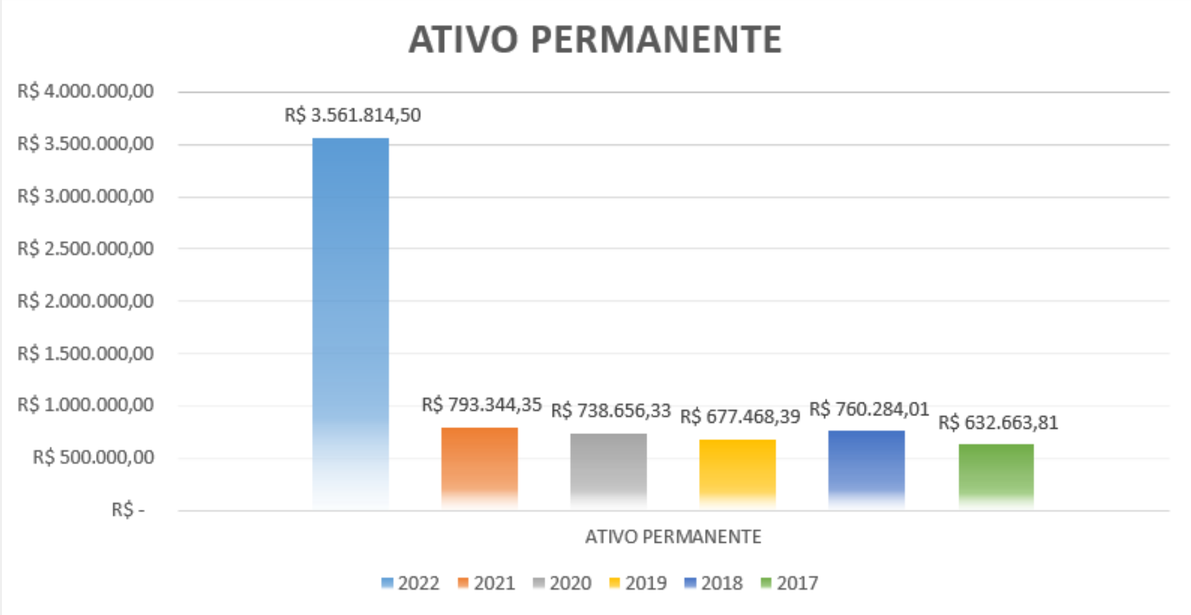
BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO						
ATIVO	2022	2021	2020	2019	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	*R$ 1.492.716,61*	*R$ 3.647.023,04*	*R$ 2.849.086,05*	*R$ 2.144.579,36*	*R$ 1.474.724,49*	*R$ 786.424,32*
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**R$ 937.022,41**	**R$ 3.071.632,94**	**R$ 2.343.842,76**	**R$ 1.744.928,28**	**R$ 1.048.240,11**	**R$ 621.628,43**
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	**R$ 509.571,65**	**R$ 515.659,50**	**R$ 476.522,69**	**R$ 375.702,79**	**R$ 381.063,36**	**R$ 103.415,20**
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	**R$ 44.936,75**	**R$ 58.562,80**	**R$ 27.564,80**	**R$ 22.848,88**	**R$ 44.122,02**	**R$ 61.380,69**
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
ESTOQUES	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	**R$ 1.185,80**	**R$ 1.167,80**	**R$ 1.155,80**	**R$ 1.099,41**	**R$ 1.299,00**	**R$ -**
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	*R$ 3.006.120,30*	*R$ 217.944,25*	*R$ 233.413,04*	*R$ 277.916,92*	*R$ 333.799,63*	*R$ 467.867,92*
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**R$ 205.937,42**	**R$ 67.420,87**	**R$ 87.985,60**	**R$ 101.781,60**	**R$ 110.734,56**	**R$ 194.103,97**
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	**R$ 205.937,42**	**R$ 67.420,87**	**R$ 87.985,60**	**R$ 101.781,60**	**R$ 110.734,56**	**R$ 194.103,97**
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R$ 205.937,42	R$ 67.420,87	R$ 87.985,60	R$ 101.781,60	R$ 110.734,56	R$ 194.103,97
INVESTIMENTOS	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
IMOBILIZADO	**R$ 2.798.455,17**	**R$ 148.536,13**	**R$ 143.281,79**	**R$ 173.624,27**	**R$ 217.551,67**	**R$ 265.140,75**
BENS MÓVEIS	R$ 495.125,67	R$ 473.902,87	R$ 444.482,37	R$ 444.482,37	R$ 444.482,37	R$ 446.539,62
BENS IMÓVEIS	R$ 2.665.775,38	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	R$ 362.445,88	R$ 325.366,74	R$ 301.200,58	R$ 270.858,10	R$ 226.930,70	R$ 181.398,87
INTANGÍVEL	**R$ 1.727,71**	**R$ 1.987,25**	**R$ 2.145,65**	**R$ 2.511,05**	**R$ 5.513,40**	**R$ 8.623,20**
SOFTWARES	R$ 17.277,15	R$ 17.277,15	R$ 17.277,15	R$ 17.277,15	R$ 17.277,15	R$ 17.277,15
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	R$ 15.549,44	R$ 15.289,90	R$ 15.131,50	R$ 14.766,10	R$ 11.763,75	R$ 8.653,95
TOTAL	*R$ 4.498.836,91*	*R$ 3.864.967,29*	*R$ 3.082.499,09*	*R$ 2.422.496,28*	*R$ 1.808.524,12*	*R$ 1.254.292,24*
ATIVO FINANCEIRO	*R$ 937.022,41*	*R$ 3.071.632,94*	*R$ 2.343.842,76*	*R$ 1.745.027,89*	*R$ 1.048.240,11*	*R$ 621.628,43*
ATIVO PERMANENTE	*R$ 3.561.814,50*	*R$ 793.344,35*	*R$ 738.656,33*	*R$ 677.468,39*	*R$ 760.284,01*	*R$ 632.663,81*

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO						
PASSIVO	2022	2021	2020	2019	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE	*R$ 320.610,01*	*R$ 294.773,61*	*R$ 237.456,77*	*R$ 258.780,09*	*R$ 278.641,38*	*R$ 159.290,64*
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	R$ 188.339,07	R$ 167.962,09	R$ 129.044,23	R$ 121.565,50	R$ -	R$ -
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	R$ 94.329,99	R$ 87.771,82	R$ 75.495,31	R$ 61.286,35	R$ 54.128,46	R$ 18.104,73
PROVISÕES A CURTO PRAZO	R$ 1.000,00	R$ 110,56	R$ 629,80	R$ 50.110,56	R$ 205.661,11	R$ 137.943,17
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	R$ 36.940,95	R$ 38.929,14	R$ 32.287,43	R$ 25.817,68	R$ 18.851,81	R$ 3.242,74
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	*R$ -*	*R$ -*	*R$ -*	*R$ -*	*R$ -*	*R$ -*
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
FORNECEDORES A LONGO PRAZO	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
PROVISÕES A LONGO PRAZO	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
RESULTADO DIFERIDO	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	*R$ 4.178.226,90*	*R$ 3.570.193,68*	*R$ 2.845.042,32*	*R$ 2.163.716,19*	*R$ 1.529.882,74*	*R$ 1.095.001,60*
TOTAL	*R$ 4.498.836,91*	*R$ 3.864.967,29*	*R$ 3.082.499,09*	*R$ 2.422.496,28*	*R$ 1.808.524,12*	*R$ 1.254.292,24*
PASSIVO FINANCEIRO	R$ 368.332,26	R$ 340.076,40	R$ 258.690,11	R$ 266.249,26	R$ 264.146,88	R$ 159.290,64
PASSIVO PERMANENTE	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 55.128,00	R$ -
SALDO PATRIMONIAL	*R$ 4.130.504,65*	*R$ 3.524.890,89*	*R$ 2.823.808,98*	*R$ 2.156.247,02*	*R$ 1.544.377,24*	*R$ 1.095.001,60*
EXECUÇÕES DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	R$ 457.585,52	R$ 297.482,60	R$ 276.584,23	R$ 822.508,32	R$ 487.042,33	R$ -
RESULTADO FINANCEIRO	*R$ 568.690,15*	*R$ 2.731.556,54*	*R$ 2.085.152,65*	*R$ 1.478.778,63*	*R$ 784.093,23*	*R$ 462.337,79*

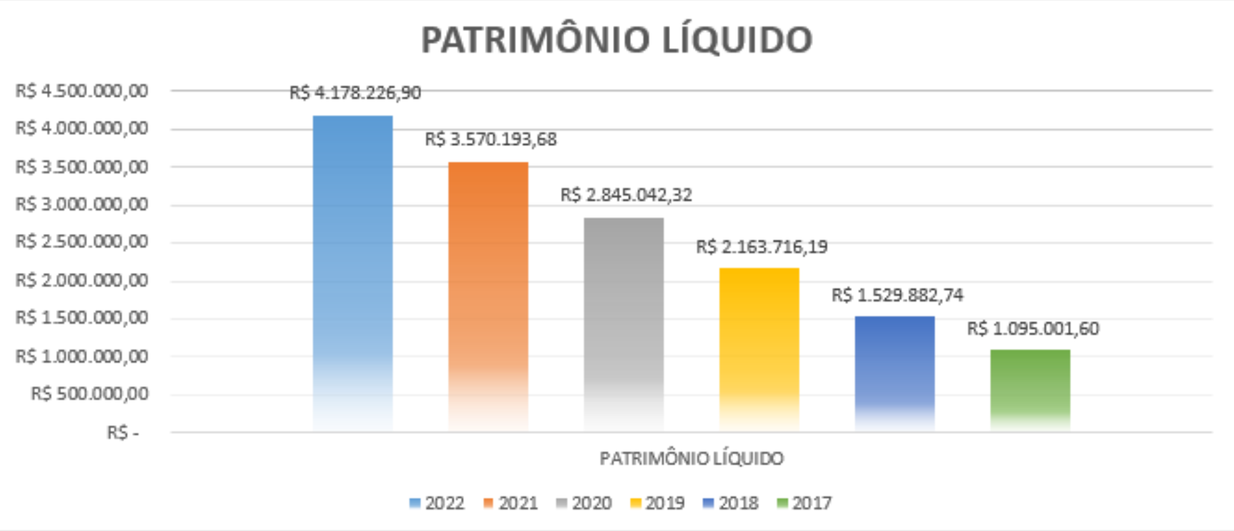
ATIVO CIRCULANTE
R$ 4.000.000,00
R$ 3.500.000,00
R$ 3.000.000,00
R$ 2.500.000,00
R$ 2.000.000,00
R$ 1.500.000,00
R$ 1.000.000,00
R$ 500.000,00
R$ -
R$ 1.492.716,61
R$ 3.647.023,04
R$ 2.849.086,05
R$ 2.144.579,36
R$ 1.474.724,49
R$ 786.424,32
ATIVO CIRCULANTE
2022 2021 2020 2019 2018 2017

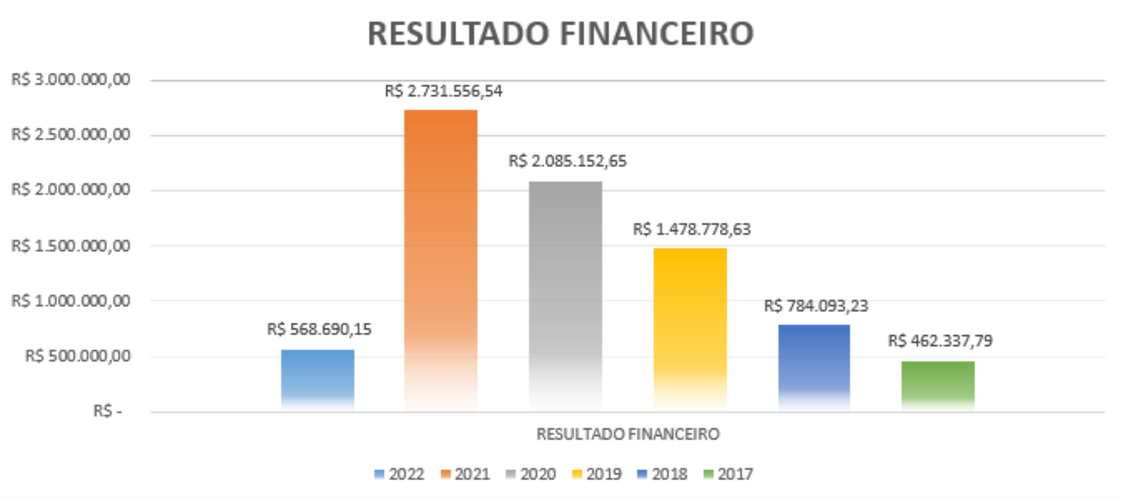
ATIVO NÃO CIRCULANTE
R$ 3.500.000,00
R$ 3.000.000,00
R$ 2.500.000,00
R$ 2.000.000,00
R$ 1.500.000,00
R$ 1.000.000,00
R$ 500.000,00
R$ -
R$ 3.006.120,30
R$ 217.944,25
R$ 233.413,04
R$ 277.916,92
R$ 333.799,63
R$ 467.867,92
ATIVO NÃO-CIRCULANTE
2022 2021 2020 2019 2018 2017


ATIVO FINANCEIRO
R$ 3.500.000,00
R$ 3.000.000,00
R$ 2.500.000,00
R$ 2.000.000,00
R$ 1.500.000,00
R$ 1.000.000,00
R$ 500.000,00
R$ -
R$ 937.022,41
R$ 3.071.632,94
R$ 2.343.842,76
R$ 1.745.027,89
R$ 1.048.240,11
R$ 621.628,43
ATIVO FINANCEIRO
2022 2021 2020 2019 2018 2017


ATIVO PERMANENTE
R$ 4.000.000,00
R$ 3.500.000,00
R$ 3.000.000,00
R$ 2.500.000,00
R$ 2.000.000,00
R$ 1.500.000,00
R$ 1.000.000,00
R$ 500.000,00
R$ -
R$ 3.561.814,50
R$ 793.344,35
R$ 738.656,33
R$ 677.468,39
R$ 760.284,01
R$ 632.663,81
ATIVO PERMANENTE
2022 2021 2020 2019 2018 2017

PASSIVO CIRCULANTE
R$ 350.000,00
R$ 300.000,00
R$ 250.000,00
R$ 200.000,00
R$ 150.000,00
R$ 100.000,00
R$ 50.000,00
R$ -
R$ 320.610,01
R$ 294.773,61
R$ 237.456,77
R$ 258.780,09
R$ 278.641,38
R$ 159.290,64
PASSIVO CIRCULANTE
2022 2021 2020 2019 2018 2017

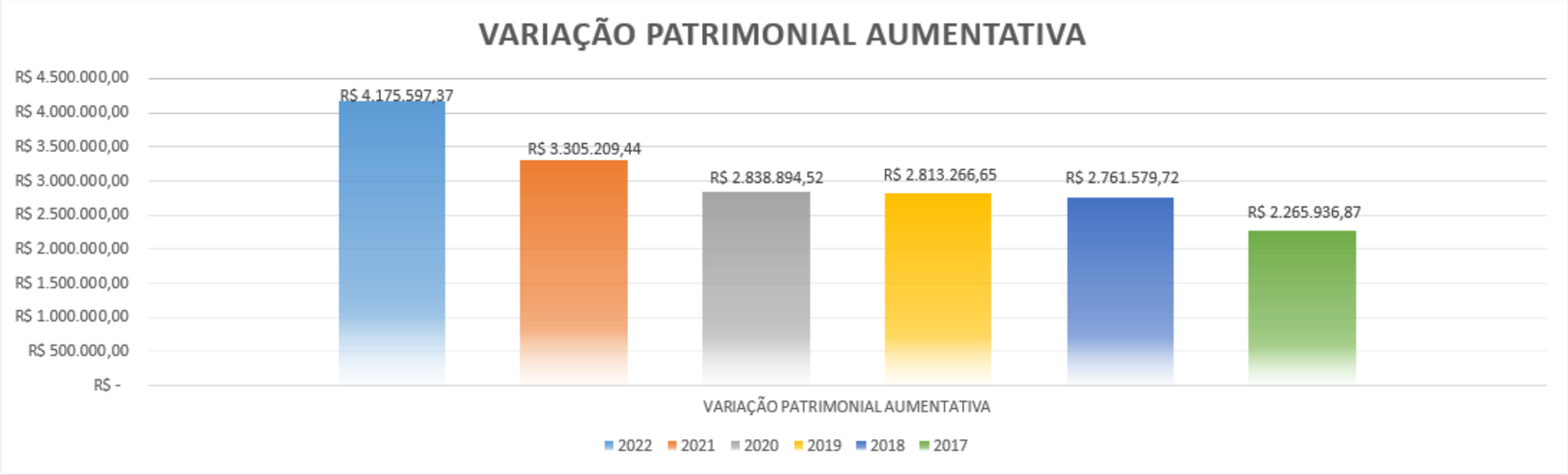

PATRIMÔNIO LÍQUIDO
R$ 4.500.000,00
R$ 4.000.000,00
R$ 3.500.000,00
R$ 3.000.000,00
R$ 2.500.000,00
R$ 2.000.000,00
R$ 1.500.000,00
R$ 1.000.000,00
R$ 500.000,00
R$ -
R$ 4.178.226,90
R$ 3.570.193,68
R$ 2.845.042,32
R$ 2.163.716,19
R$ 1.529.882,74
R$ 1.095.001,60
PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2022 2021 2020 2019 2018 2017

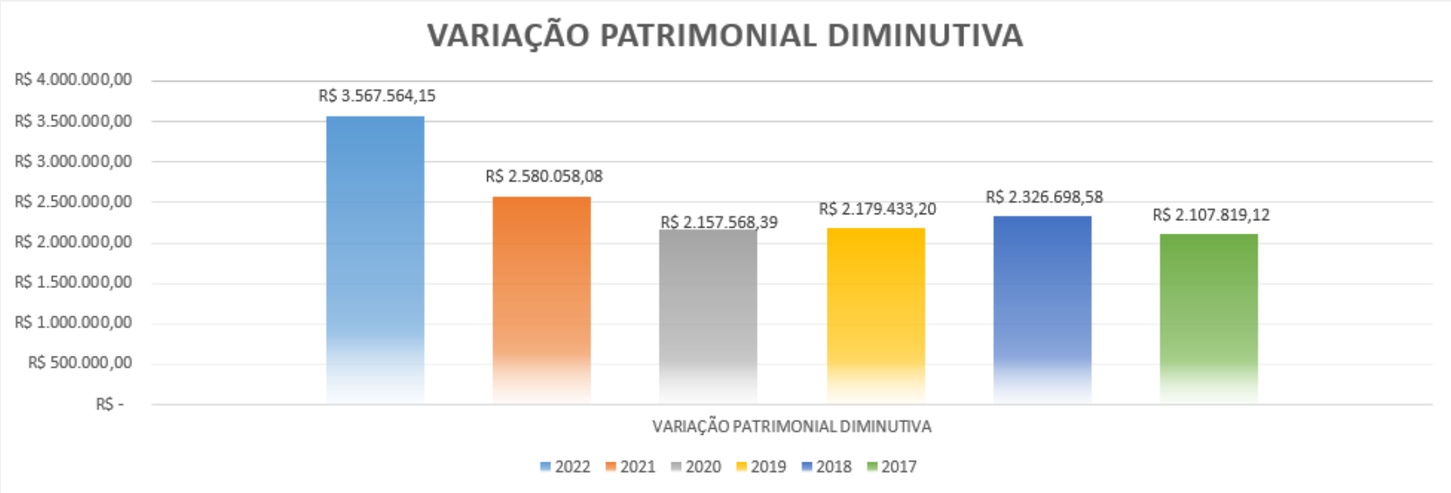

RESULTADO FINANCEIRO
R$ 3.000.000,00
R$ 2.500.000,00
R$ 2.000.000,00
R$ 1.500.000,00
R$ 1.000.000,00
R$ 500.000,00
R$ -
R$ 568.690,15
R$ 2.731.556,54
R$ 2.085.152,65
R$ 1.478.778,63
R$ 784.093,23
R$ 462.337,79
RESULTADO FINANCEIRO
2022 2021 2020 2019 2018 2017

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS						
CONTA	2022	2021	2020	2019	2018	2017
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	***R$ 3.567.564,15***	***R$ 2.580.058,08***	***R$ 2.157.568,39***	***R$ 2.179.433,20***	***R$ 2.326.698,58***	***R$ 2.107.819,12***
PESSOAL E ENCARGOS	R$ 1.919.120,52	R$ 1.528.335,70	R$ 1.442.148,72	R$ 1.325.664,19	R$ 1.247.021,81	R$ 951.375,52
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	R$ 1.056.577,68	R$ 684.656,50	R$ 490.783,38	R$ 617.732,37	R$ 625.390,07	R$ 667.261,65
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	R$ 317.993,12	R$ 260.130,22	R$ 110.606,75	R$ 222.652,50	R$ 241.896,72	R$ 234.765,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	R$ 273.872,83	R$ 106.935,66	R$ 114.029,54	R$ 13.384,14	R$ 212.389,98	R$ 254.416,95
TOTAL	***R$ 3.567.564,15***	***R$ 2.580.058,08***	***R$ 2.157.568,39***	***R$ 2.179.433,20***	***R$ 2.326.698,58***	***R$ 2.107.819,12***
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	***R$ 608.033,22***	***R$ 725.151,36***	***R$ 681.326,13***	***R$ 633.833,45***	***R$ 434.881,14***	***R$ 158.117,75***

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS						
CONTA	2022	2021	2020	2019	2018	2017
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	***R$ 4.175.597,37***	***R$ 3.305.209,44***	***R$ 2.838.894,52***	***R$ 2.813.266,65***	***R$ 2.761.579,72***	***R$ 2.265.936,87***
CONTRIBUIÇÕES	R$ 2.190.413,83	R$ 1.635.444,41	R$ 1.526.860,01	R$ 1.326.945,41	R$ 1.251.644,63	R$ 1.128.732,69
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	R$ 1.555.412,34	R$ 1.387.854,76	R$ 1.087.296,34	R$ 1.189.670,13	R$ 1.086.806,39	R$ 993.153,95
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	R$ 407.054,10	R$ 258.139,34	R$ 121.564,05	R$ 193.826,23	R$ 155.852,40	R$ 127.527,81
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	R$ 22.717,10	R$ 23.770,93	R$ 103.174,12	R$ 102.824,88	R$ 267.276,30	R$ 16.522,42
TOTAL	***R$ 4.175.597,37***	***R$ 3.305.209,44***	***R$ 2.838.894,52***	***R$ 2.813.266,65***	***R$ 2.761.579,72***	***R$ 2.265.936,87***





Exercício	Resultado Patrimonial	
2022	R$	608.033,22
2021	R$	725.151,36
2020	R$	681.326,13
2019	R$	633.833,45
2018	R$	434.881,14
2017	R$	158.117,75

DEMOSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA						
Valores em R$						
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES						
INGRESSOS	***2022***	***2021***	***2020***	***2019***	***2018***	***2017***
Receita corrente	R$ 3.769.250,80	R$ 3.183.655,16	R$ 2.592.986,43	R$ 2.780.068,04	R$ 2.360.589,00	R$ 2.016.161,79
Outros ingressos	R$ 1.649.009,64	R$ 1.216.318,08	R$ 1.072.643,41	R$ 1.012.035,13	R$ 887.469,95	R$ 2.364.455,44
DESEMBOLSOS						
Despesa corrente	R$ 3.135.044,57	R$ 2.306.739,36	R$ 1.928.203,37	R$ 2.027.967,70	R$ 1.937.280,13	R$ 1.783.987,35
Outros desembolsos	R$ 1.730.529,22	R$ 1.333.047,20	R$ 1.138.511,99	R$ 1.067.447,30	R$ 873.780,29	R$ 2.402.559,72
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES		***R$ 760.186,68***	***R$ 598.914,48***	***R$ 696.688,17***	***R$ 436.998,53***	***R$ 194.070,16***
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Ingressos	R$ -		R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Desembolsos	R$ 2.687.297,18	R$ 32.396,50	R$ -	R$ -	R$ 10.386,85	R$ 8.429,30
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	***R$ (2.687.297,18)***	***R$ (32.396,50)***	***R$ -***	***R$ -***	***R$ (10.386,85)***	***R$ (8.429,30)***
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Ingressos	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Desembolsos	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DOS FINANCIAMENTOS	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**R$ (2.134.610,53)**	**R$ 727.790,18**	**R$ 598.914,48**	**R$ 696.688,17**	**R$ 426.611,68**	**R$ 185.640,86**
CAIXA EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**R$ 3.071.632,94**	**R$ 2.343.842,76**	**R$ 1.744.928,28**	**R$ 1.048.240,11**	**R$ 621.628,43**	**R$ 435.987,57**
CAIXA EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	**R$ 937.022,41**	**R$ 3.071.632,94**	**R$ 2.343.842,76**	**R$ 1.744.928,28**	**R$ 1.048.240,11**	**R$ 621.628,43**

NOTAS EXPLICATIVAS

O setor contábil do CAU/ES declara que as demonstrações contábeis, referente ao período de janeiro a dezembro de 2022, estão em conformidade no que tange ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado, a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Os registros contábeis foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14, e Portaria STN n° 700 de 10/12/2014, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 17.

Os demonstrativos são apresentados em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade, compostos pelos seguintes relatórios:

Balanço Patrimonial:
estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública;

Demonstração das Variações Patrimoniais:
Evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária;

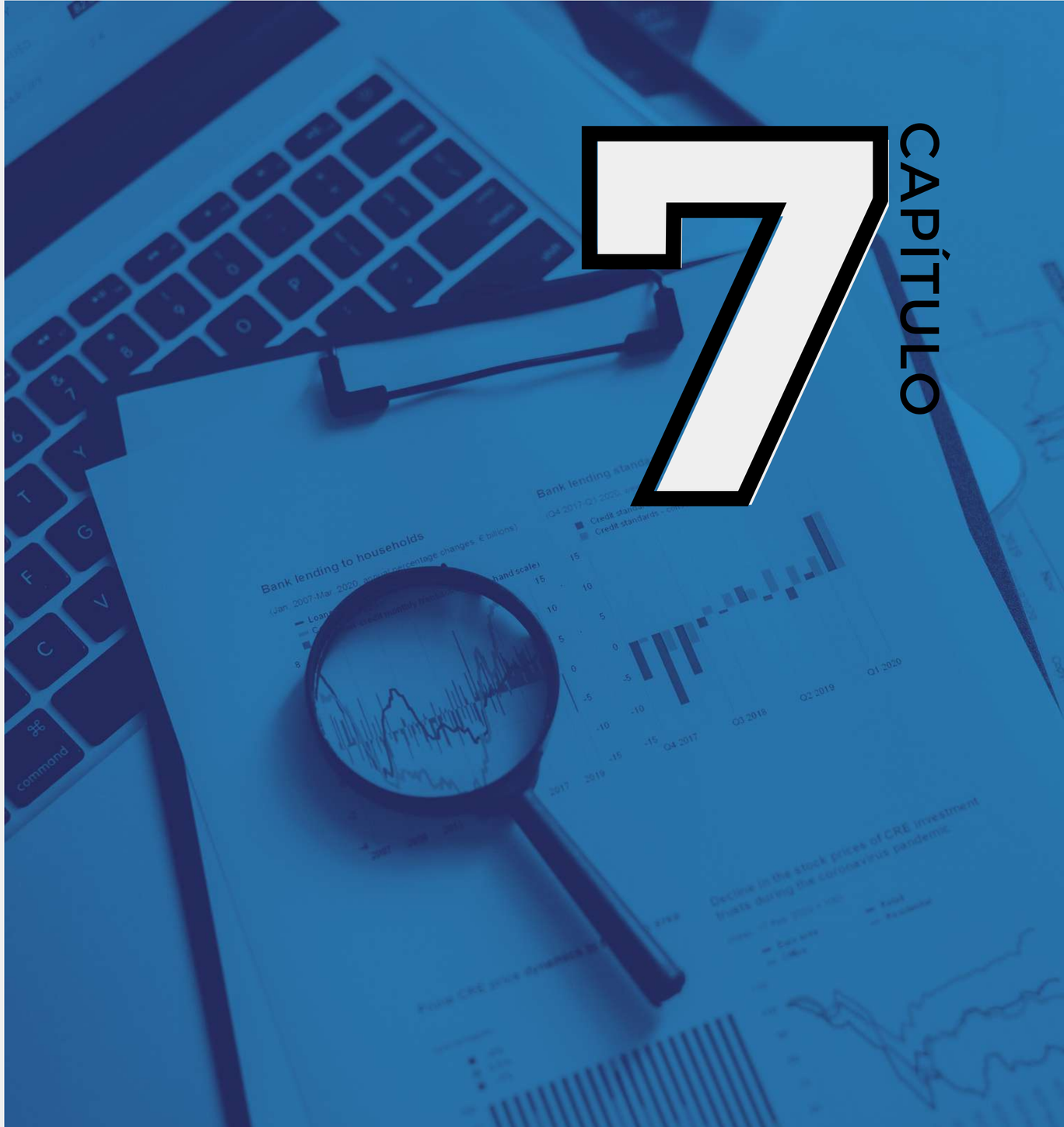
Balanço Orçamentário:
Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias;

Balanço Financeiro:
Evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte;

Demonstração dos Fluxos de Caixa:

Evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos. Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa, regidos pelas diretrizes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), relativas ao período de janeiro a dezembro de 2021, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espirito Santo.

ANEXOS E APÊNDICES



CAPÍTULO 7

PLANEJAMENTO

A Gerência de Planejamento e Gestão Estratégica do CAU/BR opinou favoravelmente à aprovação do Plano de Ação executado pelo CAU/ES no exercício de 2022.

ASSESSORIA CONTÁBIL DO CAU/BR

Conforme o Relatório Contábil, o Conselho Federal, responsável pela assessoria contábil externa, que procede com a análise contábil dos demonstrativos, manifestou da seguinte maneira: “Tendo em vista que não constatamos nenhuma falha na prestação de contas de 2022 do CAU ES, informamos que a mesma está em condições de ser aprovada pela Comissão de Planejamento e Finanças e Plenário do CAU BR”.

INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS DO CAU/ES

A Comissão de Planejamento, Finanças e Atos Normativos e o plenário do CAU/ES, avaliam as prestações de contas deste Conselho. Estas instâncias manifestaram favoráveis à aprovação da prestação de contas do exercício de 2022.

AUDITORIA EXTERNA (INDEPENDENTE)

As contas do CAU/ES relativas ao exercício de 2022 serão auditadas pela empresa contratada pelo CAU/BR. A empresa AUDIMEC será responsável por expressar opinião sobre as demonstrações contábeis deste Conselho, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. O Relatório do Auditor Independente será parte integrante da prestação de contas e expressará a opinião sobre as Demonstrações Contábeis, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do ES - CAU/ES.

PARECER CONCLUSIVO DA AUDITORIA INTERNA DO CAU/BR

"Em análise à formalização do processo de Prestação de Contas do CAU/ES, aos aspectos de gestão demonstrados, posicionamentos das assessorias e instâncias deliberativas pertinentes, e ao relatório e parecer da Auditoria Independente, formamos opinião pela regularidade do referido processo."

CAU/ES

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Espírito Santo

Telefone/ WhatsApp: (27) 32244850 / Casa do Arquiteto
atendimento@caues.gov.br
Central de Atendimento do CAU 0800-853-0113 ou 4007-2613
Endereço: Rua Hélio Marconi, 58 Bento Ferreira, Vitória/ES
CEP: 29.050-690

@OFICIALCAUES